



AMAPÁ, A FRONTEIRA DO FUTURO

PLANO ESTRATÉGICO AMAPÁ 2043

RESUMO EXECUTIVO

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ



PLANEJAR HOJE, TRANSFORMAR AMANHÃ.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

Clécio Luís Vilhena Vieira

Governador

Antônio Pinheiro Teles Júnior

Vice-governador

COORDENAÇÃO GERAL DO PLANO

Carlos Michel Miranda da Fonseca Lucas

Abrahão Rosa Cezário de Almeida

COORDENAÇÃO TÉCNICA DO GOVERNO DO AMAPÁ

Jorge da Silva Pires

Jucinete Carvalho de Alencar

ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS DE EXECUÇÃO

Controladoria Geral

Nair Mota Dias

Corpo de Bombeiros

CEL BM Alexandre Verissimo de Freitas

Gabinete do Governador

Richard Madureira da Silva

Gabinete de Segurança Institucional

CEL PM Elvis Murilo Lau de Azevedo

Polícia Científica

Marcos Aurélio Goés Ferreira

Polícia Civil

Cezar Augusto Vieira

Polícia Militar

CEL PM Lielson Milburgues da Costa Júnior

Procuradoria Geral

Thiago Lima Albuquerque

SECRETARIAS DE ESTADO E ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Administração

Cinthy Noemia Mendes Gomes

Assistência Social

Hugo Tibiriça Paranhos Cunha

Assuntos da Transposição

Anne Chystiane da Silva Marques

Bem-Estar Animal

Laudenice Ferreira Monteiro

Ciência e Tecnologia

Edivan Barros de Andrade

Compras e Licitações do Amapá

Jorge da Silva Pires

Comunicação

Ilziane Launé de Oliveira

Cultura

Clicia Hoana Vilhena Vieira Di Miceli

Desenvolvimento das Cidades

Bruno D’Almeida Gomes dos Santos

Desenvolvimento Rural

Rafael Martins Teixeira

Desporto e Lazer

Cibely Francely Costa Peixoto

Educação

Sandra Maria Martins Cardoso Casimiro

Fazenda

Jesus de Nazaré Almeida Vidal

Governo e Gestão Estratégica

Carlos Michel Miranda da Fonseca

Habitação

Mônica Cristina da Silva Dias

Infraestrutura

John David Belique Covre

Justiça e Segurança Pública:

José Rodrigues de Lima Neto

Meio Ambiente

Taísa Mara Moraes Mendonça

Mineração: Jotávio Borges Gomes

Mobilização e Participação Popular

Dejalma Espírito Santo Ferreira Teixeira

Pesca

Francisco Paulo Nogueira de Souza

Planejamento

Lucas Abrahão Rosa Cezário de Almeida

Políticas para Mulheres

Adriana Stephanie Amoras Ramos

Relações Internacionais e Comércio Exterior

Fabício Penafort Gonçalves

Saúde

Débora Cirqueira Vieira Okabaiashi

Trabalho e Empreendedorismo

Ezequias Costa Ferreira

Transporte

Marcos Alberto de Souza Jucá

Turismo

Syntia Machado dos Santos Lamarão

AUTARQUIAS ESTADUAIS E ÓRGÃOS VINCULADOS

Agência Amapá

Jurandil dos Santos Juarez

Amapá Terras

Reneval Tupinambá Conceição Júnior

ARSAP

Odival Monterrozo Leite

CREAP

Charles Marcelo Santana Rodrigues

DETRAN

CAP PM RR Rorinaldo da Silva Gonçalves

DIAGRO

Álvaro Renato Cavalcante da Silva

EAP

Júlia Sousa Conde

HEMOAP

Eldren Silva Lage

IEPA:

André dos Santos Abdon

IAPEN

Luiz Carlos Gomes

IPEM

Creuzete Lobato de Almeida

JUCAP

Alberto Samuel Alcolumbre Tobelem

PROCON

Matheus Costa Pinto

PRODAP

Cirilo Simões Filho

RDM

Ana Girlene Dias de Oliveira

RURAP

Jorge Rafael Barbosa Almeida

SIAC-Super Fácil

Renata Apóstolo Santana

SVS

Cássio Roberto Leonel Peterka

UEAP

Kátia Paulino do Santos

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO

AMPREV

Jocildo Silva Lemos

FUNDAÇÕES ESTADUAIS

FAPEAP

Gutemberg de Vilhena Silva

FCRIA

Luis Eduardo Garcez de Oliveira

Fundação de Saúde Amapaense

Gisela Cezimbra Tavares Moraes

Fundação Marabaixo

Josilana da Costa Santos

SECRETARIAS EXTRAORDINÁRIAS

Políticas para a Juventude

Priscila dos Santos Magno

Povos Indígenas

Evangelina Sonia dos Santos Jeaniacque

Representação do Amapá em Brasília

Asiel Leite Araújo

**FESPSP – FUNDAÇÃO ESCOLA
DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

Angelo Del Vecchio

Diretor Geral

Marcos Barreto

Vice-Diretor Geral

Ricardo Pereira da Silva

Diretor Financeiro

Laura Bernardes

Diretora Secretária Geral

EQUIPE DE PROJETO

Coordenação Geral

Aristogiton Luiz Ludovice Moura

Coordenação de Projetos FESPSP

Ricardo L. Camargo

Roberto Alonso

Coordenação Executiva

Adriano Ludovice

Coordenação Técnica

Gloria Patricia R. Galvis

Consultores

Luis Carlos Burbano

Cesar R. Caminha

David A. Burbano

Pedro R. Conterno

Pedro Ferrão

André Doca

Luiz Vicensotti

Produção Gráfica

Roberto Alonso

Marcelo Santiago

Dirce G. Roseta

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALV

Aprendizado ao longo da vida

ATER

Assistência Técnica e Extensão Rural

BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNCC

Base Nacional Comum Curricular

CAPS III

Centros de Atenção Psicossocial III

CAR

Cadastro Ambiental Rural

COP

Conferência das Partes

COP30

30ª Conferência das Partes da Convenção-
-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança
do Clima

DATASUS

Departamento de Informática do Sistema
Único de Saúde

EAD

Ensino à distância

EF

Ensino Fundamental

EJA

Educação de Jovens e Adultos

ESF

Estratégia Saúde da Família

ESG

Ambiental, Social e Governança, na sigla em
inglês

ETEs

Estações de Tratamento de Esgoto

FAMCSA

Fórum Amapaense de Mudanças Climáticas
e Serviços Ambientais

FAO

Organização das Nações Unidas para a Ali-
mentação e a Agricultura

FCRIA

Fundação da Criança e do Adolescente do
Estado do Amapá

FEM

Fórum Econômico Mundial

FGTS

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

GEE

Gases de efeito estufa

IA

Inteligência Artificial

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e
Serviços

IDEB

Índice de Desenvolvimento da Educação Bá-
sica

IEA

International Energy Agency

IHME

Institute for Health Metrics and Evaluation

IMC

Índice de Massa Corporal

IoT

Internet das Coisas (Internet of Thing, em
inglês)

IPEA

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITR

Imposto Territorial Rural

LGBTQIA+

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros,
Queer ou Questionando, Intersexuais, As-
sexuais e +: que inclui outras identidades e
orientações sexuais

MAPA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abaste-
cimento

OCDE

Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS

Organização Mundial de Saúde

ONGs

Organizações Não Governamentais

ONU

Organização das Nações Unidas

ONU-Habitat

Programa das Nações Unidas para os Assen-
tamentos Humanos

OPAS

Organização Pan-Americana da Saúde

OSC

Organizações da Sociedade Civil

OTCA

Organização do Tratado de Cooperação Ama-
zônica

PAA

Programa de Aquisição de Alimentos

PD&I

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PECISA

Política Estadual de Mudanças Climáticas e Incentivo à Conservação dos Serviços Ambientais

PEE

Plano Estadual de Educação

PEHIS

Plano Estadual de Habitação de Interesse Social

PIA

População em Idade Ativa

PIB

Produto Interno Bruto

PNAE

Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNUMA

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PROERD

Programa Educacional de Resistência e Prevenção às Drogas

PROVAB

Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica

PSA

Pagamentos por Serviços Ambientais

REDD+

Reducing emissions from deforestation and forest degradation

SAEB

Sistema de Avaliação da Educação Básica

SUAS

Sistema Único de Assistência Social

SUS

Sistema Único de Saúde

TGC

taxa Geométrica de Crescimento da População

TI

Terras Indígenas

TQ

Territórios Quilombolas

UBS

Unidades Básicas de Saúde

UC

Unidades de Conservação

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação

VIGITEL

Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Telefone

WWF

Fundo Mundial para a Natureza

ZEE

Zoneamento Ecológico-Econômico

ZFV

Zonas Francas Verdes

ZFVMS

Zona Franca Verde de Macapá e Santa



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	11
1. FORÇAS MOTRIZES E TENDÊNCIAS QUE IMPACTAM NO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE AMAPÁ	15
2. OS DESAFIOS	39
3. MARCO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOAMAPÁ ATÉ 2043	47
VALORES	48
VISÃO DO AMAPÁ ATÉ 2043	49
4. CENÁRIO DESEJADO. AMAPÁ 2043: MODELO DE SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E INCLUSÃO NA AMAZÔNIA	51
5. LINHAS ESTRATÉGICAS	56
LINHA ESTRATÉGICA I. INCLUSÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA	58
MACRO-OBJETIVO 1	59
METAS	60
ESTRATÉGIAS	61
LINHA ESTRATÉGICA II. SAÚDE E BEM-ESTAR	68
MACRO-OBJETIVO 2	69
METAS	69
ESTRATÉGIAS	71

LINHA ESTRATÉGICA III.	
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO	74
MACRO-OBJETIVO 3	75
METAS	76
ESTRATÉGIAS	78
LINHA ESTRATÉGICA IV.	
SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADÃ	80
MACRO-OBJETIVO 4	81
METAS	82
ESTRATÉGIAS	83
LINHA ESTRATÉGICA V.	
DESENVOLVIMENTO	
ECONÔMICO COM SUSTENTABILIDADE	86
MACRO-OBJETIVO 5	87
METAS	88
ESTRATÉGIAS	90
LINHA ESTRATÉGICA VI.	
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	104
MACRO-OBJETIVO 6	105
IMETAS	106
ESTRATÉGIAS	108
LINHA ESTRATÉGICA VII.	
GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	114
MACRO-OBJETIVO 7	115
METAS	116
ESTRATÉGIAS	117
6. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO	120
7. INDICADORES OPERACIONAIS	123
8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	126
9. REFERÊNCIAS	145



AMAPÁ
GOVERNO DO ESTADO



APRESENTAÇÃO

O estado do Amapá, localizado na Região Norte do Brasil, com sua capital em Macapá, destaca-se por sua rica biodiversidade e posição estratégica na fronteira com a Guiana Francesa. Contudo, como em muitas regiões do país, o estado encara desafios significativos em áreas como pobreza, desigualdade social, qualidade dos serviços públicos e pressão sobre seus recursos naturais. O Plano Estratégico do Amapá 2043 surge como um compromisso abrangente e ambicioso para superar esses desafios, promovendo o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a inovação, representando uma oportunidade transformadora para o estado.

Com o objetivo de tornar o Amapá um modelo de sustentabilidade, inovação e inclusão na Amazônia, o plano delineia uma visão ambiciosa para o futuro. Ancorado em um rico patrimônio natural e cultural, com uma biodiversidade única e uma população diversa, o estado busca equilibrar o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma sustentável. Para isso, o plano estratégico considera as forças motrizes e tendências globais, nacionais e regionais que impactam o Amapá, como a crescente preocupação com a sustentabilidade, a busca por soluções inovadoras, a necessidade de inclusão social e a importância da proteção da biodiversidade amazônica e a adaptação climática. A partir da análise dessas forças e tendências, almeja-se delinear um roteiro para o futuro que direcione a formulação de políticas públicas, investimentos e ações promotoras de um desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida para toda a população amapaense.

Na visão de futuro, em 2043 o Amapá emerge como destaque mundial em qualidade de vida, demonstrando o poder de uma democracia ati-

va e sustentabilidade integrada. O estado é um exemplo próspero que inspira a adoção de práticas que priorizam o bem-estar humano e a proteção ambiental. Os valores que norteiam o plano, como respeito à diversidade, sustentabilidade, ética, equidade, democracia e liberdade servem como bússola para essa visão de longo prazo, orientando as ações e decisões estratégicas para garantir a consistência e a integridade do plano, mesmo diante de mudanças e desafios.

Para alcançar essa visão, o Plano Estratégico 2043 está estruturado em sete linhas estratégicas, cada uma com seus próprios macro-objetivos, estratégias e ações concretas em diversas áreas cruciais para o desenvolvimento do estado, como inclusão social, saúde, educação, segurança pública, economia, sustentabilidade, infraestrutura, governança e participação social. As medidas definidas em cada linha são interconectadas e se reforçam mutuamente, visando um impacto positivo e duradouro no desenvolvimento do Amapá:

Na **Linha Estratégica I**, Inclusão Social e Combate à Pobreza, o plano visa erradicar a pobreza extrema e reduzir as desigualdades sociais no Amapá. Além disso, a linha estratégica busca promover a igualdade de gênero e raça, combater a discriminação e garantir os direitos das minorias, assegurando que todos os cidadãos tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e bem-estar.

A **Linha Estratégica II**, Saúde e Bem-Estar, tem como objetivo promover a saúde e o bem-estar de toda a população amapaense. Para isso, o plano estratégico prevê ações de prevenção e promoção da saúde. Além disso, a linha estratégica busca ampliar o acesso a serviços de saúde de quali-

dade, com foco na atenção básica, na saúde da mulher, da criança e do idoso, e no tratamento de doenças crônicas.

A **Linha Estratégica III**, Educação e Inovação, visa garantir uma educação de qualidade para todos os cidadãos amapaenses. Para isso, o plano estratégico prevê investimentos na infraestrutura escolar, na formação e valorização dos professores, e na oferta de ensino em tempo integral e educação profissionalizante. Além disso, a linha estratégica busca fomentar a inovação e o desenvolvimento tecnológico, incentivando a pesquisa científica, a criação de startups e o uso de tecnologias digitais na educação e em outros setores da economia.

A **Linha Estratégica IV**, Segurança Pública e Cidadã, tem como objetivo garantir a segurança e a justiça para todos os cidadãos amapaenses. Para isso, o plano estratégico prevê o fortalecimento das

instituições de segurança pública, como a polícia e o sistema penitenciário, e a promoção de políticas de prevenção da violência e da criminalidade, como o combate ao tráfico de drogas e o apoio a projetos sociais nas comunidades. Além disso, a linha estratégica busca fortalecer a cidadania, com a promoção da participação social, a garantia dos direitos humanos e o combate à discriminação e à violência contra grupos vulneráveis.

A **Linha Estratégica V**, Desenvolvimento Econômico Com Sustentabilidade, busca impulsionar o desenvolvimento econômico do Amapá por meio da diversificação de sua matriz produtiva, do aumento da competitividade das empresas locais e da geração de empregos de qualidade. Para isso, o plano estratégico visa explorar o potencial da bioeconomia, aproveitando de forma sustentável a rica biodiversidade do estado, e do turismo sustentável, valorizando o patrimônio natural e cultural da região. Além disso, busca fomentar a

inovação e o empreendedorismo, incentivando o desenvolvimento de novos negócios e tecnologias que contribuam para o crescimento econômico e a geração de renda para a população amapaense. Por outro lado, esta linha estratégica busca garantir a proteção da rica biodiversidade do Amapá, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e a adaptação às mudanças climáticas. Para isso, o plano estratégico prevê o fortalecimento da gestão ambiental, com a implementação de políticas públicas eficazes e a participação ativa da sociedade na tomada de decisões. Reconhecendo a importância da floresta amazônica para o equilíbrio climático global e para o bem-estar da população, o plano visa integrar a conservação ambiental com o desenvolvimento socioeconômico, promovendo atividades produtivas sustentáveis e a valorização dos conhecimentos tradicionais das comunidades locais.



A **Linha Estratégica VI**, Infraestrutura e Mobilidade, visa superar os desafios logísticos da região amazônica por meio da ampliação e modernização da infraestrutura de transporte, energia, saneamento e comunicação. O plano estratégico prevê investimentos em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, a fim de integrar o estado ao restante do país e facilitar o escoamento da produção e o acesso aos mercados. Além disso, a linha estratégica busca garantir o acesso universal a serviços de energia elétrica de qualidade, água potável e saneamento básico, essenciais para a saúde e o bem-estar da população. A expansão e modernização da infraestrutura de comunicação, por sua vez, visa conectar o Amapá ao mundo digital, promovendo a inclusão digital e o desenvolvimento de novas oportunidades de negócios e serviços.

Por fim, a **Linha Estratégica VII**, Governança e Participação Social, busca fortalecer as instituições

e a gestão pública, promovendo a transparência, a accountability e a participação social na tomada de decisões. Ao fortalecer a governança e a participação social, o plano busca criar um ambiente institucional mais favorável ao desenvolvimento sustentável, à atração de investimentos e à melhoria da qualidade de vida da população amapaense.

Os macro-objetivos e as estratégias do Plano Estratégico Amapá 2043 foram cuidadosamente elaborados com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU em 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Ao alinhar-se com os 17 ODS e suas 168 metas, o Plano busca não apenas um futuro ambientalmente mais sustentável para o estado, mas também socialmente mais justo e economicamente mais próspero. Essa integração com os ODS garante que

o desenvolvimento do Amapá esteja em sintonia com os esforços globais para construir um futuro melhor para todos, abordando desafios complexos

e interconectados, como pobreza, desigualdade, mudanças climáticas e degradação ambiental. Ao adotar os ODS como guia, o Plano Estratégico Amapá 2043 reforça seu compromisso com um futuro mais equitativo, resiliente e próspero para todos os cidadãos amapaenses.

O sucesso na implementação deste plano estratégico dependerá do comprometimento de todos os atores da sociedade amapaense: governo, iniciativa privada, sociedade civil organizada e cidadãos em geral. Juntos, trabalhando de forma integrada e com foco nos objetivos traçados, podemos construir um futuro próspero e sustentável para o Amapá, tornando-o um estado de referência na Amazônia e no Brasil.





1

FORÇAS MOTRIZES E TENDÊNCIAS QUE IMPACTAM NO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE AMAPÁ





FORÇA MOTRIZ 1 TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

Tendência 1.

Queda no ritmo

do crescimento demográfico

- A desaceleração no ritmo de crescimento populacional é um fenômeno global, observado em vários países, na América Latina, no Brasil e, mais recentemente, no Estado do Amapá.

- Brasil encontra-se em uma fase avançada da transição demográfica, onde vivencia taxas de natalidade e mortalidade baixas, levando a um crescimento populacional mais lento. Isso reflete o sucesso em áreas como saúde pública e educação, mas também apresenta novos desafios, como o envelhecimento da sua população e um contingente populacional expressivo em idade produtiva.
- No Amapá, apesar de ainda apresentar uma taxa de natalidade mais alta e uma taxa de mortalidade mais baixa que a média nacional, há uma significativa redução no ritmo de crescimento vegetativo da população, especialmente a partir da década de 2010.

- Segundo o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Amapá é de 733.759 habitantes. Se comparado com o Censo de 2010, há uma notável desaceleração na taxa de crescimento populacional em comparação com os aumentos observados em censos passados. A taxa geométrica de crescimento anual (TGC) da população do estado passou de 3,45% entre 2000 e 2010 para 0,77% entre 2010 e 2022.
- A queda no ritmo do crescimento da população no Amapá é explicada tanto pela redução do crescimento vegetativo, quanto pelo fluxo migratório. Do ponto de vista do crescimento natural, houve uma diminuição no saldo entre

nascidos vivos e óbitos de 12.562 pessoas entre 2000 e 2010 para 11.952 entre 2010 e 2022. Já no que diz respeito à migração, observa-se uma importante reversão do fluxo migratório, com o Amapá deixando de ser um Estado que atrai pessoas, tornando-se um estado com registro de grande deslocamento de pessoas para outras localidades.

- De acordo com estimativas do IBGE, espera-se que, para o Brasil como um todo, as taxas de natalidade e mortalidade se igualem em 2047, indicando que, a partir dessa data, antecipa-se um declínio populacional sob a ótica do crescimento vegetativo. Enquanto isso, as projeções para o Amapá indicam a manutenção de um potencial de crescimento natural até pelo menos 2060, embora se preveja que essa expansão ocorra em ritmo cada vez mais lento.

Tendência 2.

Transição da estrutura etária e envelhecimento da população

Destaca-se a mudança da composição da população nos diferentes grupos etários e seu progressivo envelhecimento no país e no Amapá. Na pirâmide populacional, este fenômeno é descrito por uma redução da população jovem, localizada na base, o alargamento de população adulta e em idade ativa, correspondente ao meio da estrutura etária, e o crescimento da população idosa, representado pelo topo. Esta mudança se relaciona diretamente com o aumento da expectativa de vida e com a diminuição das taxas de natalidade.

- Na década de 1970, a população 0 a 14 anos constituía 50,1% do total de habitantes do Amapá, enquanto em 2022, essa proporção reduziu-se para quase metade, atingindo 27%. Por outro lado, quando se observa a população com mais de 60 anos, temos que se em 1970 ela representava apenas 3,1% da população total, em 2022 essa parcela da

população mais que dobrou, alcançando 8,4%. Já quando analisamos a população entre 15 e 59 anos, é possível constatar uma tendência importante de crescimento destes grupos etários, em especial da população maior de 30 anos. Especificamente para o grupo do centro da pirâmide com menos de 30 anos, é importante destacar que desde a década de 2000 já se observa uma tendência de redução desta população (IBGE).

- Quando comparamos a evolução da composição dos grupos etários do Amapá com os da média nacional, constata-se que a população do Amapá ainda é proporcionalmente mais jovem que a média do Brasil, ainda que também esteja passando por transformações na estrutura etária e envelhecimento populacional.
- Na análise do índice de envelhecimento por estados, destaca-se que o Amapá registra o segundo índice mais baixo dentre todos os estados do Brasil, apenas atrás de Roraima, e apresenta um índice menor que o de outros estados do Norte, como Amazonas, Acre e Pará. De acordo com o Censo 2022 do IBGE, no estado de Amapá há 20,3 idosos para cada 100 jovens menores de 15 anos. Esse cenário contrasta notavelmente com o observado em estados como Rio de Janeiro ou Rio Grande do Sul, onde os índices de envelhecimento são de 73,6 e 80,4, respectivamente.
- Este novo quadro traz importantes desafios para os gestores públicos, pois implica na elaboração e execução de políticas relacionadas à educação, à saúde e à qualidade de vida dos idosos para um envelhecimento ativo, exigindo-se cuidados geriátricos, equilíbrio e oferta de pagamentos previdenciários dignos, políticas para estimular a oferta de emprego em decorrência do aumento da população em idade ativa, além de atividades de cultura e lazer específicas e adaptadas para cada segmento populacional.

- Ao examinar a razão de dependência, observa-se que, em comparação com outros estados, esse índice foi consideravelmente alto para o Amapá em 2022, posicionando o estado como o quinto maior no Brasil, superado apenas por Maranhão, Acre, Amazonas e Roraima. No entanto, em relação à média nacional, o índice de dependência do Amapá, apesar de mais elevado, registrou uma diminuição notável nas últimas décadas, mostrando uma tendência de alinhamento com o índice nacional. Em 1980, o índice de dependência no Amapá era de 108,3, enquanto no Brasil era de 73,3. Até 2022, ambos experimentaram quedas significativas, com o Amapá e o Brasil atingindo índices de dependência de 48,1 e 44,1, respectivamente.
- No Brasil, o fenômeno do Bônus Demográfico começou na década de 1990, como evidenciado pelo Censo de 2000, que mostrou uma proporção da População em Idade Ativa (PIA) maior que a Razão de Dependência. Especialistas indicam que, devido ao rápido envelhecimento populacional e à queda contínua na taxa de natalidade observados no Censo de 2022, o Bônus Demográfico deve terminar na primeira metade dos anos 2030. Contudo, essa transição não ocorre uniformemente em todas as regiões do país. No Amapá, por exemplo, o Bônus Demográfico começou na década de 2000, conforme mostrado pelo Censo de 2010, quando a proporção da PIA já superava a Razão de Dependência.

FORÇA MOTRIZ 2 ACELERAÇÃO DA 4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E DA ECONOMIA VERDE

Tendência 3.

Tecnologias disruptivas da 4ª Revolução Industrial

- A 4ª Revolução Industrial, ou Indústria 4.0 (I4.0)¹¹, está transformando radicalmente a sociedade e a economia, impulsionada pela convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas, além de redefinir a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos, através de tecnologias como inteligência artificial, IoT e impressão 3D, entre outras inovações. Essa revolução transcende a indústria e impacta setores como saúde, educação e governo. Assim, a Indústria 4.0 apresenta desafios e oportunidades que exigem a colaboração entre governos, empresas e sociedade para garantir um futuro de progresso e inclusão para todos.
- O avanço contínuo das tecnologias de comunicação, como o 5G e, prospectivamente, o 6G, além da conectividade avançada, está redefinindo as possibilidades de interação e comunicação em todo o mundo. A automação e a IA estão transformando empregos, exigindo requalificação da força de trabalho e adaptação de habilidades. O uso massivo de dados e a IA levantam preocupações sobre privacidade e exigem regulamentações claras e padrões éticos.
- A Internet das Coisas (IoT) permite a interconexão de dispositivos físicos via internet, possibilitando a coleta, troca e análise de dados em tempo real. Na saúde, IoT viabiliza dispositivos médicos inteligentes que monitoram sinais vitais dos pacientes constantemente, proporcionando um acompanhamento mais preciso e a detecção antecipada de problemas de saúde. Na agricultura, sensores conectados em equipamentos e na terra permitem uma gestão eficiente de recursos como água e fertilizantes, promovendo uma produção agrícola mais sustentável e de maior qualidade.
- O Big Data abrange a necessidade de ferramentas e técnicas capazes de coletar, armazenar, processar e analisar esses grandes conjuntos de dados. Na área da saúde, o Big Data pode ser utilizado para análise de registros médicos eletrônicos, identificação de padrões de doenças e desenvolvimento de tratamentos personalizados com base em dados genéticos e históricos de saúde do paciente.
- A computação em nuvem fornece recursos computacionais acessíveis pela internet, eliminando a necessidade de infraestrutura local. Ela oferece armazenamento seguro e escalável para grandes volumes de dados, facilitando o acesso e compartilhamento de informações. Além disso, permite o processamento rápido de dados, proporcionando análises em tempo real e insights valiosos para a tomada de decisões estratégicas.
- As energias renováveis, como solar, eólica e hidrelétrica, são fontes de energia limpa e inesgotável derivadas de recursos naturais abundantes. O armazenamento avançado permite estocar essa energia de forma eficiente para uso futuro, superando os desafios de intermitência e disponibilidade.
- Na mobilidade elétrica, baterias avançadas permitem o armazenamento de energia para veículos elétricos, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e mitigando as emissões de gases de efeito estufa. A China tem dominado o setor de carros elétricos.
- A impressão 3D permite a criação de objetos tridimensionais a partir de modelos digitais, adicionando camadas sucessivas de material. Esta tecnologia revolucionou a fabricação, proporcionando maior flexibilidade, personalização e eficiência na produção de diversos itens. Na medicina, a impressão 3D é utilizada para fabricar próteses personalizadas, implantes médicos e até órgãos humanos, oferecendo soluções inovadoras para tratamentos e cirurgias.
- A transição para a Indústria 4.0 traz consigo uma série de desafios que devem ser enfrentados para garantir o sucesso e a sustentabilidade desse processo. Um dos desafios fundamentais é a necessidade de infraestrutura adequada para suportar as tecnologias emergentes. Isso inclui redes de comunicação de alta velocidade, sistemas de armazenamento de dados robustos e dispositivos conectados em larga escala, os quais podem exigir investimentos substanciais.
- Diante da transição para a Indústria 4.0, o Brasil, incluindo o estado do Amapá, enfrenta desafios e oportunidades únicos. A desindustrialização recente no país amplifica a necessidade de revitalizar o setor, incorporando as inovações da 4ª Revolução Industrial. A falta de infraestrutura digital em algumas regiões e a escassez de mão de obra qualificada são obstáculos

11 A Indústria 4.0 descreve o conjunto de avanços tecnológicos responsáveis pela automação integral dos processos produtivos, promovendo a substituição completa do trabalho humano por máquinas. Esta Quarta Revolução Industrial é caracterizada pela fusão de diversas inovações tecnológicas, tanto físicas quanto digitais, incluindo: Sistemas ciber-físicos, Inteligência artificial, Manufatura aditiva, Internet das Coisas (IoT), Computação em nuvem, Robótica adaptativa e Realidade aumentada (A Quarta Revolução Industrial, 2020 p. 14).

significativos. A necessidade de investimentos em educação e formação profissional torna-se imperativa para preparar a força de trabalho para os requisitos da Indústria 4.0.

- O Fórum Econômico Mundial (FEM, 2015) apontou as profissões com maiores probabilidades de automação, e as com menor probabilidade. Por outro lado, muitos dos setores de ponta ainda não se desenvolvem em seu ritmo potencial pois tem restrição de oferta de pessoal qualificado para o trabalho. Relatório da McKinsey, de 2023 destaca que o setor de Inteligência Artificial Generativa é o que mais cresceu em termos de postos de trabalho abertos: 44% (McKinsey, 2023).
- No entanto, há oportunidades estratégicas. Muitos dos setores que lideram a 4ª Revolução Industrial não necessitam de grandes infraestruturas. O conhecimento acaba sendo um dos principais recursos. A criação de ecossistemas de inovação e parcerias entre governo, setor privado e instituições de ensino pode acelerar a adoção de tecnologias emergentes.
- Para o estado do Amapá, em particular, há uma oportunidade única de diversificação econômica e redução da dependência de setores tradicionais. A exploração sustentável de recursos naturais, aliada a práticas industriais inovadoras, pode impulsionar o desenvolvimento regional. Contudo, é essencial superar barreiras regulatórias e promover incentivos para atrair investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A adaptação às novas demandas da Indústria 4.0 exigirá uma visão estratégica, políticas públicas alinhadas e uma abordagem colaborativa entre os diversos stakeholders.
- O impulsionamento de cidades inteligentes (smart cities) e governos inteligentes (smart government) está ganhando força com o uso

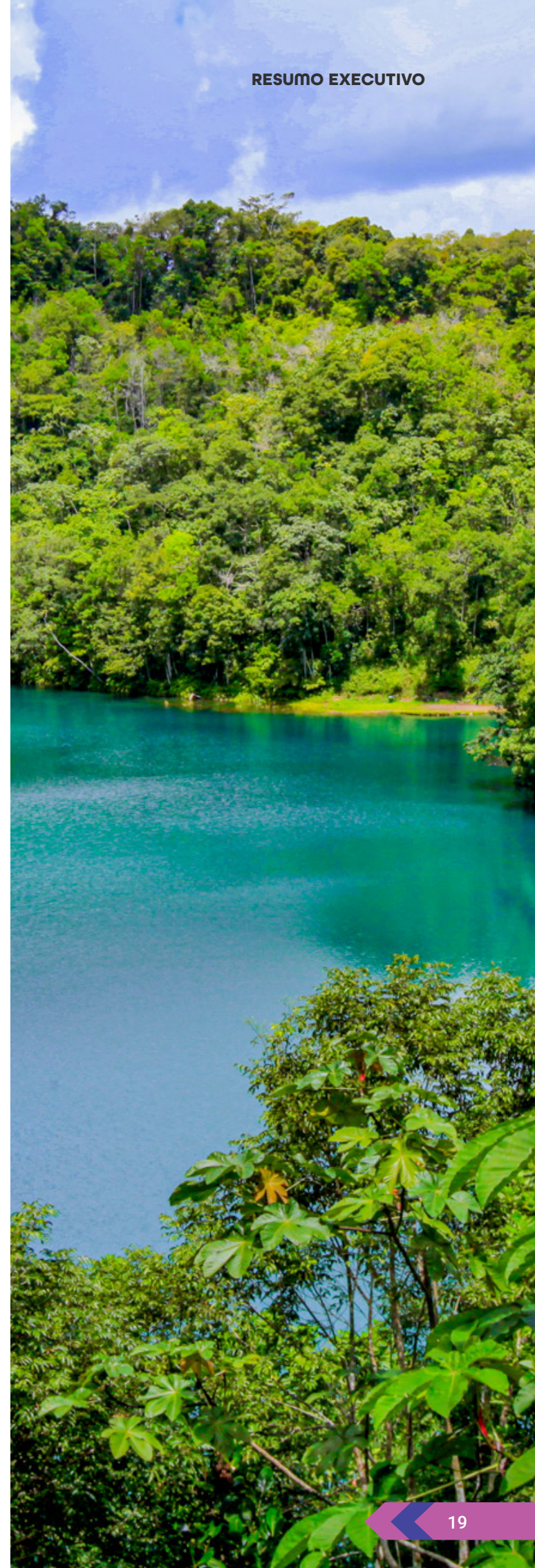
de tecnologias digitais. A adoção de IoT, big data e inteligência artificial promete ganhos em eficiência operacional, otimizando processos, reduzindo custos e melhorando serviços. Avanços esperados incluem maior eficiência energética e no sistema viário. Além disso, há uma oportunidade de aprimorar a participação cidadã por meio de plataformas digitais, ampliando a relação cidadão-governo. Espera-se também avanços na segurança e resiliência urbana, com monitoramento e alertas precoces para emergências. Essas iniciativas podem impulsionar a inovação e o desenvolvimento econômico, atraindo investimentos, talentos e startups para as cidades inteligentes.

- O Amapá possui características únicas, como sua vasta extensão territorial e sua população dispersa, que requerem soluções adaptadas e inclusivas. Portanto, é essencial envolver os cidadãos no processo de planejamento e implementação, garantindo que as tecnologias digitais atendam às necessidades reais da população. Neste sentido, é fundamental considerar os desafios e preocupações específicos do estado, como a disparidade socioeconômica e digital entre áreas urbanas e rurais. Estratégias de financiamento inovadoras e parcerias colaborativas podem ser exploradas para garantir a sustentabilidade financeira e operacional dos projetos.

Tendência 4.

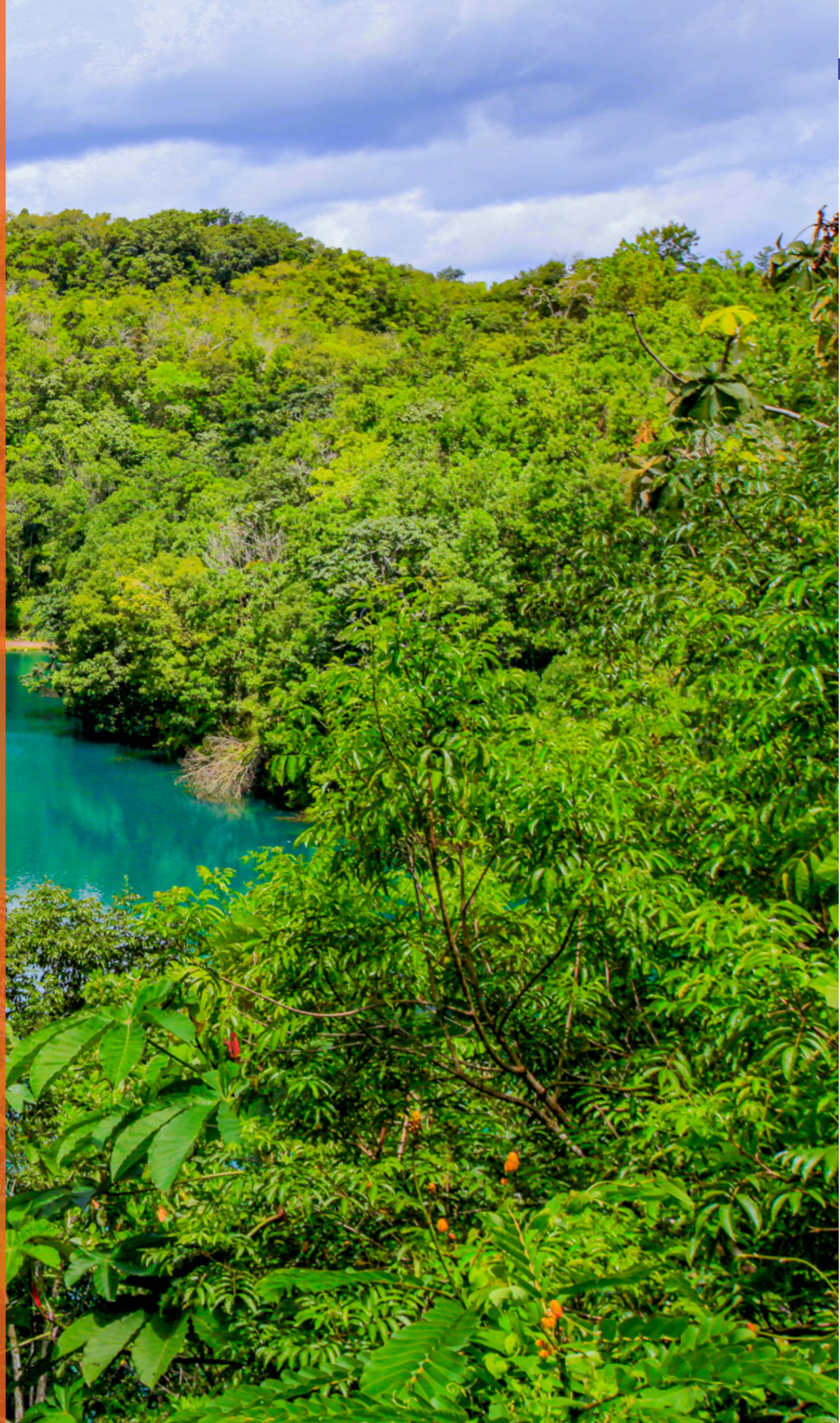
Transição para uma Economia Verde

- A crescente crise ambiental está impulsionando uma mudança de paradigma na economia global, com a economia verde ganhando destaque como um caminho crucial para um futuro sustentável. A interdependência entre o meio ambiente e a economia está cada vez mais clara, desafiando modelos tradicionais de crescimento ilimitado. O financiamento verde,



a financeirização ambiental, o ESG, a economia circular, a bioeconomia e a infraestrutura verde são elementos-chave dessa transformação em direção a uma economia mais sustentável e equitativa.

- Um dos pilares da economia verde é a transição para fontes de energia renováveis e limpas, como solar, eólica e hidrelétrica, reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis e mitigando as emissões de gases de efeito estufa. Além disso, promove-se a eficiência energética em todos os setores da economia, desde a indústria até as residências, buscando maximizar o uso de energia com o mínimo impacto ambiental.
- Outro aspecto crucial da economia verde é a promoção da agricultura sustentável, que prioriza práticas agrícolas que preservam os solos, a biodiversidade e os recursos hídricos, ao mesmo tempo em que garantem a produção de alimentos de forma equitativa e saudável. Isso inclui a adoção de técnicas como agricultura orgânica, agroecologia, rotação de culturas e sistemas de irrigação eficientes. A economia verde também fomenta o desenvolvimento de setores como a ecoindústria, a reciclagem, o transporte público sustentável, a construção civil sustentável, entre outros, que geram empregos verdes e promovem a inovação tecnológica.
- A agricultura brasileira já está integrada à Economia Verde, com exemplos como o uso de biomassa para energia renovável e a intensificação sustentável da terra. No entanto, novos desafios surgem com a necessidade de incorporar métricas de sustentabilidade, para além do Produto Interno Bruto (PIB), como a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV), que redefine a competitividade, premiando processos que otimizam o uso de recursos e reduzem emissões e resíduos.
- A expectativa da entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) implica um comprometimento maior, metas mais ambiciosas em acordos internacionais e um desenvolvimento mais robusto da Economia Verde no país. Essa entrada também exigirá monitoramento dos indicadores de crescimento verde (green growth indicators da OCDE) e a definição de áreas prioritárias



de atuação. A inovação desempenhará um papel fundamental, gerando novas fontes de crescimento e reduzindo os custos para atender às demandas ambientais.

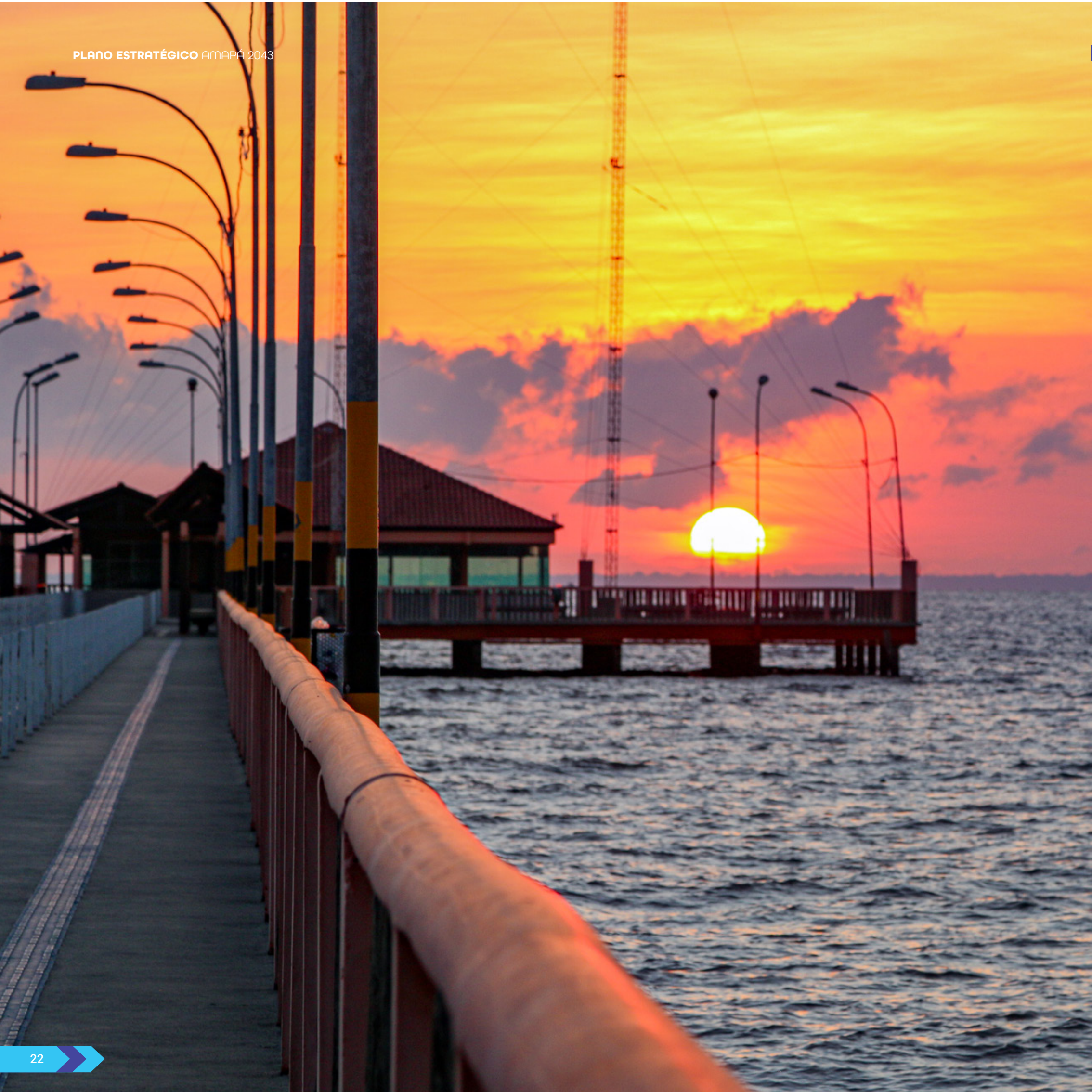
- Outro ponto relevante para impulsionar a Economia Verde no Brasil são as iniciativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa (Mapa, 2022). Essas ações visam fomentar investimentos verdes no setor agropecuário do país, contribuindo para o desenvolvimento do mercado de green bonds: títulos emitidos para captar recursos destinados a investimentos em projetos sustentáveis e alinhados aos padrões ESG (Ambiental, Social e Governança, na sigla em inglês).
- O financiamento verde direciona recursos financeiros para projetos com impacto positivo no meio ambiente e na sustentabilidade, abrangendo setores como energias renováveis, eficiência energética, transporte limpo, conservação ambiental e agricultura sustentável. O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Além de captar recursos para projetos ambientalmente conscientes, o financiamento verde integra critérios ESG nas decisões de investimento. Isso significa que investidores consideram não apenas o retorno financeiro, mas também o impacto ambiental e social de suas escolhas de investimento.
- A financeirização ambiental, ou seja, à transformação dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos em ativos financeiros negociáveis nos mercados globais, inclui a comercialização de créditos de carbono, certificados de energia renovável, títulos verdes e outros instrumentos financeiros relacionados ao meio ambiente. A financeirização ambiental cria novas oportunidades de investimento e mercados para produtos financeiros sustentáveis,

mas também levanta preocupações sobre a possibilidade de especulação e descolamento da realidade ambiental.

- O mercado de carbono é uma ferramenta econômica e política que incentiva a redução de emissões através da criação de um preço para o carbono. Ele atende às metas climáticas do Acordo de Paris e permite a aquisição de créditos certificados de redução de emissões, promovendo investimentos em energias renováveis e eficiência energética. Este mercado destaca-se por promover a competitividade, tornando setores menos emissores mais atrativos. O equilíbrio entre a oferta de créditos de projetos certificados e a demanda por metas de redução de emissões é fundamental. A campanha Race to Zero impulsiona o mercado voluntário de carbono. No Brasil, o debate sobre a criação de um mercado de carbono é relevante, com potencial para gerar créditos em diversos setores e atender à demanda interna e externa.
- Os mercados voluntários de carbono são importantes para impulsionar a demanda por reduções de emissões e estabelecer padrões para a geração de créditos de carbono. O Brasil, líder em projetos REDD+, está à frente do projeto Piloto Floresta+ para distribuir os benefícios do REDD+ (MMA, 2024). A OTCA, organização que reúne países amazônicos (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), defende a criação de mecanismos para remunerar os serviços ambientais das florestas (AGÊNCIA BRASIL, 2023).
- Os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) são uma abordagem inovadora para incentivar a conservação e preservação dos recursos naturais, recompensando proprietários de terra e provedores de serviços ecossistêmicos. Na Amazônia, recompensar as comunidades agroextrativistas da castanha-da-Amazônia, por

exemplo, pode ser uma estratégia eficaz para impulsionar o desenvolvimento sustentável e combater o desmatamento. Essa abordagem valoriza a proteção das florestas e incentiva práticas conservacionistas, promovendo o manejo florestal sustentável e a conservação da floresta.

- A economia circular é um modelo que busca eliminar o desperdício e maximizar o uso dos recursos, em contraste com o modelo linear tradicional. Seus princípios incluem reduzir, reutilizar e reciclar materiais, projetando produtos duráveis e recicláveis. Isso diminui a demanda por recursos naturais e a quantidade de resíduos, protegendo o meio ambiente. Para promover a economia circular, são necessárias políticas e regulamentações que incentivem tecnologias sustentáveis.
- A bioeconomia é uma abordagem inovadora para o desenvolvimento sustentável que utiliza recursos biológicos renováveis para criar produtos e serviços, promovendo a conservação ambiental e a inclusão social. Ela abrange a agricultura sustentável, a bioenergia e a biotecnologia industrial, oferecendo soluções para a produção de alimentos, energia, produtos químicos, materiais e medicamentos de forma mais sustentável e eficiente.
- As energias renováveis, como a solar, eólica, hidrelétrica, biomassa e geotérmica, são fontes de energia naturalmente regeneradas e abundantes, cruciais para enfrentar os desafios da mudança climática e da segurança energética. A biomassa, proveniente de materiais orgânicos, pode ser utilizada para gerar calor ou biocombustíveis, enquanto a energia geotérmica aproveita o calor do interior da Terra para produzir eletricidade e aquecimento. Juntas, essas fontes desempenham um papel fundamental na transição para um futuro energético mais limpo, sustentável e resiliente.



FORÇA MOTRIZ 3

UMA NOVA EDUCAÇÃO

Tendência 5.

A Educação 5.0

- A Educação 5.0 representa uma evolução da Educação 4.0¹, transcendendo a mera digitalização e focando no desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais para preparar os alunos para os desafios do mundo contemporâneo. No contexto da Sociedade 5.0², a educação desempenha um papel crucial ao cultivar competências e valores humanísticos essenciais para o sucesso em um cenário global e digitalizado. No entanto, a transição para a Educação 4.0 e a adaptação à revolução digital ainda são desafios para muitas instituições de ensino, especialmente no Brasil.
- A Educação 5.0 vai além do desenvolvimento acadêmico tradicional, buscando formar indivíduos engajados com os desafios sociais e ambientais. Em um mundo globalizado e digital, é crucial não apenas ter acesso à internet, mas também compreender e buscar soluções para os complexos problemas globais. A Educação 5.0 utiliza ferramentas digitais para promover a consciência global, o trabalho colaborativo, a interação intercultural e o desenvolvimento de habilidades que transcendam fronteiras geográficas.

Tendência 6.

Um mercado de trabalho com novas exigências na formação profissional

- A revolução tecnológica impulsionada pela Indústria 4.0 (I4.0) e os primórdios da Indústria 5.0 (I5.0)³ estão transformando as demandas por habilidades profissionais em nível global, desafiando as instituições educacionais a inovarem e se atualizarem rapidamente, desenvolvendo estratégias que lhes permitam enfrentar as disrupções e desafios trazidos por estes avanços tecnológicos. Uma resposta para esse novo contexto são os diversos programas de formação continuada.
- Estas transformações não apenas eliminam postos de trabalho existentes, mas também criam novas oportunidades profissionais que demandam competências inéditas. Além de tudo, porque os jovens de hoje, mergulhados em um ambiente cada vez mais digital, adaptam-se às novas tecnologias mais rapidamente que o sistema educacional, vivenciando a vida, o lazer, a comunicação e o aprendizado de maneiras diferentes, com preferência por adquirir conhecimentos exatamente no momento em que precisam (Aprendizagem Just-in-Time).
- A necessidade de flexibilidade na atualização contínua dos currículos e na integração da aprendizagem digital é crítica devido à crescente automação de atividades e tarefas em diversas ocupações. Os empregos baseados em tarefas e rotinas estão sendo cada vez mais automatizados por robôs, impulsionados por

tecnologias como inteligência artificial, big data, internet das coisas, análise de dados, digitalização e robotização. Essas inovações estão transformando o mercado de trabalho, substituindo progressivamente a mão de obra humana em várias áreas. Esse cenário disruptivo exige que a sociedade se prepare, resultando na redução de postos de trabalho em atividades rotineiras e aumentando a demanda por habilidades e competências criativas, que devem ser desenvolvidas no ensino superior e, cada vez mais, desde o ensino médio.

- Empresas e organizações buscam profissionais altamente qualificados e com competências técnicas avançadas em novos domínios do conhecimento, o que impõe desafios ao ensino superior, cuja adaptação é lenta. Uma pesquisa da Hays em 2022 sobre o mercado de trabalho na América Latina revelou dificuldades no recrutamento de talentos: 54% das empresas relataram falta de candidatos e 42% indicaram escassez de habilidades. Esse problema é mais grave em setores que exigem formação robusta, como o tecnológico, onde 47% das empresas apontaram escassez de profissionais na área de TI/Digital.
- As profissões mais demandadas atualmente englobam áreas como desenvolvimento de software, segurança cibernética, desenvolvimento de aplicativos, inteligência artificial, análise de Big Data e Business Intelligence. Há também um forte procura por especialistas em logística e gestão da cadeia de suprimentos (supply chain), marketing digital e gestão da experiência do cliente (customer experience), além de profissionais

1 A Educação 4.0, que ainda predomina no cenário atual, se destaca pela incorporação de tecnologias ao ambiente educacional e pela utilização de recursos digitais, como as salas de aula online. Para diversas instituições de ensino, particularmente no Brasil, a completa transição para a Educação 4.0 e a adaptação à revolução digital constituem desafios significativos, estando a Educação 5.0 ainda fora do horizonte imediato.

2 A concepção de Sociedade 5.0 foi introduzida em 2016 pelo governo japonês, com a ideia de, através da tecnologia, criar uma sociedade sustentável focada nos valores humanísticos. Em outras palavras, nesta visão de uma sociedade altamente avançada, as tecnologias digitais são empregadas para enfrentar questões sociais, incluindo Big Data, inteligência artificial, Internet das Coisas, realidade aumentada, robótica, entre outras.

3 A Indústria 5.0 estabelece uma sinergia inovadora entre capacidade humana e tecnologia automatizada, integrando essa colaboração como um pilar fundamental de sua estrutura tecnológica. Este modelo vanguardista coloca em destaque a personalização e ecoeficiência nos processos de produção, habilitando indivíduos a investirem em tarefas que requerem pensamento crítico, inovação e decisões estratégicas. Além disso, a Indústria 5.0 visa fomentar um desenvolvimento econômico orientado à mitigação dos efeitos adversos sobre o meio ambiente, simultaneamente atendendo às demandas específicas dos consumidores com produtos personalizados.

especializados em sustentabilidade e outras áreas correlatas.

Tendência 7.

Mudanças do processo ensino-aprendizagem

- Ao longo dos anos, a postura e o papel dos educadores sofreram transformações, assim como as expectativas dos estudantes e as contingências impostas pelos diferentes contextos sociais. Neste processo, o professor deixou de ser considerado o detentor exclusivo do conhecimento e responsável por fazer a transmissão dos saberes e passou a ser alguém que realiza a intermediação e facilita o processo de ensino.
- Paralelamente, ampliou-se a percepção sobre a existência de diferentes perspectivas de aprendizagem que os estudantes possuem, havendo a compreensão que há diferentes maneiras de se aprender, de tal forma que se faz necessário que os professores estejam atentos às dificuldades específicas de cada estudante e consigam encontrar estratégias para estimular o aprendizado de forma mais autônoma, personalizada e criativa (Silva 2022, p. 187).
- Há uma crescente demanda por parte dos estudantes para que o ensino seja mais prático

e conectado com a realidade. Essa tendência apresenta desafios, como a necessidade de adaptação e capacitação dos professores, além da utilização de novas ferramentas de ensino para tornar a aprendizagem mais dinâmica, prática e colaborativa.

- O aumento do acesso à internet e o uso de mídias sociais e outras ferramentas digitais transformaram a interação social e a forma como as pessoas obtêm informações, impactando a relação ensino-aprendizagem. A educação precisa evoluir para capacitar os alunos a transformarem informação em conhecimento na era digital, desenvolvendo metodologias que os ajudem a interpretar, analisar e compreender informações, além de aprimorar suas habilidades de comunicação (Pozo 2007).
- Entre as novas tendências impulsionadas com o avanço das tecnologias da informação destacam-se as seguintes: ampliação de modalidades de ensino totalmente on-line (EAD – Ensino à distância) ou híbridos; ampliação de mídias sociais como ferramentas de sociabilização e intercâmbio de informações; avanço das plataformas e ferramentas que utilizam da inteligência artificial; crescimento de metodologias que utilizam de jogos ou design de jogos (gamificação) para estimular a aprendizagem, com expressiva expansão de

sua ocorrência utilizando ferramentas virtuais (GASQUE 2016).

Tendência 8.

Aprendizagem ao longo de toda a vida

- A idade deixou de ser uma barreira para a educação, dando lugar à educação ao longo da vida (ALV), uma tendência que reconhece a importância do aprendizado contínuo para além da formação profissional inicial. Essa abordagem visa manter as habilidades



relevantes para o mercado de trabalho atualizadas, aprimorar as competências profissionais e promover o desenvolvimento pessoal.

- Por um lado, a escalada na taxa de desemprego entre profissionais, juntamente com as exigências incessantes de uma economia global dinâmica, alimentada pelo rápido avanço tecnológico, estão motivando muitos a buscar o aprimoramento educacional para manter a competitividade. Essa tendência está estimulando um aumento na

procura por oportunidades de atualização e aprofundamento de conhecimentos, levando os profissionais de volta ao ambiente educacional, seja de forma presencial ou virtual.

- Por sua vez, o envelhecimento demográfico da população global, do qual nem o Brasil nem o Amapá estão isentos, avança de forma inevitável. O envelhecimento da população global está levando a novas demandas e oportunidades na área da educação. Tanto os idosos quanto os governos estão buscando estratégias para promover um envelhecimento saudável e gratificante através da educação continuada. A UNESCO tem enfatizado a importância do aprendizado ao longo da vida, destacando seus benefícios para o bem-estar psicológico dos idosos e estabelecendo-o como um objetivo central para 2030

Tendência 9.

Fortalecimento das parcerias público-privadas na educação

- Observa-se atualmente um crescimento do estabelecimento das parcerias público-privadas com secretarias municipais e estaduais de educação, cuja finalidade se voltam tanto ao objetivo de aprimorar a gestão de unidades escolar ou mesmo para a execução de atividades fim, ou seja, de ensino propriamente dito.

- Um elemento que ajuda a compreender o avanço desta tendência é a modernização legislativa ocorrida no Brasil com o objetivo de aprimorar o regramento para que Organizações Sociais possam executar atividades meio ou fim que antes estavam a cargo exclusivamente do setor público. O estado do Amapá esteve na dianteira deste movimento, sendo o quinto estado a apresentar marco legal próprio para reger as parcerias público-privado (SILVA & TRIPODI 2021).
- Segundo o Mapa das Organizações da Sociedade Civil elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2020, a área de Educação e Pesquisa representou 9,8% das atuações das Organizações da Sociedade Civil (OSC), sendo que aproximadamente metade destas OSC atuam na educação infantil, em especial em creches (SILVA & TRIPODI 2021).





FORÇA MOTRIZ 4 TRANSFORMAÇÕES NA SAÚDE

Tendência 10.

Transição epidemiológica e avanços no cuidado da saúde

- Ao longo dos anos, a transição epidemiológica em escala mundial tem evidenciado uma evolução progressiva de um perfil de alta mortalidade causadas por doenças infecciosas e parasitárias para um aumento significativo nas ocorrências de doenças cardiovasculares, neoplasias (tumores), causas externas e outras doenças crônicas-degenerativas (PRATA, 1992, p. 168).
- Ou seja, há uma clara tendência de diminuição nas mortes por infecções e um crescimento nas doenças crônicas-degenerativas e aquelas resultantes de causas externas. Esse fenômeno está intimamente associado ao processo de transição demográfica, de forma que junto à redução das taxas de natalidade e fecundidade, assim como o aumento da expectativa de vida, o prolongamento da existência das pessoas faz com que elas possuam maior probabilidade de permanecerem cronicamente doentes (GOLDANI et. Al, 2012, p. 49).
- Conforme informações divulgadas pelo Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME)¹, entre 1990 e 2019, houve um aumento na taxa de mortalidade global por doenças não transmissíveis, passando de 56,7% para 74,4% do total de óbitos. Simultaneamente, a taxa de mortalidade por doenças transmissíveis,

maternas, neonatais e nutricionais diminuiu de 34,3% para 18%. A taxa de mortalidade por ferimentos também caiu, mas de forma mais lenta, de 8,9% para 7,6%. Essas mudanças refletem a transição epidemiológica global, caracterizada pela diminuição das mortes por doenças infecciosas e aumento das mortes por doenças crônicas.

- Ao analisar a transição epidemiológica no Brasil e no Amapá, verifica-se que ambos apresentam tendências similares quanto às causas de morte, com um aumento na proporção de óbitos por doenças não-transmissíveis e uma redução nos óbitos por doenças transmissíveis. Entretanto, nota-se que esse movimento ocorre de forma mais acentuada na média nacional do que no estado do Amapá. Esse fenômeno pode ser atribuído à diferença nas fases da transição demográfica entre o Amapá e o contexto nacional.
- Em contrapartida, ao se observar o percentual de óbitos causados por ferimentos, nota-se que, enquanto na média nacional existe uma diminuição gradual dessas causas de morte, no Amapá se identifica uma tendência de aumento até o ano de 2006, seguida por uma queda subsequente. Essa dinâmica no Amapá, de redução nos óbitos por doenças transmissíveis, maternas, neonatais e nutricionais, junto à tendência inicial de aumento e então diminuição nos óbitos por ferimentos, leva a uma aproximação proporcional entre as mortes por ferimentos e aquelas por doenças transmissíveis, maternas, neonatais e nutricionais.
- Desde o início de 1990, observou-se uma tendência de homogeneização das taxas de mortalidade infantil entre os diversos estados brasileiros, com aqueles apresentando

inicialmente taxas mais elevadas para este grupo etário registrando as maiores reduções percentuais ao longo do período, incluindo-se aqui o estado do Amapá. As principais ações que contribuíram para a redução da mortalidade na infância no Brasil em geral e no Amapá especificamente estão ligadas diretamente ao avanço da assistência fornecida pelo SUS, a maior atenção ao atendimento materno durante à gestação, assim como ao recém-nascido, a melhora da cobertura vacinal entre os bebês e a criação do programa Saúde da Família, que ampliou o cuidado e atenção às crianças (FRANÇA et. Al 2017, p. 57).

- Na medida que se analisa os óbitos das populações mais idosas, constata-se que as doenças não-transmissíveis (crônicas e degenerativas) passam a representar a grande maioria das causas. Isso ocorre para a população entre 50 e 69 anos e principalmente entre os maiores de 70 anos. Entre as principais causas para a faixa etária de 50 a 69 anos estão as doenças cardiovasculares, as neoplasias e as diabetes e doenças do rim. Já para os idosos maiores de 70, ganham significância o Alzheimer entre as mulheres e as Doenças Pulmonares Obstrutivas Crônicas entre os homens, para além das causas já mencionadas para a faixa etária anterior.
- O processo de envelhecimento da população alterou significativamente o perfil da carga de doenças no Amapá. As doenças associadas ao envelhecimento tornam-se mais prevalentes na sociedade. Como consequência dessa evolução, há um aumento na necessidade de serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, que são mais complexos, especializados e onerosos.
- À medida que a idade avança, aumenta a prevalência de morbidade causada por

¹ Ao longo de uma série histórica que se estende de 1990 a 2019, o IHME conduziu a medição da carga global de doenças (Global Burden of Diseases – GBD) de vários países, analisando a incidência de suas causas, riscos, óbitos, anos vividos com incapacidade, e anos de vida perdidos por incapacidade, com possibilidade de diferenciação por idade e gênero. Para o Brasil e suas Unidades Federativas, esses dados são atualizados com as informações disponíveis no DataSus.

ferimentos e doenças não-transmissíveis. Entre os idosos, a vasta maioria das causas de morbidade é representada por doenças não-transmissíveis, crônicas e degenerativas. Assim, ao considerar a transição epidemiológica e demográfica, com o consequente envelhecimento da população amapaense, verifica-se um aumento nas causas de morbidade por doenças não-transmissíveis e uma redução nas morbidades causadas por ferimentos e doenças transmissíveis, maternas, neonatais e nutricionais.

- Tendo em consideração que as doenças crônicas constituem as principais fontes de mortalidade e morbidade na atualidade, tanto no Amapá quanto no Brasil como um todo, é fundamental ressaltar que muitas dessas doenças estão ligadas a fatores de risco diretamente relacionados a hábitos saudáveis. Segundo a OMS, quatro principais fatores

de risco são responsáveis por uma fração substancial da carga de doenças crônicas: consumo alimentar inadequado, inatividade física, tabagismo e consumo abusivo de bebidas alcoólicas (MINISTÉRIO DA SAÚDE – 2022a).

- Relacionado ao estado nutricional e aos hábitos alimentares, se nota uma tendência de aumento nos fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis. Observou-se um crescimento significativo no percentual da população das capitais brasileiras com excesso de peso (IMC ≥ 25 kg/m²) durante o período. Embora os homens apresentem um percentual maior de excesso de peso, o ritmo de aumento entre as mulheres foi mais acentuado. Quanto à obesidade, constata-se um aumento em todos os segmentos inqueridos, sendo mais prevalente entre as mulheres, em indivíduos com menor nível de escolaridade e na faixa

etária de 45 a 54 anos. Em contrapartida, quanto ao consumo alimentar, registrou-se uma melhoria nos hábitos alimentares dos diferentes segmentos, tanto no aumento do consumo de frutas e hortaliças quanto na redução do consumo de refrigerantes (Ministério da Saúde, 2022c).

Tendência 11.

Impactos adversos das mudanças climáticas na saúde humana

- De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), as mudanças climáticas são consideradas a maior ameaça à saúde mundial no século XXI. Os impactos na saúde humana, especialmente os indiretos, incluem o aumento de doenças respiratórias e aquelas transmitidas por vetores. Outro fator de complicação é o aquecimento global, que vem intensificando os

períodos de seca em várias regiões do mundo, resultando em escassez hídrica e exacerbando as dificuldades relacionadas ao fornecimento e qualidade da água potável.

- Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de um sexto de todas as doenças e incapacidades no mundo resultam de infecções transmitidas por vetores. Doenças tropicais, incluindo malária, dengue, chicungunha, doença de Chagas, leishmaniose, entre outras, impactam mais de 1,7 bilhão de pessoas ao redor do planeta, afetando principalmente as camadas mais pobres e excluídas da população mundial. Essas enfermidades representam causas significativas de morbidade e mortalidade em países de clima tropical como o Brasil. A expansão dessas doenças está crescentemente associada às mudanças climáticas, as quais criam condições propícias para a redistribuição e ampliação dos habitats favoráveis de mosquitos e outros agentes patogênicos responsáveis pela transmissão de enfermidades.
- Nos últimos anos, a propagação da dengue, doença transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, tem sido intensificada por diversos fatores, entre os quais as mudanças climáticas se destacam como um dos mais

significativos, levando a OMS a classificar essa doença como uma epidemia de rápido crescimento globalmente. Em 2023, o Brasil respondeu por aproximadamente 80% dos casos de dengue registrados na América do Sul. E, nas primeiras quatro semanas de 2024, o país já acumulou cerca de 70% dos casos reportados nas Américas, marcando uma urgente necessidade de intervenção e reforço nas medidas de controle e prevenção (OMS, 2023). No Amapá, observou-se uma tendência similar de aumento nos casos de dengue nesse período, passando de 70 casos confirmados em janeiro de 2023 para 341 casos em janeiro de 2024. Estas informações evidenciam o impacto particularmente adverso das alterações climáticas na condição de saúde da população, com a expectativa de que essa tendência de crescimento persista.

- Para combater essa tendência de crescimento acentuado da dengue, em janeiro de 2024, o Ministério da Saúde integrou a vacina contra dengue ao Sistema Único de Saúde (SUS), posicionando o Brasil como o pioneiro mundial na disponibilização do imunizante em um sistema público de saúde universal.
- Um outro desafio decorrente do aumento das ondas de calor é o agravamento das complicações relacionadas à saúde

cardiovascular, cerebrovascular e respiratória, afetando primordialmente idosos e indivíduos com doenças preexistentes (SALDIVA, 2001). Também, temperaturas elevadas estão associadas a problemas de saúde mental, incluindo ansiedade, depressão e distúrbios relacionados ao estresse.

- As alterações climáticas afetam desproporcionalmente as comunidades mais vulneráveis, tais como indivíduos em situação de pobreza, grupos marginalizados ou excluídos socialmente, mulheres, crianças, idosos e pessoas com doenças preexistentes ou deficiências.
- O impacto desse cenário no estado do Amapá, uma região amazônica já desafiada por questões socioeconômicas e de infraestrutura, pode ser particularmente severo. A vulnerabilidade do Amapá às mudanças climáticas, especialmente em termos de eventos climáticos extremos, como inundações e secas, pode exacerbar os problemas de saúde existentes e gerar novos desafios para as populações mais desprotegidas. Sem sistemas de saúde adequados e resilientes, as comunidades vulneráveis do estado podem enfrentar dificuldades ainda maiores no acesso a cuidados de saúde essenciais, resultando em uma ampliação das disparidades de saúde.



FORÇA MOTRIZ 5 MUDANÇAS ACELERADAS NO MEIO AMBIENTE

Tendência 12.

*Pressão – Desenvolvimento
predatório*

- O modelo de crescimento destrutivo que, em muitos casos, orienta nossa sociedade é caracterizado por uma busca incessante por desenvolvimento econômico, frequentemente negligenciando os impactos ambientais e sociais. Essa abordagem valoriza a maximização dos lucros e o consumo excessivo, contribuindo para a exploração insustentável dos recursos naturais e gerando desigualdades sociais.
- Há uma crescente apreensão de que as perspectivas do desenvolvimento estejam cada vez mais ameaçadas pelos limites planetários, especialmente através dos impactos das mudanças climáticas, levando a preocupações sobre o aumento no uso de recursos naturais, intensificando a pressão sobre o meio ambiente natural. A partir dessas percepções, tornou-se

evidente que o crescimento convencional não pode perdurar no futuro a longo prazo.

- Os países mais ricos são os principais contribuintes para as emissões de gases de efeito estufa, tanto em termos per capita, quanto totais. Mudanças significativas nos padrões de consumo, funções de produção, estilos de vida e opções de consumo são essenciais no mundo desenvolvido, para direcionar as emissões de gases de efeito estufa para um caminho mais sustentável. Embora a tecnologia e a urbanização ofereçam uma oportunidade para que o crescimento nas economias emergentes não replique a expansão de emissões de carbono observadas nas últimas duas décadas, não há garantia de que estas tomarão um caminho mais sustentável.
- A exploração de recursos, especialmente metais e minerais, aumentou significativamente ao longo do século XX, impulsionada pela demanda da sociedade moderna. Apesar dos avanços proporcionados, essa exploração trouxe desafios consideráveis, como o esgotamento de depósitos e a necessidade de extrair minérios de menor qualidade, aumentando os riscos ambientais. A distribuição desigual de recursos minerais destaca a importância de avaliar seu papel, considerando a reciclagem de

metais e a preocupação com o esgotamento de minerais essenciais como o fósforo.

- Uma questão crucial decorrente do uso de recursos é que os custos ambientais e sociais são tipicamente mais significativos durante a extração, quando ocorre desmatamento ou deslocamento de populações, enquanto os maiores benefícios se acumulam no final da cadeia de abastecimento.
- Em 2015, o consumo global de energia atingiu cerca de 13,5 bilhões de toneladas equivalentes de petróleo (IEA, 2018), com expectativa de aumento para cerca de 19 bilhões de toneladas até 2040 (IEA, 2016). Esta expectativa de aumento se dá, principalmente, devido ao consumo de energia em economias em desenvolvimento que são dependentes de fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis. A promoção da eficiência energética é considerada crucial para mitigar impactos relacionados à energia. Contudo, cerca de 1,2 bilhão de pessoas ainda carecem de acesso à eletricidade, enquanto 2,7 bilhões utilizam combustíveis tradicionais para cozinhar. Além disso, a demanda por energia gera competição por recursos naturais, como água e terra, resultando em distribuição desigual e conflitos em diversos níveis.
- Globalmente, as emissões de gases de efeito estufa atingiram 33 gigatoneladas de

CO2 equivalente em 2014, com projeções de alcançar 38 gigatoneladas em 2040 (IEA 2015), principalmente devido à queima de combustíveis fósseis. Apesar de tendências históricas de descarbonização e melhoria na eficiência, a atual trajetória sugere um aumento de temperatura global além da meta de 2°C do Acordo de Paris (IEA, 2015; United Nations, 2015; IEA, 2016). Esse possível excesso destaca a necessidade de ações mais audaciosas. Simultaneamente, as concentrações de CO2 e outros gases de efeito estufa continuam a aumentar, impulsionadas pelo consumo crescente de combustíveis fósseis para atender às demandas de energia em constante crescimento.

- A biodiversidade está sob crescente pressão devido a fatores como produção de energia, extração de recursos, comércio de fauna, poluição e mudanças no uso do solo. A perda e transformação de habitats naturais são as principais ameaças atuais, mas as mudanças climáticas podem se tornar a principal pressão no futuro. Mesmo com avanços tecnológicos, atender às futuras demandas por alimentos, energia e outros serviços ecossistêmicos permanece um desafio.
- A pegada ambiental do sistema alimentar global é imensa, sendo responsável por 19% a 29% das emissões globais de gases de efeito estufa (Vermeulen, Campbell e Ingram, 2012). A agricultura é a atividade humana mais territorialmente expansiva, ocupando 38% da área global e utilizando 70% da água doce (FAO, 2017a; FAO, 2017b). Além de ser a principal causa da perda de biodiversidade (Kok et al., 2014), a produção de alimentos é uma grande poluidora, especialmente em sistemas intensivos que utilizam pesticidas e fertilizantes (Popp, Petö e Nagy, 2013; Sutton et al., 2013; Zhang, Zeiss e Geng, 2015). O setor agrícola perde ou desperdiça cerca de um terço dos alimentos produzidos globalmente,

com 56% dessas perdas ocorrendo em países industrializados e 44% em países em desenvolvimento (Lipinski et al. 2013; UNEP, 2015).

- O setor pecuário, responsável por 18% das calorias e 40% da proteína na dieta global, contribui com metade das emissões de gases de efeito estufa da agricultura (Gerber et al., 2013; FAO, 2017a) e utiliza 80% da terra agrícola (FAO, 2009). A produção de alimentos, impulsionada pela pecuária, é a principal causa da destruição de habitats (Machovina, Feeley e Ripple, 2015). Essa carga ambiental, muitas vezes deslocada do consumo que a impulsiona, ressalta a necessidade de repensar as práticas agrícolas, especialmente considerando que 20% da terra e água agrícolas são dedicadas a commodities consumidas em outros países (MacDonald et al., 2015).
- Apesar da produção global de alimentos ser suficiente para alimentar a população mundial, a distribuição desigual resulta em mais de 800 milhões de pessoas subnutridas e mais de 2 bilhões com deficiências de micronutrientes, enquanto mais de 2,3 bilhões estão obesas ou com excesso de peso. Até 2050, a produção de alimentos precisará aumentar em pelo menos 50% para atender à crescente população global.
- A urbanização global é um fenômeno crescente, com 54% da população mundial vivendo em cidades, que geram mais de 80% do PIB global. Até 2050, estima-se que 66% da população mundial residirá em áreas urbanas. Apesar da riqueza gerada nas cidades, a distribuição é desigual, com 600 cidades responsáveis por mais de 62% do PIB global.
- A urbanização traz benefícios como redução da fertilidade, aumento da expectativa de vida e melhor acesso a serviços essenciais, mas também desafios como desigualdade social, poluição, tráfego, ilhas de calor, doenças,

criminalidade e moradias informais. Cerca de 3 bilhões de habitantes urbanos não têm acesso a instalações adequadas de descarte de resíduos.

- As cidades, ocupando apenas 3% da superfície terrestre, têm um impacto ambiental desproporcional devido à sua grande demanda por recursos e suas emissões poluentes. A demanda energética urbana é responsável por mais de 70% das emissões de carbono relacionadas à energia. O abastecimento de água nas cidades também depende de quase metade das bacias hidrográficas mundiais, e a água usada na produção de alimentos para as cidades excede em muito o volume destinado ao consumo direto.
- A poluição ambiental global, impulsionada pela urbanização e desenvolvimento econômico, tem graves impactos transfronteiriços, especialmente na saúde humana e na economia. A poluição do ar, principal causa de doenças em escala global, resulta em milhões de mortes prematuras por ano, além de perdas econômicas significativas. A queima de materiais para cozinhar e aquecer é um fator importante, afetando principalmente pessoas vulneráveis em países de baixa e média renda.
- O tratamento inadequado de águas residuais é um problema global, com 80% das águas residuais sendo descartadas sem tratamento, contaminando o ambiente com patógenos, produtos farmacêuticos e disruptores endócrinos. Apesar de seu potencial como fonte de água e nutrientes, a má gestão das águas residuais causa sérios riscos à saúde pública e aos ecossistemas, incluindo surtos de doenças, eutrofização e salinização do solo.
- O lixo marinho, principalmente o plástico, está aumentando rapidamente nos oceanos devido ao manejo inadequado de resíduos. Sem intervenção, a quantidade de plástico

nos oceanos pode chegar a 250 milhões de toneladas até 2025. Esse lixo prejudica a vida marinha, transporta patógenos e espécies invasoras e representa um risco potencial para a saúde humana através da ingestão de partículas de plástico presentes em peixes e frutos do mar. Os impactos econômicos, sociais e ambientais do lixo marinho são extensos, incluindo custos de limpeza e perdas em setores como turismo e pesca.

- A geração global de resíduos urbanos é estimada em 7 a 10 bilhões de toneladas por ano. Países desenvolvidos têm sistemas avançados de gestão de resíduos e buscam estratégias para integrar novos tipos de resíduos, promover o consumo e produção sustentáveis, e adotar tecnologias emergentes. No entanto, países em desenvolvimento ainda enfrentam desafios básicos, como despejo descontrolado e falta de acesso a serviços de resíduos. Globalmente, 3 bilhões de pessoas não têm acesso a sistemas adequados de disposição de resíduos, o que pode causar impactos ambientais, sociais e econômicos significativos (UNEP, 2015).
- A mineração é um dos maiores geradores de resíduos globalmente, produzindo cerca de 90 bilhões de toneladas de rejeitos em 2014. A atividade mineradora causa desmatamento, poluição da água, ameaças à biodiversidade e aumento da demanda por energia, contribuindo para as emissões de gases de efeito estufa. O armazenamento de rejeitos de mineração, como demonstrado pelo desastre de Mariana em 2015, apresenta desafios significativos e riscos ambientais. O colapso da barragem de rejeitos da mineradora Samarco ocorrida em 2015 em Minas Gerais⁶, entre outros eventos, demonstrou que as estratégias de

armazenamento de longo prazo para esse setor não são soluções seguras.

- O desperdício de alimentos é um problema significativo, com cerca de um terço dos alimentos destinados ao consumo humano sendo perdidos ou desperdiçados anualmente, resultando em um prejuízo financeiro de até US\$ 1 trilhão. Esses alimentos poderiam alimentar mais de 2 bilhões de pessoas, o dobro do número de subnutridos no mundo. Além disso, o desperdício de alimentos gera emissões desnecessárias de gases de efeito estufa, equivalentes a 3,3 gigatoneladas de CO2 em 2007, representando 9% das emissões globais totais (UNEP, 2015). Se fosse um país, o desperdício de alimentos seria o terceiro maior emissor de CO2 no mundo (FAO, 2013).
- A poluição química, proveniente de mais de 100.000 produtos químicos presentes no mercado, é uma ameaça global que atinge até os locais mais remotos do planeta. A capacidade do ambiente de assimilar essas cargas químicas é frequentemente ignorada, e a expansão de bactérias resistentes a antibióticos, devido ao mau uso de medicamentos, agrava o problema.
- A dinâmica econômica, impulsionada pela demanda internacional, tem pressionado os recursos naturais do Brasil e da Amazônia, levando a práticas insustentáveis que causam desmatamento, fragmentação de ecossistemas e perda de biodiversidade. A Amazônia, em particular, enfrenta desafios devido ao interesse em megaprojetos de mineração, exploração de hidrocarbonetos e geração de energia hidrelétrica, além da expansão da agricultura e pecuária. Essas atividades têm levado à expansão da infraestrutura e a mudanças

nos métodos de produção, impactando negativamente o meio ambiente e a qualidade de vida local. Muitas vezes, as políticas públicas incentivam atividades produtivas que não consideram a sustentabilidade.

- A Amazônia enfrenta desafios críticos, como o desmatamento, queimadas e invasões ilegais de terras, colocando em risco não apenas a sobrevivência dos ecossistemas locais, mas também a vida das comunidades indígenas e ribeirinhas. Para complicar ainda mais a situação, a expansão das monoculturas agrícolas e da pecuária intensiva contribuem para o aquecimento global e a perda de biodiversidade.
- No início do século XXI, a região amazônica experimentou um crescimento populacional significativo, com mais da metade da população em áreas urbanas em quatro dos oito países amazônicos⁷. Essa urbanização trouxe desafios ambientais, como o aumento de resíduos sólidos e a contaminação da água. A região enfrenta o desafio de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, um dilema crucial para seu futuro e o do planeta

Tendência 13.

Impacto – Degradação ambiental

- O aumento das temperaturas médias do planeta, alterações nos regimes de chuvas, a ocorrência mais frequente de eventos climáticos extremos e a elevação do nível do mar são apenas alguns dos sinais visíveis da crise climática. Para além dos efeitos no meio ambiente, as mudanças no clima colocam em xeque a segurança alimentar,

6 Em 5 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, operada pela empresa mineradora Samarco, no município de Mariana, Minas Gerais. O desastre resultou na morte de dezenove pessoas e devastou o ecossistema ao longo do Rio Doce, afetando cidades de Minas Gerais e Espírito Santo, até sua foz.

7 A Amazônia abrange aproximadamente 6,74 milhões de km² e se distribui por oito países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Suriname, e a Guiana Francesa.

a gestão dos recursos hídricos, a preservação da biodiversidade e a saúde pública.

- As mudanças climáticas, impulsionadas pelas emissões de gases de efeito estufa, são uma realidade incontestável. O ano de 2023 foi o mais quente da história, e a expectativa é que 2024 seja ainda mais quente devido ao El Niño. Até 2018, a maioria dos anos mais quentes já registrados ocorreram na década anterior.
- As emissões de gases de efeito estufa (GEE) são desigualmente distribuídas: os 10% mais ricos da população mundial são responsáveis por 50% das emissões, enquanto os 50% mais pobres contribuem com apenas 10% (King, 2015). Além disso, há uma inequidade entre gerações no que diz respeito ao orçamento de carbono necessário para limitar o aquecimento global a menos de 2°C. As futuras gerações terão um limite mais restrito de emissões permitidas. Se os níveis atuais de emissão continuarem, 80% do orçamento de carbono para esse objetivo será consumido até 2030, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
- As mudanças climáticas estão causando impactos globais significativos, como alterações no ciclo da água, aquecimento dos oceanos, perda de gelo no Ártico, aumento do nível do mar e mudanças nos ciclos de carbono e biogeoquímicos. Esses impactos intensificam a frequência e severidade de incêndios florestais e aumentam os riscos para sistemas naturais e humanos, afetando desproporcionalmente as populações mais vulneráveis. A frequência de eventos climáticos extremos dobrou desde 1980, resultando em perdas de vidas e custos econômicos significativos.
- A Amazônia enfrenta desafios críticos, como o desmatamento, queimadas e invasões ilegais de terras, colocando em risco não apenas a sobrevivência dos ecossistemas locais, mas

também a vida das comunidades indígenas e ribeirinhas. Para complicar ainda mais a situação, a expansão das monoculturas agrícolas e da pecuária intensiva contribuem para o aquecimento global e a perda de biodiversidade.

- No início do século XXI, a região amazônica experimentou um crescimento populacional significativo, com mais da metade da população em áreas urbanas em quatro dos oito países amazônicos. Essa urbanização trouxe desafios ambientais, como o aumento de resíduos sólidos e a contaminação da água. A região enfrenta o desafio de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, um dilema crucial para seu futuro e o do planeta.
- O aumento das temperaturas médias do planeta, alterações nos regimes de chuvas, a ocorrência mais frequente de eventos climáticos extremos e a elevação do nível do mar são apenas alguns dos sinais visíveis da crise climática. Para além dos efeitos no meio ambiente, as mudanças no clima colocam em xeque a segurança alimentar, a gestão dos recursos hídricos, a preservação da biodiversidade e a saúde pública.
- As mudanças climáticas, impulsionadas pelas emissões de gases de efeito estufa, são uma realidade incontestável. O ano de 2023 foi o mais quente da história, e a expectativa é que 2024 seja ainda mais quente devido ao El Niño. Até 2018, a maioria dos anos mais quentes já registrados ocorreram na década anterior.
- As emissões de gases de efeito estufa (GEE) são desigualmente distribuídas: os 10% mais ricos da população mundial são responsáveis por 50% das emissões, enquanto os 50% mais pobres contribuem com apenas 10% (King, 2015). Além disso, há uma inequidade entre gerações no que diz respeito ao orçamento de carbono necessário para limitar o aquecimento

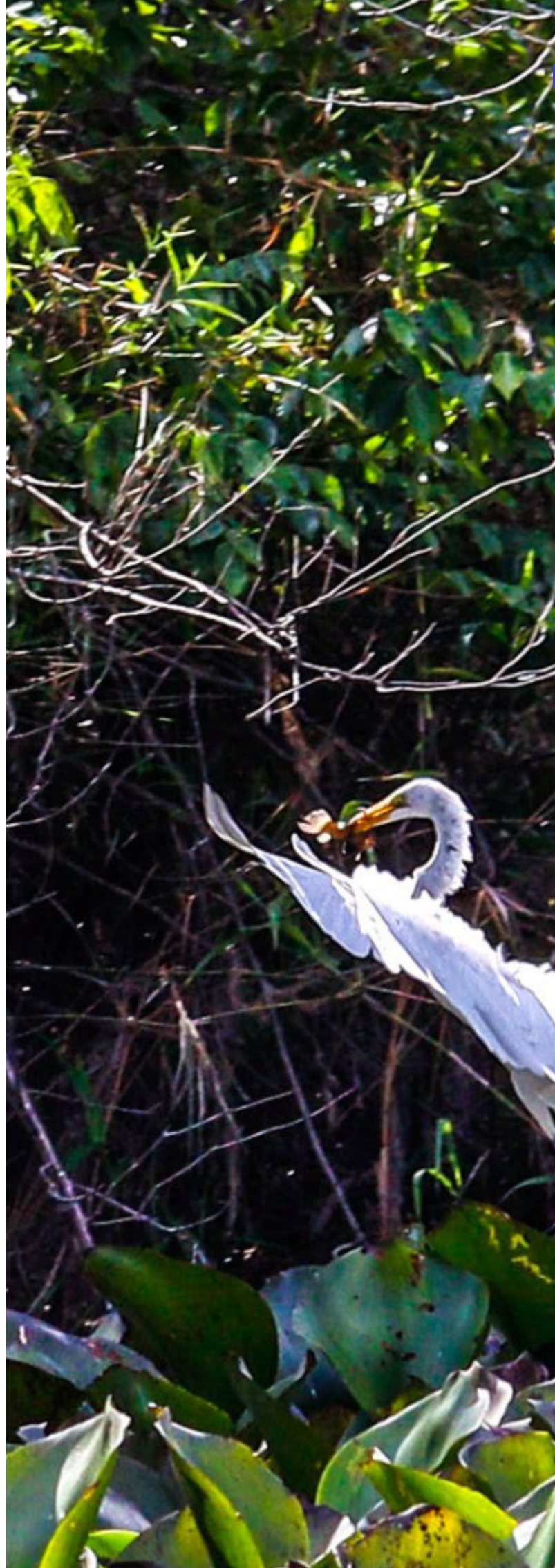


global a menos de 2°C. As futuras gerações terão um limite mais restrito de emissões permitidas. Se os níveis atuais de emissão continuarem, 80% do orçamento de carbono para esse objetivo será consumido até 2030, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

- As mudanças climáticas estão causando impactos globais significativos, como alterações no ciclo da água, aquecimento dos oceanos, perda de gelo no Ártico, aumento do nível do mar e mudanças nos ciclos de carbono e biogeoquímicos. Esses impactos intensificam a frequência e severidade de incêndios florestais e aumentam os riscos para sistemas naturais e humanos, afetando desproporcionalmente as populações mais vulneráveis. A frequência de eventos climáticos extremos dobrou desde 1980, resultando em perdas de vidas e custos econômicos significativos.
- Embora não haja um entendimento abrangente sobre a saúde dos ecossistemas em escala mundial, é reconhecido que a situação de diversos habitats está se deteriorando. Dentre 14 habitats terrestres, 10 apresentaram redução na produtividade vegetal, e aproximadamente metade das ecorregiões terrestres está categorizada sob condições não favoráveis. Áreas úmidas naturais e habitats marinhos, como ecossistemas de águas profundas e recifes de coral, são destacados como de particular preocupação global (UN Environment, 2019).
- As taxas de desmatamento variam entre as regiões, mas a tendência geral indica uma perda florestal contínua ao redor do mundo. Na década de 1990, cerca de 10,6 milhões de hectares de florestas naturais eram perdidos anualmente. Para o período de 2010-2015, essa taxa havia diminuído para 6,5 milhões de

hectares por ano. Simultaneamente, a taxa de crescimento de florestas plantadas é de cerca de 3,2 milhões de hectares por ano, e até 2015 representavam 7% da área florestal global, principalmente concentrada em países de alta renda (UN Environment, 2019). Vale destacar que as plantações não oferecem a mesma diversidade de serviços ecossistêmicos que as florestas naturais.

- O desmatamento e as queimadas têm contribuído significativamente para a perda de biodiversidade e os desastres ambientais na Amazônia. A transformação acelerada do ecossistema amazônico resultou em grandes áreas desmatadas, comprometendo a absorção de carbono pela floresta e contribuindo para a liberação de gases de efeito estufa. As mudanças climáticas, por sua vez, estão alterando os padrões de temperatura e precipitação na região, ameaçando a sobrevivência de espécies e aumentando a vulnerabilidade das comunidades humanas.
- Além dos impactos ambientais, a degradação dos serviços ecossistêmicos na Amazônia tem consequências diretas na saúde e na economia local. A disseminação de doenças, como a malária, a dengue e o mal de Chagas, está relacionada às mudanças no uso do solo e à degradação ambiental. As comunidades locais sofrem com o aumento da incidência de doenças respiratórias devido aos incêndios florestais e à poluição do ar.
- A degradação ambiental também afeta a economia local, com perdas econômicas decorrentes da redução na qualidade da água, da diminuição da biodiversidade e do aumento dos custos de produção agrícola. Além disso, a fragmentação e degradação das florestas têm impactos negativos nas relações sociais, gerando conflitos por recursos naturais



e mudanças drásticas nos modos de vida tradicionais das comunidades indígenas.

Tendência 14. *Resposta - Sustentabilidade e proteção*

- É urgente implementar medidas eficazes para proteger e restaurar a Amazônia. A gestão integrada da bacia amazônica, o fortalecimento dos marcos regulatórios e o incentivo a práticas sustentáveis de uso da terra são fundamentais para garantir a preservação desse importante bioma e assegurar o bem-estar das populações locais e a saúde do planeta como um todo.
- Para alcançar um desenvolvimento sustentável, são necessárias mudanças significativas na eficiência do uso de terra, água e energia, incluindo grandes ganhos na produtividade agrícola, na eficiência energética, além da rápida adoção de energias "livre de carbono". É crucial garantir acesso pleno aos recursos alimentares, hídricos e energéticos, rompendo com tendências atuais. A inovação no capital humano, através de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e compartilhamento de conhecimento, é essencial para aumentar a produtividade e maximizar o uso dos recursos. Avanços rápidos estão ocorrendo em tecnologias limpas e eficientes, como energias renováveis, armazenamento de energia e opções de transporte de baixo carbono.
- O custo de energias renováveis, especialmente eólica e solar, tem caído drasticamente, tornando-as mais competitivas que as fontes fósseis em muitos casos. Essa tendência deve continuar impulsionando o investimento em renováveis e tornando a energia solar a principal fonte de baixa emissão de carbono até 2040, especialmente devido ao crescimento na China e Índia.
- Para atingir padrões de consumo e produção sustentáveis para energia, alimentos e água, e garantir acesso universal a esses recursos, enquanto se previnem problemas ambientais como mudanças climáticas e poluição, são necessárias transições-chave. Essas transições incluem mudanças no estilo de vida, preferências de consumo e comportamento do consumidor, juntamente com processos de produção mais limpos, eficiência de recursos e responsabilidade corporativa.
- Uma economia circular promove o uso sustentável de recursos, transformando resíduos em insumos para outros processos, minimizando o desperdício e maximizando a eficiência. A gestão eficiente abrange todo o ciclo de vida do produto, desde a extração até a reciclagem. Estratégias como recusar, reduzir, reutilizar e reciclar são importantes, e a educação desempenha um papel crucial. A transição para uma economia circular oferece oportunidades de inovação e negócios, mas exige políticas sólidas para a gestão de recursos e resíduos. Além disso, o uso de recursos está interligado às tecnologias e políticas energéticas, evidenciando a necessidade de considerar as conexões entre recursos materiais, energia e meio ambiente.
- Para promover o uso sustentável da terra e combater a degradação do solo, é crucial adotar tecnologias inovadoras e estratégias de manejo em diferentes escalas. Essas

práticas, que incluem agricultura sustentável, manejo florestal responsável e restauração de terras, também aumentam a resiliência às mudanças climáticas. Acordos multilaterais sobre o meio ambiente fornecem uma base sólida para ações conjuntas nesse sentido.

- Para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável relacionados à pobreza e fome, é crucial promover sistemas alimentares sustentáveis e inclusivos. Isso requer políticas alimentares integradas que abordem os desafios sociais, econômicos, ambientais e de saúde enfrentados por agricultores familiares, trabalhadores rurais e grupos marginalizados. As medidas devem garantir segurança alimentar, nutrição adequada, resiliência a choques climáticos e econômicos, e meios de subsistência sustentáveis para agricultores e trabalhadores rurais. Abordagens como sistemas alimentares mais curtos, agroecologia, gestão holística de recursos

naturais e empoderamento econômico podem contribuir para esse objetivo.

- Para garantir a segurança hídrica e uma distribuição equitativa da água, é crucial promover o uso
- eficiente da água, a reciclagem e a captação de água da chuva. O planejamento urbano deve integrar considerações sobre a água, incluindo o manejo de águas superficiais e subterrâneas e a recarga de aquíferos. Investir em tratamento e reciclagem de águas residuais também é fundamental. Essas medidas contribuem para a gestão eficaz da disponibilidade e qualidade da água, mitigando riscos de seca e garantindo um sistema de abastecimento urbano resiliente.
- A proteção ambiental é essencial para o bem-estar humano e a preservação da biodiversidade. Envolve a conservação de ecossistemas, a redução da poluição e a

gestão sustentável de recursos naturais. É crucial considerar a justiça social e a equidade, incluindo as necessidades de comunidades vulneráveis. Povos indígenas e comunidades locais desempenham um papel fundamental na proteção da biodiversidade, oferecendo soluções inovadoras e de baixo para cima.

- A posse desigual de terras é um desafio para o manejo sustentável, e a segurança da posse de terras indígenas pode gerar benefícios significativos. A perda de biodiversidade está ligada ao uso da terra, exigindo ação internacional coordenada e políticas que vão além da conservação tradicional. O custo da inação é alto, e a falta de ação agora resultará em custos ainda maiores no futuro. A proteção ambiental é uma prioridade urgente para garantir um futuro sustentável para todos.
- O Brasil tem um papel relevante nas discussões sobre desenvolvimento sustentável em fóruns

multilaterais, como demonstrado por sua liderança na Rio 92 e Rio+20. A Rio 92 consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável e a Rio+20 definiu a agenda para as próximas décadas. O país também participou ativamente da Cúpula da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável em 2015, que definiu a Agenda 2030. Além disso, o Brasil sediará a COP 30 em 2025, reforçando seu protagonismo na agenda global de sustentabilidade.

- O Brasil, país com a maior biodiversidade do mundo, possui uma variedade de biomas, cada um com suas características únicas. A Amazônia, o maior bloco contínuo de floresta tropical do mundo, é crucial para a manutenção dos serviços ambientais e da biodiversidade. Apesar de sua riqueza natural e cultural, a Amazônia enfrenta o desafio de interromper a destruição florestal, que contribui significativamente para as emissões de gás carbônico e o aquecimento global. O Brasil

está comprometido com a conservação e uso sustentável da biodiversidade, buscando conciliar o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental, como estabelecido no Marco Global de Kunming-Montreal de Biodiversidade para 2030.

- A Amazônia, rica em biodiversidade e marcada por milênios de ocupação humana, possui uma diversidade sociocultural e conhecimentos tradicionais importantes para a conservação ambiental. No entanto, a falta de investimento em ciência e tecnologia na região dificulta o aproveitamento sustentável de seu potencial. A criação de áreas protegidas, como Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas, é crucial para a preservação da biodiversidade e dos serviços ambientais, especialmente na Amazônia, onde essas áreas ocupam uma extensão territorial significativa.

- Na Amazônia, as áreas protegidas ocupam aproximadamente 215 milhões de hectares, equivalendo a 51% da área total do bioma. Dessas áreas, metade é composta por Terras Indígenas; 32,7% por UC de uso sustentável; e 17% por UC de proteção integral, enquanto os territórios quilombolas representam apenas 0,14% das áreas protegidas. No total, são 677 áreas protegidas, com predominância das Terras Indígenas, seguidas pelas UC de uso sustentável (MMA, 2023). O estado do Amapá conta com 70,9% de sua área abrigada por áreas protegidas, sendo 8,3% de terras indígenas; 33,4% de UC de proteção integral; e 29,2% de UC de uso sustentável (MMA, 2023). Essa configuração posiciona o Amapá como um líder em proteção ambiental, com as áreas preservadas desempenhando um papel fundamental para o desenvolvimento sustentável na região.





2

DESAFIO

O planejamento e desenvolvimento sustentável do Amapá exigem uma compreensão profunda e abrangente de sua realidade atual. Um diagnóstico preciso, que identifique tanto as oportunidades quanto os desafios existentes, é fundamental para traçar um caminho rumo a um futuro sustentável e inclusivo. O diagnóstico não se limita a ser um mero retrato do presente, mas atua como um guia estratégico, orientando a formulação de políticas públicas eficazes e direcionando investimentos para áreas prioritárias.

Ao analisarmos a realidade amapaense, deparamo-nos com uma região de características únicas, marcada por desafios complexos e um vasto potencial ainda por explorar. A pobreza e a desigualdade social se apresentam como obstáculos persistentes, impactando a qualidade de vida de uma parcela significativa da população e perpetuando ciclos de vulnerabilidade. A educação, pilar essencial para o desenvolvimento humano e social, enfrenta desafios em termos de acesso, qualidade e infraestrutura, limitando as oportunidades de crescimento e desenvolvimento para crianças e jovens. A saúde pública, por sua vez, demanda atenção especial, com a necessidade de ampliar o acesso a serviços de qualidade, fortalecer a prevenção e o combate a doenças, e garantir o bem-estar da população.

A economia do Amapá, embora possua um grande potencial, ainda enfrenta desafios em termos de diversificação, geração de emprego e renda, e atração de investimentos. A gestão ambiental e territorial, em um estado com uma rica biodiversidade e recursos naturais abundantes, exige atenção especial para garantir a preservação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos e a proteção das comunidades tradicionais. A segurança pública, por sua vez, demanda ações efetivas para combater a violência, garantir a ordem social e promover a paz nas cidades e comunidades.

Diante deste cenário complexo e multifacetado, a identificação e análise dos principais desa-

fios enfrentados pelo Amapá se tornam cruciais para a formulação de estratégias e ações que impulsionem o desenvolvimento do estado. A seguir, apresentamos os desafios mais prementes, abrangendo as áreas social, econômica, segurança pública, ambiental, territorial, e de governança e de participação social:

1. O sistema de desenvolvimento e inclusão social do estado precisa ser melhor articulado e fortalecido para enfrentar de maneira mais eficaz a pobreza, a desigualdade social e promover um nível mais elevado de desenvolvimento sustentável:

- O sistema de assistência e proteção social precisa de melhorias na coordenação e ampliação para assegurar o acesso adequado a serviços públicos para pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.
- O sistema de saúde pública estadual requer expansão e aperfeiçoamento para promover o bem-estar da população amapaense de maneira mais eficaz.
- O sistema de educação básica estadual necessita de uma cobertura maior e de um aumento na qualidade para fomentar o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais, como cidadania, pensamento crítico, criatividade, inovação e adaptação às mudanças sociais, culturais, ambientais e tecnológicas.
- O estado precisa fortalecer sua capacidade de promover e assegurar os direitos individuais e coletivos da população amapaense.
- A capacidade de investimento do estado precisa ser ampliada para enfrentar o déficit qualitativo e quantitativo de moradia, promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos amapaenses, além de contribuir para o ordenamento urbano e territorial.

- Considerando que uma parcela significativa da população amapaense ainda carece de saneamento básico, é fundamental ampliar a capacidade de investimento do estado e dos municípios, visando à universalização e à melhoria da qualidade dos serviços de saneamento básico.

2. O sistema de educação superior e de fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação no estado necessita de aprimoramento para promover o desenvolvimento sustentável, aproveitando melhor as potencialidades da sociobioeconomia e inserindo o estado nas transformações da economia 4.0, como Cidades Inteligentes, Smart Governments, startups, biotecnologia, Inteligência Artificial (IA), entre outros.

3. Crescimento constante da delinquência e da violência associadas pela luta pelo controle territorial e atividades ilegais como narcotráfico, comércio ilegal de armas e delitos ambientais (desmatamento, contrabando de animais silvestres e exploração minerária ilegal), deteriorando a qualidade de vida da população amapaense e o clima para os negócios lícitos, e ameaçando a cultura das populações tradicionais.

4. O sistema de segurança pública estadual necessita de melhorias para garantir a justiça e a paz cidadã, o controle territorial e ambiental, e enfrentar as ameaças das organizações criminosas regionais, nacionais e internacionais:

- As políticas públicas estaduais de segurança precisam ser aprimoradas para enfrentar de maneira mais eficaz às ameaças ao controle territorial e ambiental causadas por facções criminosas regionais, nacionais e internacionais.
- A efetividade, coordenação e articulação institucional dos órgãos de segurança do estado, bem como a articulação interinstitucional, precisam ser fortalecidas para melhorar a

prevenção e o enfrentamento de problemas relacionados à segurança, convivência e controle territorial e das fronteiras.

- A integração das políticas estaduais de segurança pública com as políticas públicas sociais necessita de aprimoramento.
- O controle do sistema penitenciário estadual requer melhorias.
- O sistema de gestão da inteligência na segurança pública do estado precisa ser aperfeiçoado.
- A formação dos recursos humanos do sistema de segurança pública do estado necessita ser fortalecida.

5. O modelo de desenvolvimento dominante na Amazonia atual é fortemente dependente da exploração intensiva de recursos naturais, baseado na extração de madeira, na mineração, na expansão da fronteira agrícola através do desmatamento para pecuária e agricultura (especialmente soja), e na construção de grandes projetos de infraestrutura, como hidrelétricas.

6. Incipiente processo de inovação e reestruturação do sistema produtivo do estado, direcionado ao aproveitamento das potencialidades da bioeconomia na exploração da sua riqueza natural, na conservação da sociobiodiversidade, na geração de serviços ecossistêmicos, impactando assim nas oportunidades de emprego e renda da sua população.

7. Sistema estadual de promoção do desenvolvimento econômico do Amapá mostra-se insuficiente para aproveitar as potencialidades na produção de bens e serviços da sociobioeconomia, estimular a diversificação da estrutura produtiva, incentivar a inovação e o empreendedorismo e promover a inclusão produtiva da população economicamente ativa do estado:

- Não há um sistema de informação e bases de dados atualizados sobre a estrutura econômica e o comportamento dos setores econômicos do estado, o que dificulta a formulação de políticas públicas e a tomada de decisões estratégicas no setor: contas regionais, matriz insumo-produto, cadeias de valor dos produtos tradicionais e da bioeconomia, registro e contagem dos produtores, geração de emprego e balança comercial interna e externa.
- O estado do Amapá necessita de um sistema de fomento da bioeconomia que aproveite as potencialidades dos seus recursos naturais, desenvolvendo modelos sustentáveis de produção e articulando crédito, incentivos fiscais, assistência técnica e extensão rural, estruturação das cadeias produtivas, organização dos produtores, rastreabilidade e certificação, regularização fundiária e apoio para a comercialização.
- O estado precisa melhorar sua capacidade de fortalecer e articular as políticas e programas de fomento da atividade econômica, especialmente para Micro e Pequenos Negócios, formais e informais: crédito de fomento, capacitação em gestão de negócios, etc.
- Há necessidade de estratégias mais eficazes para a atração de investimentos e capitais que fortaleçam a diversificação da estrutura produtiva do estado, consolidem a bioeconomia e promovam a exploração sustentável dos recursos naturais do estado.
- O estado precisa aprimorar sua capacidade de promover de maneira sustentável a pesca e aquicultura artesanal e industrial, articulando crédito, incentivos fiscais, assistência técnica e extensão, estruturação das cadeias produtivas, organização dos pescadores, rastreabilidade e certificação, apoio para a comercialização, investimentos em infraestrutura, ordenamento costeiro e pesqueiro e fiscalização.



- Necessidade de um sistema estratégico de desenvolvimento do turismo que aproveite as potencialidades naturais e culturais do estado de forma sustentável, articulando políticas e programas orientados à inovação e inteligência turística, investimentos em infraestrutura e marketing, estratégias de desenvolvimento sustentável, formação e capacitação de profissionais do setor, incentivos fiscais, financiamento e organização da cadeia de valor do turismo.
- Baixa participação do estado como receptor de projetos e valores provenientes do Fundo Amazônia e outros fundos de cooperação nacionais e internacionais relacionados com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.
- O estado precisa fortalecer sua capacidade de desenvolvimento do setor mineral, promovendo práticas de mineração mais sustentáveis, fiscalização ambiental e social, e articulando ações de promoção da segurança jurídica, saneamento fiscal, fiscalização, legalização de garimpos, levantamentos geológicos, organização do setor mineral informal, apoio aos pequenos mineradores, recuperação de áreas degradadas e avaliação ambiental de áreas sedimentares da Costa do Amapá-Margem Equatorial.
- O estado precisa aprimorar sua capacidade de promover políticas e programas que valorizem a cultura popular, criativa e o patrimônio histórico-cultural do Amapá.
- Lei nº 11.898/2009, que cria as Zonas Francas Verdes impõe barreiras para aplicação de incentivos fiscais em segmentos do setor produtivo importantes para o desenvolvimento da economia no estado do Amapá. Mas também, se precisa de uma estratégia eficiente de promoção da Zona Franca Verde de Macapá e Santana (ZFVMS), focada essencialmente nos segmentos industriais com potenciais

vantagens ao se estabelecerem no Amapá sob o regime aduaneiro especial.

- Lei de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do estado do Amapá que permite planejar e ordenar o território, integrando aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais, em processo de formulação.

8. Incipiente nível de desenvolvimento do sistema produtivo do estado do Amapá, concentrado na Região Metropolitana e nas atividades do setor público e que não explora de forma sustentável as ricas potencialidades naturais e da biodiversidade:

- Em 2021, a agricultura apenas representou 2,0% do valor adicionado; a indústria 12,8%; e os serviços 85,3%, sendo que a administração pública participa com 46,4% do valor agregado.
- 63,5% do valor adicionado do estado é gerado no município de Macapá, seguido de Santana com 12,5%.
- Baixo desenvolvimento e diversificação das atividades de serviço, especialmente aquelas ligadas à 4ª Revolução Industrial.
- Setor externo alicerçado em atividades primárias como mineração e madeira, com baixo nível de agregação de valor.
- Ausência de uma massa crítica de grandes empreendedores, capazes de liderarem investimentos produtivos e em infraestrutura no estado.
- Existência de mineração garimpeira altamente predatória e geradora de conflitos sociais.
- Baixa e inadequada exploração das capacidades ecoturísticas do estado.

- Incipiente desenvolvimento dos setores agrícola, pecuária, aquícola, pesca, florestal, extrativista e da agroindústria no estado.

9. Aceleradas mudanças científicas e tecnológicas geradoras de oportunidades e desafios para o desenvolvimento sustentável e o aproveitamento da sociobioeconomia no estado do Amapá:

- Avanços exponenciais em tecnologias disruptivas no campo digital, automação, genética e produtos sintéticos.
- Rápidas inovações que aumentam a produtividade e o uso mais eficiente de materiais, energia, água, terra e mão de obra, mas com ameaças nos empregos.
- Os benefícios da mudança científica e tecnológica não são compartilhados uniformemente levando a uma maior concentração da propriedade, da produção e da renda.

10. Apesar dos avanços em infraestrutura, transporte e comunicações, o Amapá ainda necessita aprimorar sua capacidade de promover o desenvolvimento urbano e territorial de forma integrada e sustentável, criando cidades e territórios mais sustentáveis para todos os seus habitantes:

- A capacidade de planejamento e investimento para o desenvolvimento de infraestrutura logística, de transporte e de telecomunicações precisa ser aprimorada para melhorar a integração e articulação do território do Amapá, tanto inter-regionalmente quanto com o restante do país, de maneira eficiente e sustentável.
- A capacidade de investimento do estado precisa ser ampliada para atender à demanda por energia e combustíveis, contribuindo para a segurança energética e promovendo de

forma mais eficaz o uso de energias limpas e renováveis em diversas atividades econômicas.

- Amapá, localizado no bioma amazônico de alto interesse na geopolítica global do século XXI, faz fronteira com a Guiana Francesa e Suriname, sendo acessível dentro do Brasil exclusivamente por via aérea ou fluvial, sem conexões rodoviárias diretas que ligam o estado ao restante do Brasil.
- A capacidade de executar a política fundiária estadual e de gestão do espaço territorial precisa ser fortalecida para melhorar a promoção, discriminação, arrecadação e regularização das terras públicas e devolutas do Estado, bem como aquelas transferidas da União.
- Cobertura de telecomunicações desigual, com alguns municípios quase totalmente cobertos e outros ainda com muito a avançar.
- A infraestrutura de transportes precisa ser melhorada, destacando-se a dimensão aeroportuária, que inclui um aeroporto internacional e quatro regionais. No entanto, a infraestrutura portuária ainda está em desenvolvimento, com obras em andamento.
- A infraestrutura rodoviária necessita de melhorias, pois apesar de 79% das rodovias estarem em boas condições, nem todas são pavimentadas. Além disso, grande parte do estado carece de rodovias, com muitos trechos planejados ainda não realizados.
- A infraestrutura elétrica precisa ser ampliada para atender adequadamente às necessidades da população e ao desenvolvimento econômico do estado.

11. Estrutura fundiária do Amapá conflitiva e desordenada, impactando diretamente o uso sustentável dos recursos, a conservação ambiental, o desenvolvimento econômico local, e os direitos

das populações tradicionais e comunidades indígenas:

- Concentração de terras.
- Disputa por posse e propriedade de terras (conflitos fundiários).
- Presença de terras griladas (ocupação ilegal).
- Desafios relacionados à regularização fundiária.

12. Intensificação e maior frequência de crises, riscos e emergências na natureza associadas ao deterioro ambiental da Região da Amazônia e às aceleradas mudanças climáticas globais.

13. Estado do Amapá ostenta no bioma amazônico sua principal riqueza para alavancar o seu desenvolvimento sustentável e o aproveitamento da sociobioeconomia. Contudo, essa mesma riqueza torna-o suscetível a diversas ameaças e conflitos socioambientais:

- Apesar de ter uma das menores taxas de desmatamento na Amazônia (menos de 1%), o Amapá enfrenta pressões que podem levar à perda de cobertura florestal, especialmente devido à exploração madeireira ilegal e à conversão de terras para agricultura e pecuária.
- O Amapá possui 21 Unidades de Conservação e 5 Terras Indígenas, abrangendo cerca de 9,3 milhões de hectares, representando aproximadamente 73% do território protegido.
- Crescentes ameaças e desafios ambientais no estado do Amapá como desmatamento, mineração ilegal, poluição da água, ameaças à biodiversidade, gestão de resíduos e impactos das mudanças climáticas.
- A atividade de garimpo ilegal, especialmente em busca de ouro, causa degradação ambiental, poluição dos rios com mercúrio, e afeta a saúde das comunidades locais.

- A contaminação dos recursos hídricos por atividades industriais, agrícolas e urbanas é um problema crescente, afetando a qualidade da água para consumo humano e a biodiversidade aquática.
- A rica biodiversidade do Amapá enfrenta ameaças devido ao desmatamento, caça e pesca ilegais, e degradação de habitats naturais.
- O manejo inadequado de resíduos sólidos urbanos, com a falta de coleta seletiva e reciclagem, contribui para a poluição do solo e dos corpos d'água.
- Existência de um mercado ilegal de espécies da vida silvestre.
- A proximidade com a Guiana Francesa e o Suriname facilita atividades ilegais transfronteiriças, como o tráfico de animais e a exploração ilegal de recursos naturais.
- A economia local depende significativamente de recursos naturais, tornando-a susceptível a práticas de exploração insustentáveis.
- A limitada infraestrutura de transporte e logística dificulta o monitoramento e a fiscalização ambiental eficazes em áreas remotas.
- As terras indígenas são pressionadas por atividades ilegais de mineração e desmatamento, ameaçando a conservação ambiental e os modos de vida tradicionais.

14. A integração das políticas e programas estaduais de preservação e conservação ambiental com os novos marcos regulatórios, tanto nacionais quanto internacionais, precisa ser aprimorada para abordar de maneira mais eficaz a prevenção, o combate e a reversão da degradação ambiental, promovendo de forma eficiente o uso sustentável dos recursos naturais do estado:

- A gestão estadual na proteção e conservação das Unidades de Conservação (UCs) precisa ser fortalecida para promover o uso público e a exploração sustentável dos recursos naturais, além de alinhar a implementação de pagamentos por serviços ambientais com as necessidades de conservação e atividades econômicas.
- Os ativos ambientais do Amapá estão subutilizados no mercado de carbono e serviços ambientais, o que impede a promoção e inserção do estado nesse mercado, valorizando sua vasta riqueza natural.
- Os procedimentos de licenciamento ambiental estaduais precisam ser agilizados e aprimorados para minimizar o impacto no desenvolvimento econômico e na segurança jurídica de investidores e empreendedores.
- É necessário aumentar as ações estaduais de concessão e manejo florestal em conformidade com a legislação ambiental, para enfrentar a exploração ilegal de madeira e criar mais oportunidades econômicas para produtores e empresas locais no setor florestal.
- O sistema estadual de prevenção e combate ao desmatamento e queimadas da floresta amazônica precisa ser aprimorado para enfrentar de maneira mais eficaz o desmatamento ilegal e as queimadas não autorizadas, evitando a perda de biodiversidade e alterações climáticas.
- A gestão estadual precisa melhorar sua capacidade de implantar, monitorar e avaliar o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Amapá.
- A promoção de fontes de energia renováveis e limpas (solar, eólica e hidrelétrica) no estado precisa ser ampliada para reduzir a dependência de combustíveis fósseis, mitigar as emissões de

gases de efeito estufa e promover a eficiência energética com mínimo impacto ambiental.

- Necessidade de criar um sistema estadual de gestão integral para a prevenção, mitigação e enfrentamento de riscos associados às mudanças climáticas.

15. Insuficiente inserção internacional do estado nas questões relacionadas com o debate global sobre a Amazônia e as questões ambientais dificulta a promoção do Amapá em prol do seu desenvolvimento sustentável e aprimoramento da qualidade de vida da sua população, abrangendo aspectos como:

- Gestão estadual para a preparação na realização da COP30 em Belém/Pará, em processo de implementação e procura de recursos e parcerias no Governo Federal.
- Promoção em fóruns internacionais para atrair investimentos estrangeiros diretos, parcerias empresariais e turismo.
- Fortalecimento das relações internacionais com as Guianas.
- Engajamento em diálogos internacionais sobre meio ambiente que garanta apoio para projetos de sustentabilidade, conservação da biodiversidade e combate ao desmatamento.
- Acesso a tecnologias avançadas e financiamento para projetos de infraestrutura, energias limpas

e renováveis, telecomunicações e transporte, e cooperação científica e educacional.

- Promover a cultura amapaense e suas tradições no âmbito internacional.

16. A capacidade institucional dos estados amazônicos precisa ser fortalecida para melhor coordenar, liderar e negociar a agenda do desenvolvimento sustentável do bioma amazônico nos âmbitos regional, nacional e internacional, considerando a crescente importância geopolítica da Amazônia como fonte de recursos estratégicos no século XXI.

17. O sistema de direção e planejamento estratégico no estado precisa ser aprimorado para fundamentar e integrar de forma mais eficaz as diferentes políticas públicas, planos e programas dentro de uma grande estratégia de desenvolvimento sustentável do estado:

- Precisam ser implantados sistemas de suporte tecnopolítico para tomadas de decisões estratégicas na Alta Direção.
- Há necessidade de reduzir a descoordenação e desarticulação institucional entre os diferentes órgãos que compõem o governo do estado.
- O sistema de planejamento tradicional precisa evoluir para uma visão de longo prazo, indo além da programação e execução orçamentária.

- É necessário estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação da gestão institucional que permita a correção oportuna das decisões e ações estratégicas e gerenciais do governo do estado.

- Os planos setoriais elaborados pelos órgãos do governo estadual devem ser alinhados a uma visão estratégica global e de longo prazo.

18. Os sistemas organizativos do governo do estado precisam ser modernizados para enfrentar os desafios atuais e potenciais relacionados ao desenvolvimento sustentável e ao aproveitamento da sociobioeconomia, em áreas críticas como: gestão de recursos humanos, digitalização dos processos organizacionais, compras e licitações sustentáveis, uso de tecnologias modernas, e promoção de concessões e parcerias público-privadas.

19. O sistema fiscal e de financiamento do estado necessita ser fortalecido para reduzir a alta dependência de transferências da União, convênios e emendas parlamentares.

20. É fundamental fortalecer a capacidade organizativa da sociedade civil amapaense, de modo que esta possa articular-se e contribuir de forma mais efetiva na formulação e implementação de políticas, programas e projetos voltados ao desenvolvimento sustentável do estado.



A woman wearing a yellow hard hat with safety glasses on top, looking upwards with a focused expression. She is wearing a blue long-sleeved shirt and brown work gloves. The background is a large industrial factory with high ceilings and metal structures.

3

**MARCO ESTRATÉGICO
PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO AMAPÁ
ATÉ 2043**

VALORES

Respeito à diversidade



Reconhecer, valorizar, incluir e celebrar as diferentes identidades, culturas e perspectivas presentes na sociedade amapaense.

Sustentabilidade



Equilíbrio entre as necessidades atuais e a preservação dos recursos para o futuro, considerando o tripé economia, meio ambiente e sociedade.

Equidade



Justiça social que assegura oportunidades e recursos de forma justa e proporcional a todos, promovendo democracia, inclusão social, inclusão digital e inovação.

Ética



Agir com retidão, responsabilidade e transparência em todas as interações e decisões.

Democracia



Garante da participação ativa da população nas decisões que moldarão o futuro do estado, promovendo um desenvolvimento mais justo, equitativo e sustentável para todos os cidadãos amapaenses.

Liberdade



Para que cada cidadão amapaense possa desenvolver todo seu potencial, expressar suas ideias, buscar seus sonhos e contribuir ativamente para a construção de um futuro próspero e inclusivo para o estado.

VISÃO DO AMAPÁ ATÉ 2043



AMAPÁ, DESTAQUE EM QUALIDADE DE VIDA E SUSTENTABILIDADE

Em 2043, Amapá emerge como destaque mundial em qualidade de vida, demonstrando o poder de uma democracia ativa e sustentabilidade integrada.

O estado é um exemplo próspero que inspira a adoção de práticas que priorizam o bem-estar humano e a proteção ambiental.



O Amapá é um estado próspero e democrático, referência nacional em qualidade de vida, segurança e desenvolvimento sustentável. A economia cresce de forma justa, com recursos proporcionais às suas riquezas e compensações adequadas para a população. O estado promove oportunidades regionalizadas e se evidencia, na Amazônia, pelo bem-estar e felicidade da população, destacando-se em governabilidade, saúde, educação, longevidade e bem-estar físico, emocional, social e espiritual.





4

**CENÁRIO DESEJADO.
AMAPÁ 2043: MODELO
DE SUSTENTABILIDADE,
INOVAÇÃO E INCLUSÃO
NA AMAZÔNIA**



A sustentabilidade se consolidou como modelo de desenvolvimento no Amapá em todos os âmbitos:

- Ocorreu a crescente valorização da pauta climática devido ao aumento dos eventos climáticos extremos e da temperatura média no país e no mundo, assim como pelo crescimento de oportunidades financeiras e produtivas vinculadas ao combate às mudanças climáticas.
- O desenvolvimento sustentável cresceu em importância e relevância no estado, se tornando o principal referencial para implementação de políticas públicas. Isto porque a crescente relevância política da pauta ambiental encontrou terreno fértil nas riquezas ambientais amapaenses.
- O crescimento e diversificação econômica também se pautaram pela sustentabilidade, de modo que empreendimentos voltados às oportunidades ambientais do Amapá foram impulsionados. Empreendimentos relacionados a bioeconomia, agropecuária sustentável e financiamento verde se tornaram protagonistas nessa transformação.

Inovações e modernização no setor público impulsionam o desenvolvimento econômico e social:

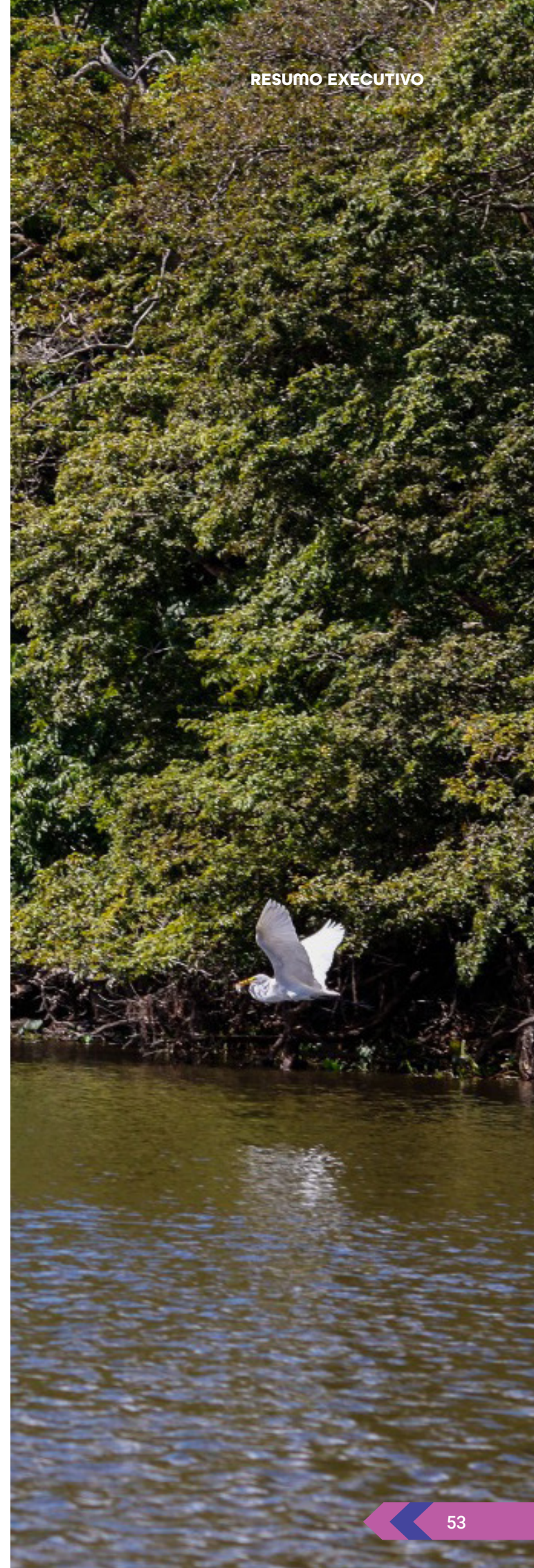
- O governo estadual do Amapá passou por um rico processo de reforma em sua estrutura e processos organizativos, pautado em direcionamento estratégico, planejamento e visão de longo prazo. Essas mudanças permitiram a modernização da máquina pública, com aumento de sua eficiência e eficácia. A partir dessas transformações e reestruturações do poder público, o Estado se

tornou propulsor eficiente do desenvolvimento social e econômico no Amapá.

- A modernização possibilitou o direcionamento eficaz dos recursos advindos do crescimento das cadeias produtivas de energia, logística, mineração e pesca, com destaque para entrada dos royalties do petróleo, destinando os recursos para a melhoria de serviços essenciais e geração de qualidade de vida de maneira igualitária no Amapá.
- Porém, a chegada dos royalties foi alvo de disputas políticas e de visão de desenvolvimento. A conciliação entre desenvolvimento sustentável e os ganhos advindos da exploração do petróleo teve custos políticos significativos, devido ao choque entre a visão de desenvolvimento sustentável e a expansão da exploração de combustível fóssil.

Diversificação e estruturação econômica ocorreram em ritmo gradual:

- Os setores de energia, logística, mineração e pesca cresceram no estado, se apoiando nas vantagens relacionadas aos recursos naturais e localização geográfica do Amapá.
- A crescente exploração sustentável das riquezas naturais, associada aos investimentos públicos, permitiram o desenvolvimento de diferentes cadeias produtivas no Amapá
- O investimento em infraestrutura, como saneamento, energia, transporte e logística, e telecomunicações gradualmente atraiu novos atores econômicos.
- Gradativamente, o estado deixou de ser tão dependente da importação de produtos básicos.





Referência regional em gestão sustentável e proteção ambiental:

- O estado aumenta a valorização de suas áreas de proteção ambiental, sendo estas utilizadas para a geração de riquezas de modo sustentável, fomentando e estruturando a bioeconomia e a agropecuária sustentável.
- A estruturação e crescimento do financiamento e financeirização verdes, com destaque para o mercado de carbono e pagamento por serviços ambientais, ocorrem gradativamente e se tornaram relevantes para a injeção de recursos no estado. Esse processo se deu devido à postura proativa do poder público em conjunto com a iniciativa privada, que buscaram juntos formar e estruturar a cadeia produtiva amapaense, de modo a qualificá-la para as oportunidades de financiamento e financeirização verde a nível nacional e internacional.
- A atração de investimentos nacionais e internacionais cresceu, sendo utilizados para a estruturação e expansão de cadeias produtivas da sociobioeconomia.

Regionalização - Inclusão social e geração de bem estar social a partir das riquezas geradas:

- Ocorreu a diminuição da pobreza e da desigualdade social, a partir do aumento de qualidade dos serviços públicos e do crescimento econômico sustentável.
- Isso foi possível devido a uma visão de regionalização e descentralização nas estratégias de desenvolvimento do estado do Amapá, que pautou o fortalecimento dos municípios, a desconcentração econômica e populacional e eixos de desenvolvimento para além da capital.

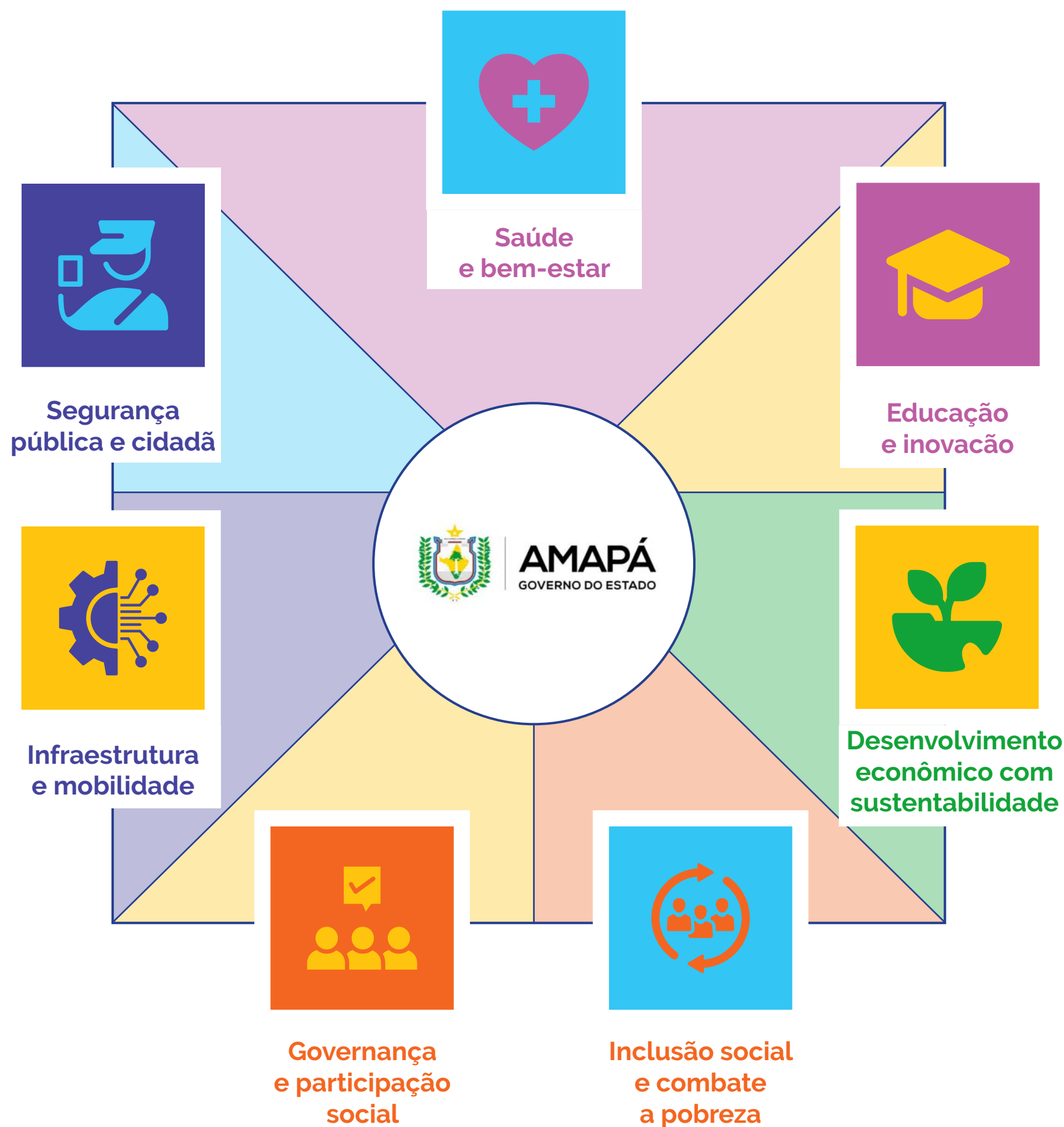
- A valorização da diversidade cultural e defesa dos direitos dos povos originários e tradicionais tornaram-se referências para a identidade amapaense. Esta valorização muito se pauta no vínculo que estes povos possuem com o meio ambiente, tendo essa relação como uma referência.

Com um avanço gradual, o estado do Amapá viveu uma melhora dos índices sociais:

- Gradativamente, o Amapá saiu das últimas posições dos rankings relacionados aos índices de saúde, educação e segurança.
- Os índices de pobreza extrema e fome observaram gradual melhora por meio de contínuas ações de assistência social vinculadas à inclusão produtiva.
- Houve progressos significativos na saúde pública, resultantes de iniciativas eficazes prevenção e tratamento que levaram à redução de doenças transmissíveis e acidentes.
- Paulatinamente, ocorreu a transição para Educação 5.0, inclusive com a atração de instituições de ensino superior.
- Queda significativa na violência, com índices abaixo da média nacional.
- De estado exportador de migrantes, tornou-se atrativo devido a empregos e educação de qualidade.
- Essa atração de pessoas causou um aumento populacional acelerado, o que aumentou a pressão sobre os equipamentos públicos e a infraestrutura urbana.

5

LINHAS ESTRATÉGICAS





LINHA ESTRATÉGICA I.
INCLUSÃO SOCIAL
E COMBATE À POBREZA

MACRO-OBJETIVO 1

Erradicar a pobreza extrema e reduzir significativamente a desigualdade social no estado do Amapá, por meio da promoção da inclusão social, da garantia de acesso universal a direitos básicos e da criação de oportunidades para todos os cidadãos amapaenses, com foco em grupos vulneráveis e em situação de pobreza.

ODS 1
ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares.

ODS 2
FOME ZERO E
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

ODS 11
CIDADES E COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



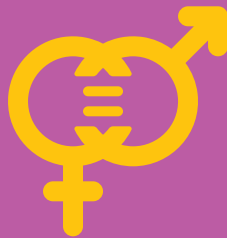
Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas , seguras, resilientes e sustentáveis.

ODS 10
REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADE



Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

ODS 5
IGUALDADE
DE GÊNERO



Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

METAS

Indicador	Objetivo-Meta
1. Taxa de extrema pobreza	Erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todo o Estado do Amapá, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia
2. Taxa de pobreza	Reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.
3. População com algum nível de insegurança alimentar (IA)	Erradicar a insegurança alimentar em todas as suas formas no estado do Amapá.
4. Baixo peso ao nascer	Reduzir a prevalência de baixo peso ao nascer
5. Índice de Gini	Reduzir o Índice de Gini no estado do Amapá
6. Deputadas eleitas para a ALAP (total 24 cadeiras)	Aumentar a representação feminina na Assembleia Legislativa do Amapá (ALAP)
7. Número de prefeitas eleitas nos 16 municípios	Aumentar a representação feminina nas prefeituras dos 16 municípios do Amapá
8. Proporção de Órgãos do estado chefiados por mulheres	Aumentar a representação feminina nos Órgãos do Governo do Estado
9. Mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas	Aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho.
10. Déficit habitacional	Diminuir o déficit habitacional no Estado do Amapá, garantindo acesso à moradia digna para toda a população do Amapá
11. Percentual de domicílios em áreas de risco	Diminuir o percentual de domicílios localizados em áreas de risco no Estado do Amapá, através da realocação segura das famílias, urbanização de áreas vulneráveis, e implementação de políticas de prevenção e mitigação de desastres
12. Percentual de domicílios em assentamentos informais	Diminuir o percentual de domicílios em assentamentos informais, promovendo o acesso a moradias seguras e legalmente regularizadas

ESTRATÉGIAS

1. Fortalecimento dos programas de transferência de renda e de segurança alimentar e nutricional, focando prioritariamente na população em situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social:

1.1. Ampliar a cobertura de famílias beneficiadas pelos programas de transferência de renda do governo federal, visando combater a pobreza e a desigualdade no Amapá, com foco na identificação e inclusão daquelas em situações de extrema pobreza.

1.2. Implementar programas de transferência de renda e proteção social específicos para grupos vulneráveis, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pessoas em situação de rua.

1.3. Integrar os programas de transferência de renda com outras políticas sociais do estado, como saúde, educação, habitação e assistência social, para garantir um atendimento integral às famílias e potencializar os resultados.

1.4. Aprimorar os programas de distribuição de alimentos para famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias.

1.5. Implementar programas de nutrição e assistência alimentar, especialmente para crianças e mulheres grávidas.

1.6. Incentivar e apoiar a criação de hortas comunitárias, proporcionando treinamento e recursos para que as comunidades possam cultivar seus próprios alimentos.

1.7. Fortalecer a segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de vulnerabilidade por meio da aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento local e sustentável.

1.8. Realizar o monitoramento regular da situação de segurança alimentar e nutricional da população, com indicadores específicos para grupos vulneráveis, visando identificar as áreas e os grupos que necessitam de maior atenção e direcionar as ações de forma mais efetiva.

1.9. Estabelecer parcerias com ONGs e empresas para ampliar o alcance e os recursos disponíveis para os programas de segurança alimentar e transferência de renda.

2. Reestruturação e Fortalecimento da Assistência Social no Amapá:

2.1. Mapear e diagnosticar a rede de serviços socioassistenciais existente, identificando lacunas, sobreposições e fragilidades.

2.2. Elaborar um plano de reestruturação da rede, definindo critérios de regionalização, especialização e integração dos serviços.

2.3. Fortalecer a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em nível estadual e municipal, promovendo a articulação intersetorial e interfederativa.

2.4. Implementar sistemas de informação e monitoramento integrados, que permitam o acompanhamento e a avaliação dos serviços prestados.

2.5. Expandir a cobertura dos serviços socioassistenciais, priorizando as áreas com maior demanda e vulnerabilidade.

2.6. Diversificar a oferta de serviços, contemplando as diferentes necessidades e perfis da população atendida.

2.7. Qualificar os serviços existentes, investindo na capacitação dos profissionais, na melhoria da infraestrutura e na aquisição de equipamentos.

2.8. Implementar protocolos de atendimento padronizados, que garantam a qualidade e a humanização dos serviços.

2.9. Fortalecer os conselhos de assistência social em nível estadual, garantindo sua autonomia e participação na gestão do SUAS.

3. Promoção da autonomia, da igualdade de gênero e do enfrentamento à violência contra a mulher:

3.1. Ampliar e qualificar a rede de atendimento, fortalecendo os Centros de Referências, prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, garantindo atendimento psicossocial, jurídico e de saúde de qualidade.

3.2. Expandir a rede de atendimento, criando Centros de Referências em regiões com maior demanda e vulnerabilidade.

3.3. Capacitar profissionais dos Centros de Referências e da rede de atenção à mulher em situação de violência, incluindo temas sobre segurança pública, saúde e assistência social.

3.4. Implementar sistemas integrados de informação e monitoramento para rastrear e analisar os casos de violência, permitindo uma avaliação precisa da efetividade dos serviços oferecidos.

3.5. Desenvolver campanhas de conscientização e sensibilização sobre os diferentes tipos de violência contra a mulher, com foco na prevenção e no empoderamento.

3.6. Realizar eventos, cursos, seminários e outras atividades educativas para a população, abordando temas como igualdade de gênero, direitos das mulheres e prevenção da violência.

3.7. Promover a articulação com escolas, empresas e outras instituições para a realização de



ações de prevenção e combate à violência contra a mulher.

3.8. Apoiar a criação e o fortalecimento de redes de apoio e proteção às mulheres em situação de violência, incluindo grupos de apoio e acolhimento.

3.9. Criar programas de qualificação profissional e empreendedorismo voltados para mulheres, com foco em áreas de maior demanda no mercado de trabalho.

3.10. Fomentar o acesso das mulheres ao crédito e a outras formas de apoio financeiro para o desenvolvimento de seus negócios.

3.11. Promover a participação das mulheres em feiras e eventos de negócios, incentivando a geração de renda e a autonomia econômica.

3.12. Ampliar o acesso aos serviços de saúde da mulher, com foco na prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças prevalentes na população feminina.

3.13. Oferecer atendimento especializado em saúde mental para mulheres em situação de violência e outras vulnerabilidades.

3.14. Fortalecer a estrutura da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, garantindo recursos humanos e financeiros adequados para o desenvolvimento de suas ações.

3.15. Estimular a participação da sociedade civil na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas para as mulheres, por meio de conselhos e outras instâncias de participação.

4. Fortalecimento da capacidade do Estado do Amapá em promover, proteger e garantir os direitos humanos e a cidadania da população amapaense:

4.1. Criar e fortalecer órgãos e mecanismos de proteção e promoção dos direitos humanos, como Ouvidorias, Defensorias Públicas e Conselhos de Direitos.

4.2. Promover a articulação interinstitucional e intersetorial para a garantia dos direitos humanos, envolvendo órgãos do poder executivo, legislativo e judiciário, além da sociedade civil.

4.3. Promover a educação em direitos humanos nas escolas, desde a educação infantil até o ensino superior, por meio de conteúdos transversais e projetos pedagógicos específicos.

4.4. Desenvolver campanhas de conscientização e sensibilização sobre os direitos humanos, voltadas para a população em geral e para grupos específicos, como mulheres, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e LGBTQIA+.

4.5. Capacitar lideranças comunitárias, professores, profissionais da saúde e segurança pública em educação em direitos humanos, para que possam atuar como multiplicadores em suas comunidades.

4.6. Implementar ações de prevenção e combate à violência contra crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

4.7. Apoiar a criação e o fortalecimento de espaços de formação e debate sobre direitos humanos, como centros de referência, fóruns e redes.

4.8. Combater a discriminação e o preconceito em todas as suas formas, por meio da formulação e implementação de políticas públicas de igualdade racial, de gênero, de orientação sexual e de inclusão de pessoas com deficiência.

4.9. Promover a reparação histórica e o reconhecimento dos direitos de grupos historicamente discriminados, como povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

4.10. Fortalecer os conselhos de direitos e outras instâncias de participação social, garantindo sua autonomia, representatividade e capacidade de incidência política.

4.11. Estimular a criação e o fortalecimento de organizações da sociedade civil que atuem na defesa e promoção dos direitos humanos.

5. Promoção do desenvolvimento integral da juventude amapaense:

5.1. Fomentar a criação de espaços de aprendizagem inovadores, como laboratórios de tecnologia, centros de empreendedorismo e projetos de educação ambiental, em parceria com instituições públicas e privadas.

5.2. Promover a qualificação profissional da juventude para o mercado de trabalho, com foco em áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado.

5.3. Criar programas de incentivo ao primeiro emprego e ao empreendedorismo jovem, com linhas de crédito especiais, capacitação e mentoria.

5.4. Incentivar o empreendedorismo juvenil, por meio do fomento à criação de incubadoras e aceleradoras de empresas, e de programas de apoio à criação de pequenos negócios e cooperativas.

5.5. Promover a articulação com o setor privado para a criação de vagas de emprego e estágio para jovens.

5.6. Ampliar o acesso da juventude aos serviços de saúde, com foco na saúde mental, sexual e reprodutiva, e prevenção ao uso de drogas.

5.7. Desenvolver ações de promoção da saúde e do bem-estar, como atividades esportivas, culturais e de lazer.

5.8. Apoiar a criação de espaços de convivência e participação juvenil, como centros juvenis, arenas esportivas e casas de cultura.

5.9. Fomentar a produção e difusão da cultura jovem, por meio de editais, festivais, mostras e outras iniciativas.

5.10. Promover o acesso da juventude ao lazer e à cultura, com a realização de eventos, shows, espetáculos e outras atividades gratuitas ou a preços populares.

5.11. Promover a participação da juventude na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, por meio de consultas, audiências públicas e outras ferramentas de democracia participativa.

5.12. Apoiar a realização de conferências, fóruns e projetos que promovam o protagonismo juvenil e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

5.13. Fortalecer a estrutura da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para a Juventude (SEJUV), garantindo recursos humanos e financeiros adequados para o desenvolvimento de suas ações.

5.14. Promover a articulação da SEJUV com outras secretarias e órgãos governamentais, visando a transversalidade das políticas para a juventude.

5.15. Manter e fortalecer a participação da SEJUV no Conselho Nacional de Juventude, buscando recursos e articulando ações em nível nacional.

6. Desenvolvimento integral da criança e do adolescente amapaense:

6.1. Fortalecer a rede de proteção à criança e ao adolescente, com foco na identificação e atendimento precoce de situações de risco e vulnerabilidade.

6.2. Ampliar a oferta de serviços de acolhimento institucional e familiar para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

6.3. Desenvolver programas de prevenção à violência, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, com ações de conscientização, capacitação de profissionais e mobilização da sociedade.

6.4. Promover a articulação intersetorial para a garantia dos direitos da criança e do adolescente,

envolvendo órgãos da saúde, educação, assistência social, segurança pública e justiça.

6.5. Implementar e aprimorar os programas socioeducativos para adolescentes autores de ato infracional, com foco na responsabilização, na ressocialização e na reinserção social.

6.6. Diversificar as medidas socioeducativas, oferecendo alternativas ao cumprimento de medidas em meio fechado, como a prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida e a semiliberdade.

6.7. Qualificar os profissionais que atuam nos programas socioeducativos, por meio de formação continuada e supervisão técnica.

6.8. Promover a participação da família e da comunidade no processo socioeducativo, incentivando o apoio e o acompanhamento do adolescente.

6.9. Promover ações que garantam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes na escola, com atenção especial aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.







6.10. Promover a formação profissional de adolescentes, por meio de cursos técnicos, estágios e programas de aprendizagem, em parceria com empresas e instituições de ensino.

6.11. Desenvolver ações de promoção da saúde e do bem-estar, como atividades de educação alimentar e nutricional, prevenção ao uso de drogas e promoção da atividade física.

6.12. Oferecer atendimento especializado para crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, garantindo o acompanhamento psicológico e social.

6.13. Fortalecer a Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Amapá (Fcria), garantindo recursos humanos e financeiros adequados para o desenvolvimento de suas ações.

6.14. Promover a articulação da FCRIA com outras secretarias e órgãos governamentais, visando a transversalidade das políticas para crianças e adolescentes.

7. Promoção do acesso à moradia digna e adequada para a população, especialmente para as famílias de baixa renda:

7.1. Elaborar um plano estadual de habitação que oriente as políticas e ações do setor, considerando as características socioeconômicas e ambientais do estado.

7.2. Ampliar a oferta de moradias populares, com foco em famílias de baixa renda:

- Construir novos empreendimentos em áreas urbanas e rurais, utilizando tecnologias construtivas adequadas à região e priorizando áreas com maior déficit habitacional e as famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Desenvolver programas de reforma e melhoria de moradias precárias, com foco em questões como saneamento básico, segurança estrutural e eficiência energética.

7.3. Facilitar o acesso ao crédito habitacional para famílias de baixa renda, por meio de parcerias com bancos públicos e privados, com taxas de juros reduzidas e prazos de pagamento mais longos.

7.4. Oferecer assistência técnica gratuita para famílias de baixa renda na elaboração de projetos e na construção ou reforma de suas moradias, garantindo a qualidade e a segurança das habitações.

7.5. Implementar ações de inclusão social na construção e reforma de moradias:

- Integrar as políticas de habitação com outras políticas sociais, como saúde, educação, assistência social e geração de renda, para promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas
- Implantar equipamentos sociais nas áreas de novos empreendimentos habitacionais, como creches, escolas, postos de saúde e áreas de lazer, para garantir o acesso a serviços básicos e promover a convivência comunitária;
- Integrar os projetos habitacionais com o sistema de transporte público, facilitando o deslocamento das famílias para o trabalho, estudo e lazer;
- Garantir a implantação de infraestrutura básica nos novos empreendimentos habitacionais, como água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública e coleta de lixo;
- Incorporar princípios de sustentabilidade nos projetos habitacionais, como o uso de energias renováveis, a gestão de resíduos sólidos e a preservação de áreas verdes.

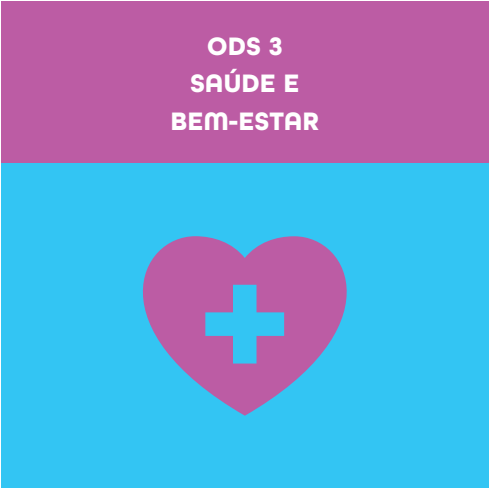
7.6. Fortalecer os mecanismos de financiamento e parcerias para projetos de moradia:

- Destinar recursos do orçamento estadual para financiar as ações do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS;
- Buscar parcerias com o governo federal para acessar recursos e programas habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida;
- Estabelecer parcerias com empresas e entidades do setor privado para financiar a construção e reforma de moradias populares;
- Buscar recursos e cooperação técnica de organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat);
- Realizar convênios com os municípios para a execução de projetos habitacionais, garantindo a participação e o protagonismo local.





LINHA ESTRATÉGICA II.
SAÚDE E BEM-ESTAR



Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

MACRO-OBJETIVO 2

Promover a saúde integral e o bem-estar da população amapaense, garantindo o acesso universal e equitativo a serviços de saúde de qualidade em todo o estado, prevenindo doenças e agravos, e fomentando hábitos de vida saudáveis em todas as fases da vida, com atenção especial às necessidades específicas da população local e às características regionais.

METAS

Indicador	Objetivo-Meta
1. Razão de mortalidade materna	Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos
2. Taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano)	Reduzir a taxa de mortalidade infantil em menores de 1 ano no estado do Amapá para menos de 10 mortes por 1.000 nascidos vivos
3. Gravidez na adolescência	Reduzir a taxa de gravidez na adolescência, promovendo saúde, educação e oportunidades para jovens
4. Expectativa de vida ao nascer	Elevar a expectativa de vida ao nascer, promovendo saúde e bem-estar para toda a população
5. Taxa de mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis (30 a 69 anos)	Reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) na população de 30 a 69 anos
6. Mortalidade por suicídio	Reduzir a taxa de mortalidade por suicídio
7. Incidência de tuberculose	Reduzir a taxa de mortalidade de tuberculose de 2,2 para 1,0 óbitos /100.000hab em 2027
8. Incidência de dengue	Diminuir a taxa de incidência de dengue

“Leite materno:
o melhor alimento
para o bebê, o melh
começo para a vida.”



ESTRATÉGIAS

8. Ampliação da cobertura e melhoria da qualidade do sistema de saúde pública do Amapá:

8.1. Implantar a política de fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS), visando aprimorar e expandir os serviços de saúde e tornando-a mais resolutiva, acessível e eficiente.

8.2. Ampliar e otimizar o acesso à Atenção Especializada em Saúde no Estado, assegurando serviços de saúde de alta qualidade e resolutividade.

8.3. Fortalecer e expandir as Redes Regionais de Atenção à Saúde (RRAS) no Estado, visando garantir o acesso universal e integral à saúde da população, com foco na regionalização e hierarquização dos serviços, na promoção da equidade e na melhoria da qualidade da assistência.

8.4. Construir, reformar e ampliar Unidades de Saúde, hospitais, centros de especialidades e laboratórios, priorizando as regiões com menor cobertura e maior vulnerabilidade.

8.5. Equipar as unidades de saúde com tecnologias modernas e adequadas às necessidades da população, incluindo equipamentos de diagnóstico, tratamento e reabilitação.

8.6. Apoiar à implantação de um sistema informatizado de gestão da saúde.

8.7. Ampliar a cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF), com a contratação e capacitação de profissionais de saúde, incluindo médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde e outros profissionais da equipe multidisciplinar.

8.8. Implementar ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, com foco nas principais necessidades da população, como doenças crônicas, saúde mental, saúde da mulher, da criança e

do adolescente, da pessoa portadora de deficiência, do idoso e de pessoas privadas de liberdade (masculinas, femininas e psiquiátricas).

8.9. Desenhar e implementar programas de ampliação das consultas de pré-natal para as mulheres grávidas e a melhoria na assistência ao parto e ao recém-nascido.

8.10. Aumentar a capacidade de financiamento da saúde no Estado, ampliando a captação de recursos, a habilitação dos serviços de saúde junto ao SUS e a redução dos desperdícios e racionalização dos recursos.

8.11. Fortalecer, atualizar e implementar a Política Estadual de Prevenção da Automutilação e Suicídio do Amapá (atual lei 2.469 de 2019 "Lei Aline Silva").

8.12. Fortalecer a atenção à saúde bucal, com a ampliação da oferta de serviços odontológicos nas Unidades de Saúde e a realização de ações de promoção da saúde bucal nas escolas e comunidades.

8.13. Ampliar o acesso da população a consultas, exames especializadas e cirurgias, por meio da contratação de médicos especialistas, da implantação de Telemedicina, de novas tecnologias de IA, da realização de mutirões de saúde e da otimização da utilização dos recursos disponíveis.

8.14. Fortalecer as redes de atenção de urgência e emergência, com a ampliação e qualificação dos serviços de pronto atendimento, SAMU e hospitais de referência.

8.15. Fortalecer as políticas de atenção psicossocial, visando ampliar o acesso e qualificar o atendimento em saúde mental para pessoas com transtornos mentais graves e persistentes no estado.

8.16. Implementar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, com base em evidências científicas, para garantir a qualidade e a segurança dos serviços prestados.

8.17. Promover a educação alimentar e nutricional nas escolas, comunidades e unidades de saúde, com foco na alimentação saudável e no combate à obesidade e outras doenças crônicas.

8.18 Valorizar os profissionais da saúde e da gestão da saúde, com a oferta de salários justos, planos de carreira, capacitação continuada e ambientes de trabalho seguros e saudáveis.

8.19. Promover a implementação de programas federais de incentivo à fixação de profissionais de saúde em áreas remotas e de difícil acesso, como o Programa Mais Médicos e o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB).

8.20. Fortalecer os conselhos de saúde em nível estadual e municipal, garantindo sua autonomia e participação na gestão do sistema de saúde.

8.21. Incentivar a participação ativa e aprimorar a comunicação com a sociedade civil na formulação, implementação e avaliação das políticas de saúde, por meio de audiências públicas, consultas e outras formas de participação.

8.22. Desenvolver e aprimorar as ações de ouvidoria, auditoria e controle social, garantindo a transparência e a responsividade do sistema de saúde.

8.23. Fortalecer a Vigilância em Saúde no Estado, visando aprimorar a capacidade de prevenção, detecção e resposta a riscos e agravos à saúde da população, de forma integrada e eficiente.

8.24. Fortalecer a assistência farmacêutica e ampliação do acesso a medicamentos no SUS.

8.25. Fortalecer a atenção especializada à Saúde Indígena no Estado, garantindo assistência integral e de qualidade às populações indígenas.

9. Promoção do esporte e lazer no estado do Amapá:

8.1. Implantar a política de fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS), visando aprimorar e expandir os serviços de saúde e tornando-a mais resolutiva, acessível e eficiente.

9.1. Investir na construção de novos espaços, como quadras poliesportivas, campos de futebol, parques, pistas de skate, ciclovias e academias ao ar livre, além de reformar e modernizar os espaços já existentes, garantindo acessibilidade e segurança para todos.

9.2. Garantir a manutenção, conservação e segurança dos espaços esportivos e de lazer do estado, tornando-os mais atrativos e seguros para a população.

9.3. Oferecer escolinhas esportivas gratuitas para crianças e adolescentes, incentivando a prática esportiva desde cedo e a formação de atletas.

9.4. Organizar campeonatos, torneios e eventos esportivos em diversas modalidades, promovendo a integração social e o desenvolvimento do esporte amador e profissional.

9.5. Promover atividades de lazer para diferentes faixas etárias, como jogos, brincadeiras, oficinas culturais, apresentações artísticas e eventos comunitários.

9.6. Desenvolver programas de incentivo à prática esportiva para toda a população, disponibilizando atividades físicas gratuitas em espaços públicos diversos.

9.7. Investir no apoio a atletas e equipes amadoras e profissionais, por meio de bolsas, patrocínios e incentivos fiscais.

9.8. Oferecer cursos de formação e capacitação para professores de educação física, incentivando a qualificação e a atualização profissional.

9.9. Capacitar gestores esportivos para atuarem na administração e organização de eventos e projetos esportivos.

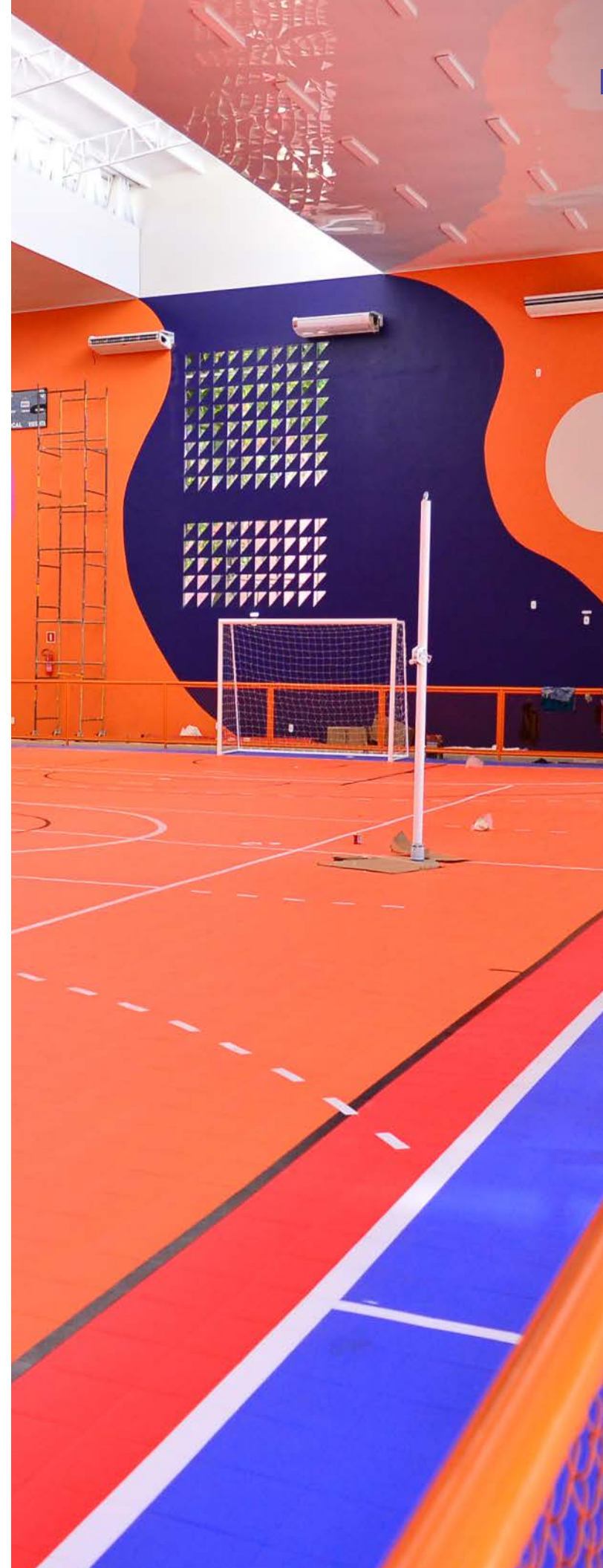
9.10. Oferecer cursos e oficinas gratuitas para a população em geral, sobre diferentes modalidades esportivas e atividades de lazer.

9.11. Buscar parcerias com empresas e organizações sociais para o financiamento e apoio a projetos esportivos e de lazer.

9.12. Estimular a participação da sociedade civil na organização e realização de eventos e projetos esportivos e de lazer.

9.13. Realizar campanhas de comunicação para divulgar os espaços, programas e projetos esportivos e de lazer do governo, incentivando a participação da população.

9.14. Fortalecer a gestão esportiva no estado do Amapá.





EDUCAÇÃO

LINHA ESTRATÉGICA III.
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO





ODS 4
EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE



Garantir o acesso a educação inclusiva, de qualidade equitativa e promover oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos.

ODS 9
INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

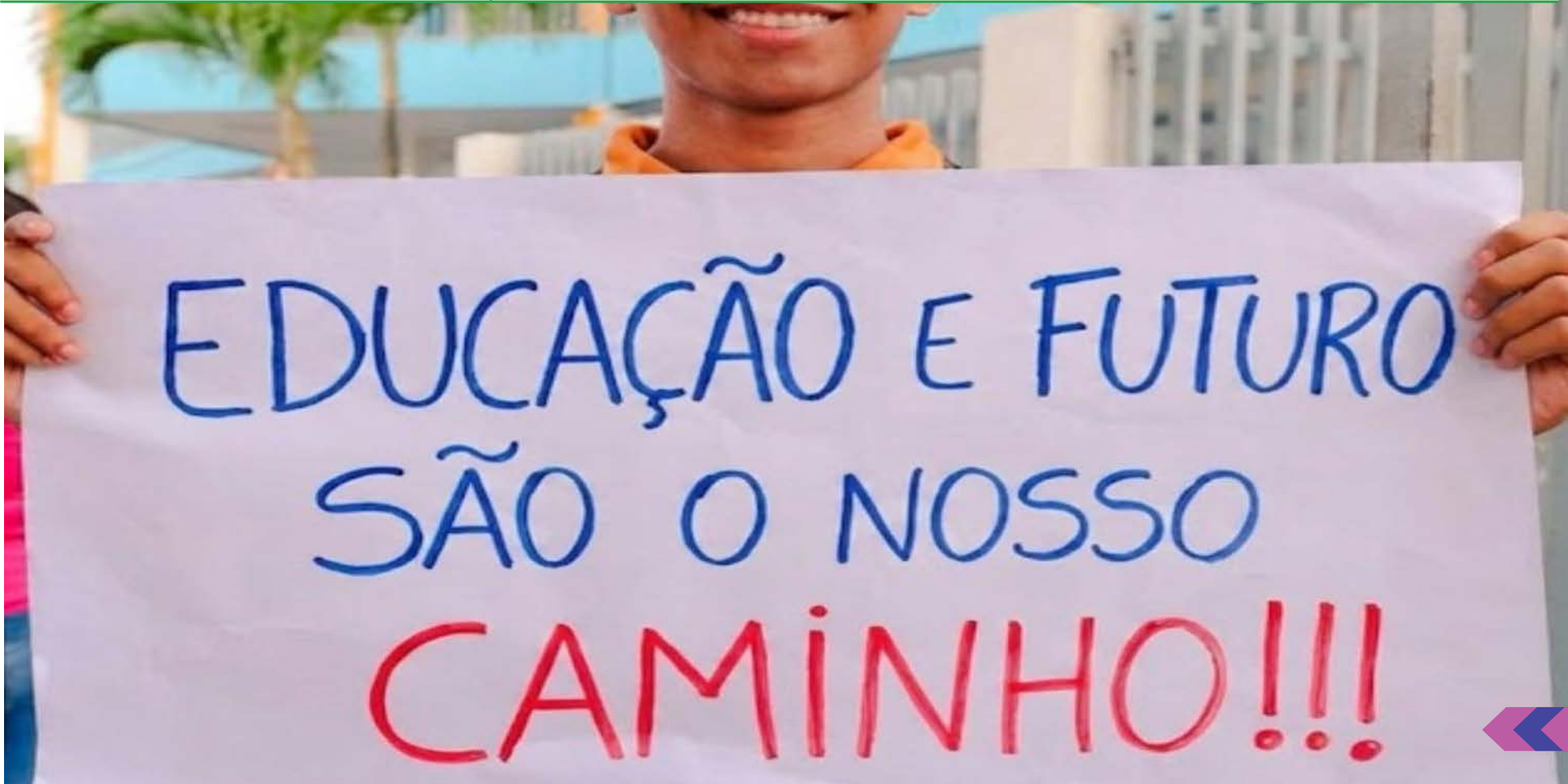
MACRO-OBJETIVO 3

Fomentar uma educação de qualidade, acessível e inclusiva para todos os cidadãos amapaenses, impulsionar a inovação e o desenvolvimento tecnológico no estado, e preparar os cidadãos para o futuro do trabalho e da sociedade, por meio do fortalecimento do sistema educacional, do fomento à pesquisa e desenvolvimento da base local, e da democratização do acesso à tecnologia e à informação em todo o território amapaense.

METAS

Indicador	Objetivo-Meta
1. Taxa bruta de cobertura na Educação Básica	Aumentar a taxa bruta de cobertura na Educação Básica para 100%
2. Percentual de matrículas em tempo integral do Ensino Fundamental- Anos Iniciais da rede estadual	Oferecer educação em tempo integral até o final da vigência deste Plano, em no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos estudantes da Educação Básica (PEE)
3. Percentual de matrículas em tempo integral do Ensino Fundamental- Anos Finais da rede estadual	Oferecer educação em tempo integral até o final da vigência deste Plano, em no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos estudantes da Educação Básica (PEE)
4. Taxa líquida de assistência à escola no Ensino Médio	Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade, e elevar a taxa líquida de matrículas no EM para 85% (PEE)
5. Nota IDEB Anos Iniciais EF - Rede Estadual	Elevar a nota do IDEB nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Estadual, atingindo as metas definidas
6. Nota IDEB Anos Finais EF - Rede Estadual	Elevar a nota do IDEB nos Anos Finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual, atingindo as metas definidas
7. Nota IDEB Ensino Médio - Rede Estadual	Elevar a nota do IDEB no Ensino Médio da Rede Estadual, atingindo as metas definidas
8. Percentual de crianças alfabetizadas - rede pública (ao final do 2º ano do Ensino Fundamental)	Alcançar mais de 80% de crianças alfabetizadas na rede pública ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, atingindo o Nível 5
9. Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade	Erradicar o analfabetismo da população com quinze anos ou mais de idade
10. Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental (Total)	Reduzir a distorção idadesérie no Ensino Fundamental
11. Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental (Anos Iniciais) - Rede Estadual	Reduzir a distorção idadesérie no Ensino Fundamental - Anos Iniciais da Rede Estadual
12. Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental (Anos Finais) - Rede Estadual	Reduzir a distorção idadesérie no Ensino Fundamental - Anos Finais da Rede Estadual
13. Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio - Rede Estadual	Reduzir a distorção idadesérie no Ensino Médio - Rede Estadual
14. Acesso à Internet nas escolas	Aumentar o número de escolas com acesso à internet

Indicador	Objetivo-Meta
15. Taxa bruta de matrícula na Educação Superior	Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior da população de 18 a 24 anos anos de idade, assegurada a articulação quantidade/qualidade nesta oferta e expansão no segmentos público e privado
16. Taxa líquida de frequência escolar na Educação Superior	Elevar a taxa líquida da matricula na Educação Superior da população de 18 a 24 anos de idade, assegurada a articulação quantidade/ qualidade nesta oferta e expansão nos segmentos público e privado
17. Número de Instituições de Ensino Superior	Aumentar o número de IES no estado, garantindo a qualidade da educação e a ampliação da oferta de cursos com foco em áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado
18. Docentes da educação superior com Pós-Graduação Stricto Sensu	Ampliar a proporção de Mestres e Doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do Sistema de Educação Superior
19. Docentes da educação superior da rede pública estadual com Pós-Graduação Stricto Sensu	Ampliar a proporção de Mestres e Doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do Sistema de Educação Superior da Rede Pública Estadual
20. Gastos com pesquisa e desenvolvimento (% do PIB)	Aumentar os gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) como percentual do PIB.
21. Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	Aumentar o número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) no estado do Amapá
22. Patentes concedidas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	Aumentar o número de pedidos de patentes concedidos pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) no estado do Amapá



ESTRATÉGIAS

10. Ampliação da cobertura e acesso, e melhoria da qualidade da educação:

- 10.1.** Construir, reformar e ampliar escolas da Educação Básica, adaptando-as às necessidades específicas de cada modalidade, com espaços adequados para atividades práticas, laboratórios, bibliotecas e áreas de convivência.
- 10.2.** Implementar políticas de educação inclusiva, garantindo o acesso e a permanência de alunos com deficiência nas escolas regulares em todas as modalidades de ensino, com apoio especializado, formação de professores e recursos adequados.
- 10.3.** Desenvolver ações de busca ativa de alunos que abandonaram a escola, oferecendo apoio pedagógico, psicológico e social para sua reintegração.
- 10.4.** Ampliar a oferta de ensino de línguas estrangeiras para a população amapaense.
- 10.5.** Desenvolver e implementar programas de promoção à saúde física e mental nas escolas, garantindo um ambiente seguro, inclusivo e livre de violência, propício para o aprendizado e o desenvolvimento integral dos alunos.
- 10.6.** Ampliar e fortalecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA), garantindo o acesso e a permanência de jovens e adultos na educação básica, oferecendo oportunidades de aprendizagem flexíveis e adequadas às suas necessidades.
- 10.7.** Garantir o transporte escolar aos alunos, especialmente em áreas rurais e ribeirinhas.
- 10.8.** Oferecer programas de formação continuada para professores, abordando temas como novas metodologias de ensino, uso de tecnologias educacionais, educação inclusiva, desenvolvimento de competências socioemocionais e didáticas específicas para cada modalidade de ensino.

- 10.9.** Fortalecer a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em todas as escolas e modalidades, garantindo a articulação entre os diferentes níveis de ensino e o desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI, adaptando as metodologias e conteúdo para atender às especificidades de cada público.
- 10.10.** Produzir e distribuir materiais didáticos de qualidade, alinhados à BNCC e às necessidades dos alunos de cada modalidade.
- 10.11.** Aprimorar o sistema de avaliação da aprendizagem que permita acompanhar o progresso dos alunos em todas as modalidades, identificar as dificuldades e orientar as ações pedagógicas, utilizando diferentes instrumentos e metodologias de avaliação.
- 10.12.** Garantir salários dignos, planos de carreira atrativos, formação continuada e ambientes de trabalho seguros e saudáveis para os profissionais da educação do governo do estado.
- 10.13.** Implementar programas de reconhecimento e valorização dos profissionais da educação, como premiações, bolsas de estudo e oportunidades de desenvolvimento profissional, incentivando a permanência e o aprimoramento dos professores na rede pública.
- 10.14.** Integrar as tecnologias digitais ao processo de ensino-aprendizagem, utilizando plataformas online, aplicativos, jogos educativos e outras ferramentas que promovam a interação, a colaboração e a personalização do ensino, considerando as diferentes faixas etárias e níveis de conhecimento dos alunos.
- 10.15.** Capacitar os professores para o uso das tecnologias educacionais, oferecendo cursos, oficinas e materiais de apoio, além de incentivar a produção de conteúdos digitais próprios.

- 10.16.** Desenvolver ações orientadas a garantir o acesso à internet de alta velocidade em todas as escolas e equipar as salas de aula com computadores, tablets, projetores e outros recursos tecnológicos, investindo em manutenção e atualização constante dos equipamentos.
 - 10.17.** Fortalecer a gestão democrática e o protagonismo estudantil na Rede Estadual de Ensino.
 - 10.18.** Aprimorar o Sistema Estadual de Educação, consolidando a gestão da educação e os mecanismos de colaboração entre estado e municípios, garantindo integração e coerência das políticas nacionais da educação, e respeitando a autonomia dos municípios.
 - 10.19.** Revitalizar e modernizar o Ensino Médio no Estado, garantindo um ensino mais atrativo, relevante e eficaz, preparando os jovens amapaenses para os desafios do século XXI e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região.
- ### 11. Fortalecimento da educação superior, da pesquisa científica e da inovação, com foco no aproveitamento das potencialidades da sociobioeconomia e na inserção do estado na economia 4.0:
- 11.1.** Expandir a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, com foco em áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado, como biotecnologia, energias renováveis, tecnologias da informação e comunicação (TICs), inteligência artificial (IA), entre outros cursos necessários para o desenvolvimento socioeconômico do estado.
 - 11.2.** Investir na construção e modernização de laboratórios, bibliotecas, centros de pesquisa e outros espaços de ensino e pesquisa nas instituições de ensino superior do estado.
 - 11.3.** Atrair e reter professores qualificados, com experiência em pesquisa e inovação, por meio

de programas de incentivo à pesquisa, bolsas de estudo e intercâmbio com outras instituições.

11.4. Promover a cooperação nacional e internacional entre instituições de ensino superior do Amapá, do Brasil e de outros países, por meio de programas de intercâmbio de estudantes e professores, e participação em projetos de pesquisa conjuntos.

11.5. Fomentar linhas de financiamento de projetos de pesquisa científica, tecnológica e inovação, com foco em áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado.

11.6. Oferecer incentivos fiscais, linhas de crédito e programas de incubação e aceleração para startups e empresas de base tecnológica, com foco em soluções inovadoras para os desafios do estado.

11.7. Estimular a cultura de inovação nas instituições de ensino superior, empresas e órgãos públicos no estado, por meio de programas de empreendedorismo, eventos de inovação e premiações para projetos inovadores.

11.8. Promover o investimento em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e produtos com base na biodiversidade do Amapá, como fármacos, cosméticos, alimentos e biocombustíveis.

11.9. Desenvolver projetos de cidades inteligentes no Amapá, utilizando tecnologias como internet das coisas (IoT), big data e inteligência artificial para melhorar a qualidade de vida da população, a eficiência dos serviços públicos e a sustentabilidade.

11.10. Promover a oferta de cursos de formação e capacitação em tecnologias da economia 4.0, como inteligência artificial, robótica, programação e análise de dados, para preparar a população para os novos desafios do mercado de trabalho.





LINHA ESTRATÉGICA IV.
SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADÃ



**ODS 16
PAZ, JUSTIÇA
E INSTITUIÇÕES EFICAZES**



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso a justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

MACRO-OBJETIVO 4

Garantir a segurança pública e promover a cidadania no Amapá, por meio da redução da violência e da criminalidade, do fortalecimento das instituições de segurança pública do estado, da promoção da justiça e dos direitos humanos, e do estímulo à participação ativa da sociedade amapaense na construção de um ambiente seguro e pacífico em todo o território estadual.

METAS

Indicador	Objetivo-Meta
1. Taxa de mortes violentas intencionais	Reduzir significativamente a ocorrência de mortes violentas intencionais, garantindo o direito à vida e promovendo a paz social
2. Taxa de homicídios	Até 2030, reduzir a taxa de homicídios para até 16/100 mil habitantes (Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030)
3. Taxa de latrocínio	Até 2030, reduzir a taxa de latrocínio para até 0,70/100 mil habitantes (Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030)
4. Taxa de homicídios de vítimas mulheres	Até 2030, reduzir a taxa de homicídios de vítimas mulheres para até 2,00/100 mil mulheres (Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030)
5. Taxa de feminicídio	Reduzir a taxa de feminicídio de forma significativa, e acabar com toda forma de violência contra a mulher
6. Proporção de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres	Reduzir a proporção de feminicídios de forma significativa, e acabar com toda forma de violência contra a mulher
7. Taxa de roubo (total)	Reduzir significativamente a incidência de roubos, promovendo a segurança pública e o bem-estar da população
8. Taxa de roubo e furto de Veículo	Até 2030, reduzir a taxa de furto de veículos para abaixo de 140 ocorrências por 100 mil veículos (Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030) Até 2030, reduzir a taxa de roubo veículos para abaixo de 150 ocorrências por 100 mil veículos (Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030)
9. Taxa de roubo e furto de celulares	Reduzir significativamente a incidência de roubos e furtos de celulares, protegendo o patrimônio da população e coibindo a criminalidade associada a esse tipo de delito
10. Taxa de tráfico de Drogas	Reduzir a taxa de tráfico de drogas no estado do Amapá, promovendo a segurança pública e o bem-estar da população
11. Taxa de posse e uso de drogas	Diminuir o consumo de drogas ilícitas Aumentar a apreensão de drogas ilícitas Aumentar o número de pessoas com dependência química que recebem tratamento adequado
12. Áreas do território do estado controladas por grupos ilegais	Recuperar o controle do estado sobre áreas do território dominadas por grupos ilegais, garantindo a segurança pública, o Estado de Direito e a proteção dos direitos humanos
13. Participação das despesas da Segurança Pública no total das despesas do estado	Garantir o financiamento adequado e sustentável para a segurança pública, assegurando uma participação equilibrada das despesas com a Segurança Pública no total das despesas orçamentárias
14. Gasto per capita com segurança pública	Garantir um investimento adequado em segurança pública por habitante, buscando o equilíbrio entre a necessidade de recursos para o setor e a capacidade financeira do Estado
15. Percepção de segurança da população	Aumentar a sensação de segurança da população, promovendo um ambiente de tranquilidade e confiança nas instituições e serviços de segurança pública

ESTRATÉGIAS

12. Fortalecimento do sistema de segurança pública e cidadã do Amapá, garantindo a justiça, a paz cidadã, o controle territorial e ambiental, e o enfrentamento eficaz das ameaças das organizações criminosas:

12.1. Revisar e atualizar a doutrina das políticas públicas estaduais de segurança, alinhando-as com as ameaças contemporâneas e as melhores práticas nacionais e internacionais.

12.2. Fortalecer a capacidade de resposta às demandas de segurança pública, por meio da promoção da atuação coordenada e eficiente entre as diferentes forças de segurança do estado, incluindo a Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), a Polícia Civil (PC), a Polícia Militar (PM) e o Instituto de Administração Penitenciária (IAPEN).

12.3. Fortalecer as ações de policiamento ostensivo e preventivo nas regiões fronteiriças do estado, visando o combate às organizações criminosas.

12.4. Fortalecer a cooperação com órgãos federais e internacionais, para o combate ao crime organizado e o controle das fronteiras.

12.5. Fortalecer os investimentos para renovação e modernização da frota e equipamentos de segurança: viaturas policiais, ambulâncias e caminhões de combate a incêndios; armamento e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); sistemas de rádio e comunicação, softwares de análise de dados, drones e outras tecnologias que otimizem o trabalho das forças de segurança e serviços de emergência.

12.6. Criar e implantar um sistema inteligente de videomonitoramento integrado em segurança pública, com o objetivo de auxiliar no patrulhamento, investigação, planejamento de combate a crimes e identificação dos padrões de delitos em regiões e áreas do estado.



12.7. Construir, reformar e modernizar as delegacias, quartéis, bases de bombeiros e outras instalações, proporcionando melhores condições de trabalho para os profissionais e um atendimento mais eficiente à população.

12.8. Implementar um sistema estadual de informações de segurança pública para monitorar indicadores de criminalidade, com o objetivo de fortalecer as estratégias de prevenção e combate ao crime, melhorar a tomada de decisões e promover uma atuação mais eficaz e integrada das forças de segurança no estado.

12.9. Qualificar os profissionais que integram o sistema de segurança pública e defesa social do Estado do Amapá.

12.10. Expandir a contratação de Instituições de Ensino Superior para realização de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu aos profissionais da segurança pública.

12.11. Fortalecer e valorizar os profissionais da segurança pública, através da realização de concursos públicos para ampliar o efetivo, da concessão de reajustes salariais justos, da modernização do plano de carreira, da implementação de um sistema de saúde dedicado e do reconhecimento contínuo do trabalho essencial que realizam em prol da sociedade amapaense.

12.12. Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e avaliação do desempenho dos profissionais, para garantir a qualidade do serviço prestado.

12.13. Reestruturar o sistema penitenciário, com valorização das categorias e suas respectivas carreiras e efetividade na prestação dos serviços de reintegração social e segurança pública.

12.14. Modernizar e humanizar o sistema prisional do estado, investindo em infraestrutura adequada, tecnologias de monitoramento avançadas, protocolos de segurança eficientes e programas

de ressocialização eficazes, além de implementar um sistema de administração prisional moderno e transparente.

12.15. Criar e implantar os programas de prevenção à violência e à criminalidade, com foco na promoção da inclusão social, geração de emprego e renda, e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; bem como integrar as ações de segurança pública com as políticas de educação, saúde, assistência social e cultura do governo estadual.

12.16. Implantar Unidades de Polícia de Proximidade, para prevenir a violência e promover a cultura paz.

12.17. Fortalecer e ampliar o Programa Educacional de Resistência e Prevenção às Drogas (PROERD), integrado com outros órgãos públicos.





LINHA ESTRATÉGICA V.
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
COM SUSTENTABILIDADE



MACRO-OBJETIVO 5

Impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável do Amapá por meio da diversificação da economia, do fomento ao empreendedorismo e da atração de investimentos, com foco na geração de emprego e renda, na economia verde, na sustentabilidade e no combate às mudanças climáticas, de maneira a assegurar uma transformação na melhoria da qualidade de vida da população amapaense e no fortalecimento dos seus ativos ambientais.

ODS 2
FOME ZERO E
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

ODS 8
TRABALHO DECENTE E
CRESCIMENTO ECONÔMICO



Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

ODS 9
INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E
INFRAESTRUTURA



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

ODS 11
CIDADES E COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas , seguras, resilientes e sustentáveis.

ODS 12
CONSUMO E PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



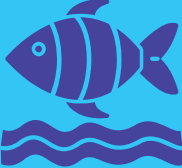
Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.

ODS 13
AÇÃO CONTRA A MUDANÇA
GLOBAL DO CLIMA



Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

ODS 14
VIDA NA ÁGUA



Conservar e usar de forma sustentável os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

ODS 15
VIDA TERRESTRE



Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e impedir a perda da biodiversidade.

METAS

Indicador	Objetivo-Meta
1. PIB Total Real (Em milhões, R\$)	Aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) total real do estado, promovendo o crescimento econômico sustentável e a qualidade de vida no estado do Amapá
2. Participação do PIB do estado na economia nacional	Aumentar a contribuição do estado do Amapá para a economia brasileira, elevando sua participação no PIB nacional
3. Posição relativa do valor do PIB em relação as demais UF	Aumentar a contribuição do estado do Amapá para a economia brasileira, fortalecendo sua posição no cenário econômico do país
4. Taxa de crescimento real do PIB do estado	Alcançar uma maior taxa de crescimento real média anual do PIB do estado, superando a média nacional de crescimento
5. PIB per capita	Elevar o padrão de vida da população, aumentando a renda média por habitante e promovendo uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada no estado
6. PIB da sociobiodiversidade	Aumentar a participação do PIB da Sociobiodiversidade do estado, promovendo o crescimento sustentável e a valorização econômica dos produtos e serviços provenientes da sociobiodiversidade
7. Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto	Diversificar e fortalecer as atividades econômicas, aumentando sua contribuição para o Valor Adicionado Bruto
8. Participação dos Setores da Economia Verde no PIB	Elevar a participação dos setores da economia verde no PIB do estado, visando estimular o desenvolvimento sustentável do estado
9. Peso do Setor de Tecnologia no PIB	Elevar a participação do setor de tecnologia no PIB, através do incentivo à inovação, apoio ao empreendedorismo tecnológico e atração de investimentos, promovendo a transformação digital e a competitividade da economia.
10. Taxa de desemprego	Reduzir a taxa de desemprego e promover a geração de empregos de qualidade, assegurando melhores condições de trabalho e inclusão no mercado de trabalho
11. Taxa de informalidade das pessoas de 14 anos ou mais de idade	Reduzir a taxa de informalidade no mercado de trabalho, promovendo a formalização do emprego e assegurando direitos trabalhistas para todos os trabalhadores
12. Quantidade de empregos formais e por setor	Aumentar o número de empregos formais em todos os setores econômicos, promovendo a estabilidade e a qualidade do trabalho
13. Estoque de empregos verdes	Aumentar o estoque de empregos verdes, por meio do incentivo a setores sustentáveis, investimento em tecnologias limpas, e programas de capacitação voltados para o desenvolvimento de competências em economia verde
14. Saldo da Balança Comercial Amapaense	Elevar o saldo da balança comercial amapaense, aumentando as exportações e promovendo a diversificação econômica
15. Ranking de exportação – Amapá (Descrição CUCI)	Melhorar a posição do Amapá no ranking de exportação, diversificando a pauta exportadora e aumentando a competitividade dos produtos locais no mercado internacional
16. Ranking de competitividade dos estados brasileiros	Elevar a posição do Estado no Ranking de Competitividade dos Estados Brasileiros, aprimorando fatores-chave de desenvolvimento econômico, infraestrutura e qualidade de vida



Indicador	Objetivo-Meta
17. Taxa de desmatamento - Amazonia Legal	Reduzir a taxa de desmatamento do Estado do Amapá, consolidando sua posição como o estado com a menor contribuição para o desmatamento na Amazônia Legal
18. Participação do Amapá no desmatamento da Amazônia Legal	Manter ou reduzir a participação do Amapá no desmatamento da Amazônia Legal, promovendo a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais.
19. Emissão de CO2 per capita	Reduzir as emissões de CO2 per capita no Amapá, promovendo a transição para uma economia de baixo carbono e a adoção de práticas sustentáveis
20. Emissão líquida de Gases de Efeito Estufa (GEE)	Reduzir as emissões líquidas de Gases de Efeito Estufa, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e a promoção de um desenvolvimento sustentável
21. Índice de riscos ambientais	Reduzir o Índice de riscos ambientais, garantindo a proteção dos ecossistemas e a segurança das populações vulnerável
22. Índice de vulnerabilidade climática	Diminuir o índice de vulnerabilidade climática, priorizando as áreas mais vulneráveis
23. População afetada por eventos climáticos extremos	Diminuir o número de pessoas afetadas por eventos climáticos extremos no estado, fortalecendo as políticas de prevenção e mitigação, melhorando as infraestruturas de proteção, e implementando programas de adaptação climática e resposta rápida em áreas de risco.

ESTRATÉGIAS

13. Fortalecimento da agricultura familiar, da produção agropecuária e do agronegócio:

13.1. Formular e implementar políticas públicas de apoio à agroecologia:

- Criar um Plano Estadual de Agroecologia;
- Conceder incentivos fiscais e tributários para agricultores familiares que adotam práticas agroecológicas;
- Promover o investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e práticas agroecológicas adaptadas às condições locais, visando aumentar a produtividade e a sustentabilidade dos sistemas de produção.

13.2. Fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do estado:

- Capacitar sobre práticas agroecológicas;
- Proporcionar assessoria técnica personalizada para acompanhar os agricultores familiares em suas propriedades, oferecendo orientação sobre planejamento da produção, manejo agroecológico, comercialização e gestão da propriedade;
- Promover o intercâmbio de conhecimentos para troca de experiências entre agricultores familiares, técnicos e pesquisadores, visando estimular o aprendizado e a difusão de práticas agroecológicas.

13.3. Melhorar e ampliar o acesso a crédito e financiamento:

- Disponibilizar linhas de crédito específicas para agricultores familiares que adotam práticas agroecológicas;

- Criar programas de microcrédito para pequenos agricultores familiares, com foco em mulheres e jovens, para financiar atividades produtivas e projetos de geração de renda.

13.4. Facilitar o acesso a mercados e a comercialização de produtos agroecológicos:

- Promover feiras da agricultura familiar;
- Priorizar a compra de alimentos da agricultura familiar agroecológica para escolas, hospitais, creches e outras instituições públicas do estado;
- Apoiar a organização e o fortalecimento de cooperativas e associações de agricultores familiares, para aumentar o poder de negociação e a capacidade de comercialização dos produtos;
- Desenvolver selos e certificações que atestem a origem e a qualidade dos produtos da agricultura familiar agroecológica, agregando valor e diferenciando-os no mercado.

13.5 Aprimorar os programas de compra institucional de alimentos da agricultura familiar (PNAE, PAA e outros):

- Aumentar a participação da agricultura familiar agroecológica nos programas de compra institucional de alimentos, garantindo a compra de um percentual mínimo de alimentos produzidos localmente.
- Estabelecer critérios de compra que priorizem a aquisição de alimentos produzidos de forma agroecológica, incentivando a transição para sistemas de produção mais sustentáveis.
- Investir em infraestrutura de armazenamento, transporte e distribuição de alimentos da

agricultura familiar, para garantir a qualidade e a segurança dos produtos.

13.6. Promover campanhas de educação para o consumo consciente de alimentos, valorizando a produção local, a sazonalidade e a diversidade de produtos da agricultura familiar.

13.7. Criar canais de comunicação e informação para divulgar as ações de apoio à agricultura familiar agroecológica, as feiras e os pontos de venda de produtos, e as informações sobre os benefícios da alimentação saudável.

13.8. Modernizar e ampliar a Infraestrutura da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá - Diagro.

13.9. Reestruturar o sistema de defesa e inspeção agropecuária do estado e consolidar o serviço de inspeção sanitária no estado do Amapá.

13.10. Fortalecer o desenvolvimento do agronegócio no Estado a través de programas de incentivo abrangentes e sustentáveis, voltados tanto para a Agricultura Familiar quanto para a Agropecuária de Escala.

13.11. Otimizar a cadeia de abastecimento alimentar do estado.

14. Desenvolvimento de sistemas de informações econômicas do estado:

14.1. Criar o Observatório da Economia do Amapá, por meio de uma plataforma digital para coleta, análise e disseminação de dados sobre a economia do estado, incluindo contas regionais, matriz insumo-produto, cadeias de valor dos produtos tradicionais e da bioeconomia, informações sobre produtores, emprego e balança comercial interna e externa.





14.2. Fomentar a realização de pesquisas e estudos sobre a estrutura produtiva, o mercado de trabalho e o perfil socioeconômico da população, para subsidiar a formulação de políticas públicas.

15. Fomento à economia verde e bioeconomia:

15.1. Criar a Agência de Fomento à Bioeconomia do Amapá, órgão responsável por articular políticas e programas de apoio à bioeconomia, como crédito, incentivos fiscais, assistência técnica, extensão rural, estruturação de cadeias produtivas, certificação e comercialização.

15.2. Criar um Fundo de Investimento em Bioeconomia para financiar projetos e empreendimentos que promovam o desenvolvimento da bioeconomia no Amapá.

15.3. Desenvolver projetos-piloto em áreas como manejo florestal sustentável, agricultura familiar, extrativismo e produção de bioenergia, para demonstrar a viabilidade econômica e ambiental da bioeconomia.

15.4. Mapear e fortalecer as cadeias produtivas, identificando e apoiando setores com potencial de crescimento sustentável, como a produção de alimentos orgânicos, manejo florestal sustentável, pesca e aquicultura responsáveis, energias renováveis, turismo de base comunitária e biotecnologia.

15.5. Criar linhas de crédito específicas para empreendimentos da economia verde, com taxas de juros reduzidas e prazos de pagamento facilitados.

15.6. Oferecer incentivos fiscais para empresas que invistam em tecnologias limpas e práticas sustentáveis.

15.7. Investir em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias verdes e soluções inovadoras para os desafios socioambientais do estado, em parceria com universidades, centros de pesquisa e empresas.

16. Qualificação Profissional e Empreendedorismo:

16.1. Criar linhas de crédito específicas para micro e pequenos negócios, com condições facilitadas e taxas de juros reduzidas.

16.2. Facilitar o acesso ao crédito para pequenos empreendedores e negócios da economia verde, por meio de linhas de microcrédito e programas de fomento.

16.3. Ampliar e melhorar a oferta de cursos, workshops, treinamentos e consultorias para empreendedores, com foco em gestão financeira, marketing, inovação e formalização de negócios.

16.4. Oferecer cursos, workshops e treinamentos para capacitar a mão de obra local em áreas relacionadas à economia verde, como energias renováveis, agricultura orgânica, turismo sustentável e gestão de resíduos.

16.5. Apoiar o desenvolvimento de startups e empresas inovadoras, com foco na bioeconomia e em setores estratégicos para o estado.

16.6. Expandir e qualificar a Educação Profissional e Tecnológica no Estado, contribuindo a formar profissionais aptos a atender às demandas do mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região.

17. Atração de investimentos e promoção da competitividade:

17.1. Desenvolver uma marca forte do estado que destaque as vantagens competitivas do Amapá, como a abundância de recursos naturais, a localização estratégica e os incentivos fiscais.

17.2. Desenvolver campanhas de marketing digital, produzindo e divulgando materiais promocionais de alta qualidade, como vídeos, websites, apresentações e estudos de caso, que demonstrem o

potencial do Amapá para investidores nacionais e internacionais.

17.3. Organizar eventos de networking, como rodadas de negócios, seminários e webinars, para conectar investidores com empresas e projetos locais, facilitando a criação de parcerias e a realização de negócios.

17.4. Organizar missões empresariais estratégicas para países e regiões com potencial de investimento no Amapá, com foco em setores prioritários como bioeconomia, turismo, energia renovável e mineração sustentável.

17.5. Participar em feiras e eventos internacionais relevantes para os setores estratégicos do Amapá, apresentando o estado como um destino atrativo para investimentos e negócios.

17.6. Reduzir a burocracia e agilizar os processos de licenciamento e abertura de empresas, tornando o Amapá um ambiente mais atrativo para investidores.

17.7. Oferecer incentivos fiscais e tributários competitivos para empresas que investem em setores estratégicos e geram empregos no estado.

17.8. Construir um centro de convenções moderno e equipado, visando atrair eventos de grande porte, impulsionar o turismo de negócios, gerar emprego e renda, promover a cultura e a educação, fortalecer a imagem do estado e melhorar a infraestrutura local.

18. Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura:

18.1. Formular o Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura.

18.2. Fortalecer a gestão pesqueira, implementando sistemas de monitoramento e controle da

pesca, combate à pesca ilegal e promoção da pesca responsável.

18.3. Construir terminais pesqueiros, entrepostos de beneficiamento e unidades de apoio à aquicultura.

18.4. Desenvolver a cadeia produtiva da pesca e da aquicultura, com o propósito de promover o crescimento econômico sustentável e inclusivo do estado, aproveitando o seu vasto potencial em recursos hídricos e biodiversidade aquática.

19. Desenvolvimento Sustentável do Potencial Energético da Margem Equatorial do Amapá e offshore, que visa impulsionar a economia, gerar empregos e fomentar a inclusão social, garantindo, ao mesmo tempo, a preservação ambiental da região:

19.1. Elaboração das diretrizes, objetivos estratégicos, desafios, gargalos e metas e para o desenvolvimento da indústria de energia no estado.

- Estabelecer diretrizes e metas de longo prazo para os diferentes setores de energia (óleo, gás, eólico e solar).
- Letramento/Capacitação do Estado sobre a Indústria do Petróleo e Outras Energias Offshore
- Levantamento com os stakeholders das necessidades e requisitos (áreas, logística, força de trabalho, mitigação de riscos, importação e exportação, hospedagem, serviços) para instalação da cadeia de óleo e gás no Estado.
- Levantamento e análise da dominalidade das áreas do Estado e situação fundiária, com potencial a serem disponibilizadas para viabilizar a implantação de atividades relacionadas com a cadeia de óleo e gás, incluindo a malha hidroviária, ferroviária, rodoviária e aérea.

19.2. Elaboração dos estudos de impacto ambiental e social necessários para a implementação de uma cadeia de óleo e gás, da magnitude do potencial energético da Margem Equatorial;

19.3. Criação de Fundo Soberano do Estado do Amapá para a preservação geracional e aplicação sustentável da riqueza advinda da exploração das reservas energéticas em áreas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população de todo o Estado.

19.4. Elaborar um Plano de Reforço e Ampliação da infraestrutura urbana, habitacional e de serviços públicos para suportar uma expansão acelerada populacional advinda das atividades econômicas e operacionais da instalação da cadeia de óleo e gás.

19.5. Elaboração de marcos regulatórios e outras políticas estaduais para apoiar Modernização Institucional de Governança do Estado do Amapá para indústria de energia Offshore e a política de desenvolvimento da indústria do petróleo no Estado.

19.6. Promover investimentos e incentivos fiscais para a atração e instalação de indústrias e empresas de bens e serviços diretamente vinculadas à produção e ao beneficiamento dos produtos da cadeia de óleo e gás para criar uma cadeia de valor integrada.

19.7. Promover a infraestrutura logística necessária para o desenvolvimento, armazenamento, transporte e escoação da produção decorrente da cadeia de óleo e gás no estado do Amapá.

19.8. Expandir e fortalecer os cursos de educação superior e técnico-profissional para a população amapaense e atração de profissionais necessários para a implementação e desenvolvimento da cadeia de óleo e gás no estado do Amapá.

19.9. Apoiar a criação de pequenos e médios negócios que forneçam bens e serviços para a cadeia de óleo e gás.

19.10. Reestruturar a Secretaria de Estado de Mineração para que incorpore as competências relacionadas à produção de energia do estado.

19.11. Formular e implementar um Distrito Produtivo que abrigue as indústrias e empresas de bens e serviços da cadeia de óleo e gás do Amapá.

19.12. Elaborar e financiar projetos e programas que promovam a mitigação e compensação dos impactos socioambientais, a transição energética, a captura de carbono e a resiliência urbana.

19.13. Elaboração e implementação de um Plano de Comunicação Estratégico, para sensibilizar a população do Estado, os stakeholders, nacionais e internacionais, sobre os potenciais benefícios, riscos, impacto na economia, mudanças culturais e demais externalidades do desenvolvimento da cadeia de óleo e gás e outros segmentos de energia renováveis.

19.14. Estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisas nacionais e internacionais para o desenvolvimento de soluções inovadoras, além de formar alianças com outros estados brasileiros e países com experiência em exploração offshore para compartilhar conhecimentos e práticas.

19.15. Desenhar um Observatório de Energia do Estado para controle periódico dos impactos das ações implementadas e ajustar a estratégia conforme necessário para garantir o sucesso sustentável.

19.16. Realizar Benchmarking Institucional dos Estados Impactados pela Produção Offshore para levantamento de melhores práticas e mitigação de riscos

19.17. Promover investimentos e incentivos fiscais para a atração e instalação de indústrias e empresas de bens e serviços diretamente vinculadas à produção e ao beneficiamento dos produtos da cadeia de óleo e gás para criar uma cadeia de valor integrada.





19.18. Proposta de Modernização do sistema de suporte estratégico do governo para apoio à implementação das ações estratégicas desenhadas

19.19. Mapeamento e identificação de atores chave para o desenvolvimento da indústria de energia offshore e estratégias de engajamento para ampliar o impacto dos objetivos do estado.

19.20. Análise e Desenvolvimento de Estruturas de Governança e Gestão da política de desenvolvimento da indústria de energia no Estado:

- Levantar e analisar as capacidades atuais e grau de maturidade do estado em termos de estrutura institucional relacionada à indústria do petróleo offshore e identificar lacunas, e realizar a comparação com outros Estados com produção offshore.
- Interação com secretarias estaduais de outros estados com indústria de energia offshore selecionadas para levantamento de informações e percepção de familiaridade e preparo com os temas relevantes para o desenvolvimento da indústria.
- Desenvolvimento de Estruturas Institucionais: Propor estruturas institucionais que possam coordenar a governança de atividades offshore, incluindo órgãos reguladores, agências de fiscalização e entidades de promoção de investimentos, se for o caso.

19.21. Integração com Políticas Nacionais e Internacionais: Assegurar que as estruturas de governança estejam alinhadas com políticas nacionais e padrões internacionais relevantes.

19.22. Capacitação de Pessoal: Desenvolver programas de treinamento para equipar os funcionários do estado com as competências necessárias para operar dentro das novas estruturas institucionais do governo do Estado.

19.23. Assessoria para definição da Estratégia de Captação de Investimentos do Estado e Criação da Cadeia de Valor

- Análise de Mercado: Realizar uma análise detalhada do mercado para identificar potenciais investidores e parceiros estratégicos.
- Organizar Roadshows focados em dialogar diretamente com empresas dentro da cadeia de valor da indústria offshore que possam estar interessadas em investir ou se estabelecer na Margem Equatorial. Esses eventos serão oportunidades para entender melhor as expectativas das empresas, discutir potenciais desafios e coletar feedback valioso que poderá ser usado para ajustar políticas e estratégias de atração de investimentos
- Desenvolvimento de Estratégias: Criar estratégias específicas para atração de investimentos, incluindo incentivos fiscais, parcerias público-privadas e promoção de eventos.
- Implementação e Acompanhamento: Assistir o estado na implementação das estratégias e monitorar o progresso e o impacto das ações.

19.24. Apoio na elaboração de uma Governança dos Royalties sustentável e regionalizada:

- Diagnóstico de Recebimento e Distribuição: Avaliar os mecanismos atuais de recebimento e distribuição de royalties de acordo com a legislação brasileira.
- Desenvolvimento de Políticas de Gestão de Royalties: Avaliação e formulação de políticas que regulem a alocação e uso dos royalties para garantir benefícios a longo prazo de acordo com a estratégia a ser definida pelo Estado.
- Capacitação e Disseminação: Capacitar funcionários públicos locais e estaduais sobre

a gestão de royalties e realizar campanhas de conscientização para o público geral.

19.25. Elaboração de Guia Estratégico de Políticas voltadas ao Desenvolvimento da Indústria de Petróleo Offshore na Margem Equatorial

- Diagnóstico Regional: Análise das políticas e legislação do Estado do Amapá que tenham potencial relação com o desenvolvimento da indústria de petróleo offshore e incentivo, bem como da indústria de energia eólica.
- Estratégias de Desenvolvimento: Formular estratégias específicas para atração de investimentos, desenvolvimento de infraestrutura local e capacitação da mão-de-obra.
- Disseminação dos Resultados: Apresentação de resultados em reunião com secretarias selecionadas.

20. Desenvolvimento do Turismo Sustentável:

20.1. Formular o Plano Estadual de Desenvolvimento do Turismo, definindo estratégias para o desenvolvimento do turismo sustentável, com foco na valorização da cultura local, na preservação do meio ambiente e na geração de emprego e renda.

20.2. Desenvolver o turismo sustentável e o ecoturismo, aproveitando a rica biodiversidade e os atrativos naturais do Amapá, com respeito ao meio ambiente e às comunidades locais.

20.3. Melhorar a infraestrutura de transportes, hospedagem e serviços turísticos, bem como criar novos atrativos turísticos.

20.4. Desenvolver campanhas de promoção e marketing, incluindo estratégias de marketing digital, para divulgar o Amapá como destino turístico em feiras e eventos nacionais e internacionais.

21. Fortalecimento do Setor Mineral:

21.1. Formular o Plano Estadual de Mineração Sustentável, definindo as diretrizes e metas para o setor, com foco na sustentabilidade, na segurança jurídica e na inclusão social.

21.2. Revitalizar a mineração no Amapá, com foco na sustentabilidade, na responsabilidade social e na geração de emprego e renda para a população local.

21.3. Intensificar as ações de fiscalização e monitoramento das atividades de mineração, para garantir o cumprimento da legislação ambiental e social.

21.4. Criar programas de apoio à formalização e à regularização ambiental de pequenos mineradores.

21.5. Ofertar programas de assistência técnica e capacitação para os pequenos mineradores.

22. Valorização da Cultura e do Patrimônio Histórico:

22.1. Formular o Plano Estadual de Cultura, definindo políticas e programas para a valorização da cultura popular, criativa e do patrimônio histórico-cultural do Amapá.

22.2. Apoiar os artistas e produtores culturais, por meio da criação de editais de fomento à cultura, realização de festivais e eventos culturais, e apoio à produção e difusão de bens culturais.

22.3. Apoiar a produção e difusão de produtos culturais em meios digitais.

22.4. Promover o turismo cultural no estado do Amapá, visando fortalecer a identidade cultural do Amapá, incentivar a preservação e valorização de seu patrimônio histórico, artístico e cultural, gerar empregos diretos e indiretos, impulsionar a eco-

nomia local, incentivar o comércio e a produção de bens e serviços relacionados à cultura.

22.5. Preservar o patrimônio histórico do estado, através da restauração e conservação de bens culturais.

22.6. Fomentar a criação de museus e centros culturais.

23. Promoção e fortalecimento da Zona Franca Verde de Macapá e Santana (ZFVMS):

23.1. Analisar criticamente a Lei nº 11.898/2009, que cria as Zonas Francas Verdes (ZFV) no Amapá, e propor ao Governo Federal revisões e adequações que permitam a aplicação de incentivos fiscais em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico do estado, sem comprometer os objetivos de sustentabilidade.

23.2. Identificar e fortalecer segmentos industriais estratégicos do estado:

- Explorar as potencialidades da biodiversidade local, com foco em biotecnologia, produtos farmacêuticos, cosméticos e alimentos funcionais;
- Desenvolver setores como alimentos e bebidas, produtos florestais, e manufatura leve que possam aproveitar os recursos locais e os benefícios fiscais;
- Tornar a Zona Franca um polo de processamento e beneficiamento de pescado e frutos do mar, aproveitando a rica produção pesqueira do estado e a demanda crescente por produtos de qualidade;
- Tornar a ZFV um centro de produção e desenvolvimento de tecnologias para energias renováveis, como solar e eólica, aproveitando as condições climáticas favoráveis e contribuindo para a matriz energética limpa do país.

23.3. Reduzir a burocracia para a instalação de empresas na Zona Franca.

23.4. Criar incentivos fiscais e aduaneiros competitivos para empresas que se instalem na Zona Franca, como redução ou isenção de impostos, simplificação de procedimentos e linhas de crédito especiais.

23.5. Criar uma marca forte para a Zona Franca, destacando suas vantagens competitivas e potencialidades.

23.6. Desenvolver materiais promocionais (vídeos, brochures, website) que apresentem a Zona Franca como um destino atrativo para investimentos.

23.7. Divulgar as vantagens da Zona Franca para investidores nacionais e internacionais, e realização de eventos e missões empresariais.

23.8. Participar de feiras e eventos nacionais e internacionais de comércio e investimento, com foco em setores estratégicos, para promover diretamente a Zona Franca a investidores potenciais.

23.9. Realizar missões comerciais para países e regiões do Brasil com interesse nos segmentos prioritários.

23.10. Criar um sistema de atendimento integrado ao investidor.

23.11. Melhorar a infraestrutura logística da Zona Franca, incluindo a modernização do Porto de Santana, a ampliação da malha rodoviária e a construção de um aeroporto internacional de cargas.

23.12. Promover a criação de programas de capacitação profissional em parceria com universidades, escolas técnicas e empresas, com foco nos segmentos prioritários da Zona Franca.





23.13. Incentivar a formação de mão de obra local, por meio de bolsas de estudo e estágios em empresas da Zona Franca.

24. Fortalecimento da gestão ambiental:

24.1. Aprimorar a gestão das Unidades de Conservação (UCs):

- Aprimorar e ampliar a oferta de cursos e oficinas de capacitação dirigidas a gestores e equipes técnicas;
- Elaborar e implementar planos de manejo;
- Fomentar o uso público e a exploração sustentável dos recursos naturais;
- Melhorar os sistemas de monitoramento e fiscalização.
- Implementar programas de pagamento por serviços ambientais (PSA) que beneficiem as comunidades locais e incentivem a conservação.

24.2. Modernizar o licenciamento ambiental estadual:

- Simplificar e agilizar os procedimentos de licenciamento ambiental, com foco na redução da burocracia e na segurança jurídica para investidores e empreendedores.
- Implementar ferramentas digitais para o licenciamento ambiental, como plataformas online e sistemas de gestão de processos.
- Criar um sistema de acompanhamento online;
- Capacitar os servidores envolvidos no licenciamento.
- Criar mecanismos de consulta pública e participação social nos processos de licenciamento.

24.3. Promover ações de pesquisa e produção de espécies de flora e fauna para a conservação e valorização da biodiversidade.

25. Valorização dos ativos ambientais:

25.1. Desenhar e implantar um Sistema Estadual de Registro de Compensações de Emissões de Gases de Efeito Estufa, com base na política nacional de mudanças climáticas (Lei Federal n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009).

25.2. Inserção do Amapá no mercado de carbono e serviços ambientais:

- Promover a realização de estudos e pesquisas científicas sobre o potencial do mercado de crédito de carbono na agricultura, florestas e outros usos do solo no estado.
- Promover a comercialização de créditos de carbono;
- Promover serviços ambientais, incluindo a conservação da biodiversidade, a proteção e recuperação de mananciais, a restauração de ecossistemas degradados, o sequestro de carbono, o controle de erosão, a polinização de culturas agrícolas, e a manutenção da qualidade do solo e da água.
- Promover a participação do estado em mercados nacionais e internacionais de carbono e serviços ambientais.

26. Fomento à concessão e manejo florestal sustentável:

26.1. Elaborar planos estaduais de concessão e de manejo florestal sustentável, com foco na promoção do uso sustentável dos recursos florestais, conservação da biodiversidade, combate à exploração ilegal de madeira, geração de renda para as comunidades locais e para o estado, e na contribuição à mitigação das mudanças climáticas.

26.2. Fortalecer a fiscalização e o controle da exploração florestal, combatendo a ilegalidade e promovendo o manejo responsável.

26.3. Incentivar a criação de empresas e cooperativas de base comunitária para o manejo florestal sustentável.

26.4. Capacitar produtores e empresas locais.

27. Implementação de um sistema estadual de prevenção e combate ao desmatamento e queimadas:

27.1. Implementar um sistema de monitoramento e alerta de desmatamento e queimadas, utilizando tecnologias de sensoriamento remoto como satélites e drones, e integrando com órgãos de fiscalização e segurança pública.

27.2. Fortalecer a fiscalização e o controle do desmatamento e das queimadas, com ações de inteligência e repressão.

27.3. Realizar ações de educação e conscientização ambiental, como campanhas de comunicação e mobilização social, programas de educação ambiental nas escolas e comunidades e capacitação de agentes multiplicadores.

27.4. Promover alternativas econômicas sustentáveis para as comunidades locais, reduzindo a pressão sobre a floresta.

28. Consolidação do Plano Estadual de Recursos Hídricos:

28.1. Instituir Comitês das Bacias Hidrográficas do estado com representantes do Poder Público, da sociedade civil e de pessoas físicas ou empresas que se utilizam da água para fins econômicos, visando combater práticas ilegais que possam prejudicar rios e igarapés e, assim, garantir a proteção da natureza e qualidade de vida da população.

28.2. Implementar ações de proteção e recuperação de nascentes, rios e bacias hidrográficas.

28.3. Monitorar a qualidade da água e dos níveis dos reservatórios, garantindo o abastecimento e o uso sustentável dos recursos hídricos.

28.4. Fomentar a educação ambiental e o uso racional da água.

29. Fortalecimento da inserção internacional do Amapá nas discussões sobre a Amazônia e questões ambientais, promovendo o desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida da população e a valorização da cultura local:

29.1. Preparar o Amapá para a COP30:

- Criar um Comitê Gestor, responsável por planejar, coordenar e executar as ações do estado na COP30, com foco na captação de recursos e parcerias;
- Elaborar um Plano de Ação para garantir a participação efetiva do Amapá na COP30 com a definição de objetivos, metas, estratégias, responsáveis e cronograma, incluindo a organização de eventos paralelos no estado e a busca por parcerias;
- Identificar e elaborar projetos inovadores e sustentáveis para apresentação na COP30 que possam atrair investimentos e parcerias internacionais, tais como projetos de conservação e biodiversidade; de energias renováveis e baixo carbono (biomassa e biogás, potencial eólico do Amapá e expansão da geração de energia solar); de economia sustentável e bioeconomia; de adaptação e resiliência às mudanças climáticas; entre outros projetos;
- Busca de recursos financeiros e parcerias com o Governo Federal, organismos internacionais

e setor privado para financiar as ações de preparação e participação na COP30;

- Fortalecer a capacidade institucional do estado com treinamento de equipes técnicas e gestores públicos para atuarem nas negociações e eventos da COP30;
- Desenvolver uma estratégia de comunicação e promoção da participação social nas discussões sobre a COP30, bem como informar à população amapaense sobre a importância estratégica da participação ativa do Amapá no evento.

29.2. Fortalecer as ações de promoção internacional do Amapá:

- Criar uma Agência de Promoção de Investimentos e Turismo no estado, responsável por divulgar as potencialidades do estado, atrair investimentos estrangeiros diretos, parcerias empresariais e promover o turismo sustentável, por meio de missões comerciais, feiras e eventos internacionais, materiais promocionais e plataformas digitais;
- Promover o Amapá em fóruns internacionais, por meio da participação em eventos estratégicos como feiras de negócios, congressos e fóruns de investimento para apresentar o potencial do estado em setores como energias renováveis, turismo sustentável e bioeconomia;
- Organizar missões comerciais e rodadas de negócios para países e regiões com potencial de investimento, promovendo o contato direto entre empresas amapaenses e investidores estrangeiros;
- Criar um “Portal de Investimentos”, ou seja, uma plataforma online com informações sobre o ambiente de negócios, incentivos fiscais e oportunidades de investimento no Amapá.

- Aprimorar a realização de marketing digital e uso de redes sociais para divulgar o Amapá, seus atrativos turísticos e oportunidades de investimento.

29.3. Fortalecer as Relações com as Guianas:

- Estabelecer um espaço de diálogo e cooperação entre o Amapá e as Guianas, com foco em temas como comércio, infraestrutura, segurança, meio ambiente e cultura.
- Promover programas de intercâmbio de experiências e melhores práticas nos âmbitos cultural, comercial e técnico;
- Desenvolver projetos de cooperação transfronteiriça e integração regional em áreas como infraestrutura, saúde, educação e turismo.

29.4. Engajar o Amapá em diálogos internacionais sobre meio ambiente:

- Participar ativamente em eventos e fóruns internacionais sobre meio ambiente, como a COP, o Fórum Mundial da Água e a Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade, representando o Amapá em eventos e discussões sobre a Amazônia e o meio ambiente, defendendo os interesses do estado e buscando apoio para projetos inovadores de sustentabilidade desenvolvidos no Amapá;
- Estabelecer parcerias com organizações internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de obter cooperação técnica e financeira para projetos de conservação da biodiversidade, combate ao desmatamento e desenvolvimento de energias renováveis.

29.5. Realizar parcerias com universidades e centros de pesquisa, visando a transferência de tecnologias e desenvolvimento de projetos de pesquisa e de soluções inovadoras para os desafios locais;

29.6. Buscar financiamento internacional para captação de recursos junto a organismos multilaterais, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e fundos climáticos para financiar projetos de infraestrutura, telecomunicações, transporte e outras áreas estratégicas.

30. Estabelecimento de um sistema estadual de gestão integral para a prevenção, mitigação e enfrentamento dos riscos associados às mudanças climáticas no Amapá:

30.1. Fortalecer e monitorar a implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas e Incentivo à Conservação dos Serviços Ambientais (PECISA).

30.2. Fortalecer as ações e medidas do Fórum Amapaense de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais (FAMCSA), instituído pelo Decreto nº 2842, de 12/08/2021.

30.3. Desenvolver programas de capacitação voltados para técnicos e gestores públicos, visando a atuação na gestão de riscos climáticos e na implementação de medidas de adaptação.

30.4. Avaliar e monitorar os riscos climáticos no estado:

- Identificar e mapear os principais riscos climáticos que impactam o Amapá, como eventos extremos (secas, inundações, deslizamentos), elevação do nível do mar, alterações nos padrões de chuva e aumento da temperatura;
- Implantar um Sistema de Monitoramento Climático, por meio de uma rede de estações meteorológicas e hidrológicas para monitorar

os parâmetros climáticos e os eventos extremos, fornecendo informações para a tomada de decisão como mapas de risco e indicadores de vulnerabilidade;

- Elaborar cenários climáticos futuros para o Amapá, considerando diferentes trajetórias de emissões de gases de efeito estufa e seus impactos nos recursos hídricos, na agricultura, na biodiversidade e na saúde da população;
- Avaliar a vulnerabilidade dos diferentes setores e comunidades do estado mais vulneráveis aos riscos climáticos, considerando fatores sociais, econômicos, ambientais e de infraestrutura.

30.5. Desenhar e implementar políticas de prevenção e mitigação dos riscos climáticos:

- Implementar ações para reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no estado, como o incentivo à geração de energia renovável, a eficiência energética, o reflorestamento e a agricultura de baixo carbono;
- Formular planos de contingência para eventos climáticos extremos, como secas, inundações e deslizamentos, com foco na prevenção de desastres e na proteção da população;
- Implementar medidas para garantir a segurança hídrica do estado, como a proteção de nascentes, a recuperação de áreas degradadas e o uso eficiente da água.

30.6. Implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas:

- Incorporar a resiliência climática no planejamento e construção de infraestruturas, como rodovias, pontes, sistemas de abastecimento de água e saneamento;
- Promover práticas agrícolas que conservem o solo, a água e a biodiversidade, e que sejam

resilientes às mudanças climáticas, como a agrofloresta e a agricultura de baixo carbono;

- Implementar medidas de adaptação para proteger a zona costeira e os ecossistemas marinhos, como a recuperação de manguezais e a construção de barreiras naturais;
- Fortalecer o sistema de saúde no estado para lidar com os impactos das mudanças climáticas na saúde da população, como o aumento de doenças transmitidas por vetores e a desnutrição.

30.7. Desenhar e implementar um programa de comunicação, educação e participação social:

- Desenvolver campanhas de comunicação para informar a população sobre os riscos das mudanças climáticas e as medidas de adaptação que podem ser adotadas;
- Incluir o tema das mudanças climáticas nos currículos escolares e promover atividades de educação ambiental para crianças, jovens e adultos;
- Promover a participação da sociedade civil na elaboração e implementação do Plano Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas do Amapá, por meio de consultas públicas, audiências e outras formas de diálogo.

31. Promoção do bem-estar animal, garantindo o respeito aos direitos dos animais, prevenindo e combatendo maus-tratos:

31.1. Promover e implementar ações educativas, preventivas e de combate aos maus-tratos.

31.2. Promover e implementar ações de saúde e segurança animal

31.3. Fortalecer a legislação de proteção animal.

LINHA ESTRATÉGICA VI.
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

MACRO-OBJETIVO 6

Desenvolver uma infraestrutura moderna e sustentável, que promova a conectividade e a integração regional, facilitando o acesso a serviços essenciais, incluindo o saneamento básico, impulsionando o desenvolvimento econômico e social, e melhorando a qualidade de vida da população por meio de investimentos estratégicos em transportes, telecomunicações, energia e saneamento.



Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.



Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos.



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

METAS

Indicador	Objetivo-Meta
1. Extensão da malha rodoviária pavimentada	Aumentar a extensão da malha rodoviária pavimentada do estado, contribuindo a garantir o desenvolvimento econômico e a integração regional
2. Extensão da Malha Ferroviária	Aumentar a extensão da malha ferroviária do Amapá, para promover o desenvolvimento econômico, facilitar o transporte de mercadorias e melhorar a conectividade regional
3. Condição da Manutenção (ICM) das rodovias do estado	Elevar a qualidade das rodovias, aumentando significativamente o percentual em condições "Bom", reduzindo as classificadas como "Regular" e "Ruim", e eliminando completamente as em estado "Péssimo", a fim de garantir uma infraestrutura viária segura e eficiente para todos os usuários
4. Taxa de mortalidade em acidentes de trânsito	Até 2030, reduzir a taxa de mortes no trânsito para até 9 mortes por 100 mil habitantes (Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030)
5. Índice de Desempenho Logístico (IDL)	Elevar o Índice de Desempenho Logístico (IDL), garantindo a fluidez e a segurança no transporte de mercadorias
6. Participação de cada modal: rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo no transporte de cargas e passageiros	Equilibrar a utilização dos diferentes modais de transporte, promovendo a eficiência, a sustentabilidade e a integração dos sistemas de transporte de cargas e passageiros
7. Índice de Integração Modal (rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo)	Elevar o Índice de Integração Modal, visando um sistema de transporte mais eficiente e sustentável
8. Domicílios com acesso à internet (áreas urbana e rural)	Aumentar a porcentagem de domicílios com acesso à internet nas áreas urbanas e nas áreas rurais, garantindo a inclusão digital de toda a população
9. Cobertura de Sinal Móvel	Expandir a cobertura de sinal móvel, assegurando conectividade para todas as regiões do estado, incluindo áreas urbanas, rurais e remotas
10. Produção de Energia por tipo de fonte	Diversificar a matriz energética do estado, aumentando a participação de fontes renováveis
11. Demanda de Energia por tipo de fonte	Reduzir a dependência de fontes de energia fósseis, aumentando a participação de fontes renováveis na matriz energética do estado
12. Demanda de Energia, por tipo de uso	Reduzir a participação do setor de transporte na demanda total de energia e aumentar a eficiência energética nos setores residencial, serviços, industrial e agropecuário
13. Porcentagem de domicílios particulares permanentes com conexão na rede geral água	Aumentar o percentual de domicílios particulares permanentes conectados à rede geral de água para 100%, por meio da expansão da infraestrutura de abastecimento, investimentos em saneamento básico e políticas de inclusão hídrica.
14. Porcentagem de domicílios particulares permanentes com conexão na rede geral de água segundo municípios	Aumentar a porcentagem de domicílios particulares permanentes conectados à rede geral de água em cada um dos 16 municípios do Amapá

Indicador	Objetivo-Meta
15. Parcela da população sem acesso à água	Reduzir a população sem acesso à água potável para 0%, garantindo que toda a população tenha acesso seguro e sustentável a esse recurso essencial
16. Porcentagem de domicílios particulares permanentes com conexão na rede geral de esgoto ou pluvial	Aumentar a porcentagem de domicílios particulares permanentes conectados à rede geral de esgoto ou pluvial para 100%, garantindo que todos os domicílios tenham conexão adequada à rede de esgoto ou pluvial
17. Porcentagem de domicílios particulares permanentes com conexão na rede geral de esgoto ou pluvial segundo municípios	Aumentar a porcentagem de domicílios particulares permanentes conectados à rede geral de esgoto ou pluvial em cada um dos 16 municípios do Amapá
18. Índice de Coleta de esgotamento sanitário com tratamento	Aumentar o índice de coleta de esgotamento sanitário com tratamento em cada um dos 16 municípios do estado, assegurando que o esgotamento sanitário seja adequadamente coletado e tratado
19. Parcela da população com coleta de esgoto	Expandir a cobertura de coleta de esgoto, garantindo que toda a população tenha acesso a serviços de saneamento adequados
20. Índice de esgoto tratado referido à água consumida	Elevar o índice de esgoto tratado em relação à água consumida, assegurando que o esgoto gerado seja adequadamente processado em proporção ao volume de água utilizado
21. Tarifa média dos serviços de saneamento	Garantir tarifas justas e compatíveis com a qualidade do serviço prestado, assegurando a acessibilidade econômica dos serviços de saneamento
22. Consumo per capita de água	Manter o consumo per capita de água no Amapá abaixo de 70 litros por dia, incentivando práticas de conservação e uso racional da água, enquanto se assegura o atendimento das necessidades básicas da população (A ONU defende um consumo máximo de 100 litros por dia por pessoa como meta para o uso sustentável da água)
23. Porcentagem de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo	Assegurar a universalização dos serviços de coleta de lixo, garantindo a saúde pública e a preservação ambiental
24. Porcentagem de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo segundo municípios	Assegurar a universalização dos serviços de coleta de lixo nos 16 municípios do estado, garantindo a saúde pública e a preservação ambiental.

ESTRATÉGIAS

32. Ampliação e melhoria do saneamento básico no Amapá:

32.1. Fortalecer o investimento em saneamento básico no estado:

- Estruturar e executar projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para o financiamento e construção de projetos de sistemas de saneamento básico, aproveitando a expertise e a capacidade de investimento das empresas;
- Captar recursos de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiar obras de infraestrutura e programas de saneamento;
- Acessar recursos do Governo Federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para investir em saneamento básico.

32.2. Universalizar o acesso à água potável:

- Construir e ampliar sistemas de captação, tratamento e distribuição de água em áreas urbanas e rurais priorizando, com foco nas comunidades mais vulneráveis e com menor cobertura;
- Implantar soluções alternativas, como sistemas de dessalinização e captação de água da chuva, em regiões com escassez hídrica;
- Regularizar e controlar as ligações clandestinas, visando a redução de perdas e o uso racional da água;
- Promover a educação sanitária nas escolas e comunidades, incentivando o uso consciente da água e a prevenção de doenças.

32.3. Ampliar o acesso à coleta e tratamento de esgoto:

- Investir na construção de redes coletoras de esgoto e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), priorizando as áreas com maior déficit de saneamento;
- Implantar sistemas descentralizados de tratamento de esgoto, como fossas sépticas e filtros biológicos, em áreas onde a implantação de redes coletoras não é viável;
- Promover a adoção de tecnologias de tratamento de esgoto que sejam eficientes, economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis, como reuso de água e aproveitamento de biogás;
- Fortalecer a fiscalização e o controle de efluentes industriais e domésticos, para garantir o cumprimento da legislação ambiental e a proteção dos recursos hídricos;
- Estudar a viabilidade do reuso da água tratada para fins não potáveis, como irrigação e limpeza urbana.

32.4. Melhorar o sistema de gestão integrada dos resíduos sólidos:

- Implementar sistemas de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos em todos os municípios, envolvendo a participação da população e do setor privado, com o objetivo de reduzir a quantidade de resíduos destinados a aterros sanitários e gerar renda para catadores e cooperativas;
- Construir e adequar aterros sanitários e outras unidades de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, em conformidade com a legislação ambiental, garantindo a disposição

segura dos resíduos e a proteção do solo e das águas subterrâneas;

- Implementar sistemas de logística reversa para produtos como pilhas, baterias, pneus e eletroeletrônicos, responsabilizando os fabricantes pela destinação final adequada desses materiais;
- Incentivar a redução da geração de resíduos sólidos, por meio de campanhas de conscientização e da adoção de práticas de consumo sustentável.

33. Formular e implementar o Plano Estadual de Logística e Transportes:

33.1. Elaborar um plano diretor que integre os diferentes modais de transporte, definindo as prioridades de investimento e as estratégias para o desenvolvimento do setor.

33.2. Envolver a sociedade civil no planejamento e na tomada de decisões sobre a infraestrutura rodoviária, por meio de audiências públicas, consultas e outras formas de participação.

34. Melhoria da infraestrutura rodoviária do Amapá:

34.1. Ampliar a malha rodoviária pavimentada, utilizando tecnologias e materiais adequados às condições climáticas e geológicas do Amapá, garantindo a durabilidade e a segurança das rodovias:

- Priorizar a pavimentação e recuperação das principais rodovias estaduais que ligam o estado a outras regiões do país e aos países vizinhos;
- Investir na pavimentação de rodovias que conectam os municípios do interior, facilitando



o escoamento da produção agrícola e o acesso a serviços básicos;

- Planejar e construir novas rodovias para conectar áreas estratégicas, como zonas industriais, portos e áreas agrícolas.

34.2. Recuperar trechos não pavimentados:

- Identificar e recuperar trechos de rodovias não pavimentadas, melhorando a trafegabilidade e reduzindo os custos de transporte.

- Priorizar trechos que ligam comunidades isoladas e áreas de produção agrícola, facilitando o acesso a mercados e serviços.

35. Manutenção periódica e conservação das rodovias existentes, garantindo a segurança, a fluidez do tráfego e a durabilidade das estruturas:

35.1. Implementar um programa de manutenção preventiva e corretiva das rodovias pavimentadas, incluindo serviços de tapa-buracos, roçada, limpeza de bueiros e sinalização.

35.2. Monitorar o estado de conservação das rodovias, utilizando tecnologias como drones e sensores, para identificar e corrigir problemas antes que se agravem.

35.3. Aumentar a fiscalização do tráfego de veículos pesados, coibindo o excesso de peso e o transporte irregular de cargas, que contribuem para a deterioração das rodovias.

36. Construção e manutenção de pontes e viadutos, para superar obstáculos naturais e melhorar a fluidez do tráfego:



36.1. Construir novas pontes e reformar as existentes sobre os rios que cortam o estado, como o Rio Amazonas e o Rio Jari, para melhorar a conectividade entre as regiões e reduzir os custos de transporte.

37. Implantação de sinalização e segurança:

37.1. Instalar sinalização adequada, radares e outros dispositivos de segurança nas rodovias para reduzir o número de acidentes e garantir a segurança dos usuários.

37.2. Realizar campanhas de educação para o trânsito, conscientizando motoristas e pedestres sobre a importância de respeitar as leis de trânsito e adotar comportamentos seguros.

37.3. Intensificar a fiscalização e o policiamento nas rodovias, coibindo o excesso de velocidade, a embriaguez ao volante e outras infrações de trânsito.

38. Fortalecimento da infraestrutura portuária:

38.1. Ampliar e modernizar o Porto de Santana:

- Aumentar a capacidade de movimentação de cargas do porto, investindo em novos equipamentos, como guindastes e empilhadeiras, e ampliando a área de armazenagem.
- Melhorar, reformar e modernizar os berços de atracação, os armazéns e as vias de acesso ao porto, para garantir a eficiência e a segurança das operações;
- Implementar um sistema de transporte multimodal, integrando o porto com as



rodovias e ferrovias da região, para facilitar o escoamento da produção e reduzir os custos logísticos;

- Implantar em parceria com a Prefeitura, o retroporto/terminal logístico do Porto de Santana, na área localizada na antiga lixeira do Município.

38.2. Estudar a viabilidade de construção de novos portos em pontos estratégicos do litoral amapaense, como o Porto de Vila do Conde no estado do Pará, para atender à demanda crescente por transporte marítimo e diversificar a economia do estado.

39. Fortalecimento da infraestrutura hidroviária:

39.1. Realizar a dragagem e sinalização dos principais canais navegáveis do estado, como o Rio Amazonas e o Rio Jari, para garantir a segurança e a eficiência do transporte fluvial.

39.2. Investir na construção de terminais hidroviários em pontos estratégicos, como Macapá, Santana e Laranjal do Jari, para facilitar o embarque e desembarque de passageiros e cargas.

39.3. Incentivar a modernização da frota de embarcações, com a aquisição de novos barcos e balsas, e a implementação de tecnologias de navegação e segurança.

39.4. Promover a integração do transporte hidroviário com outros modais, como o rodoviário e o ferroviário, para criar um sistema de transporte multimodal mais eficiente e competitivo.

40. Otimização da infraestrutura aeroportuária:

40.1. Ampliar e modernizar os aeroportos regionais, para aumentar a capacidade de atendimento e a oferta de voos.

40.2. Melhorar a conectividade aérea, atraindo novas companhias aéreas para operar no estado e ampliando a oferta de voos e destinos.

40.3. Incentivar a competitividade do setor aéreo no Amapá por meio da redução de impostos, incluindo as alíquotas do ICMS, e das taxas aeroportuárias.

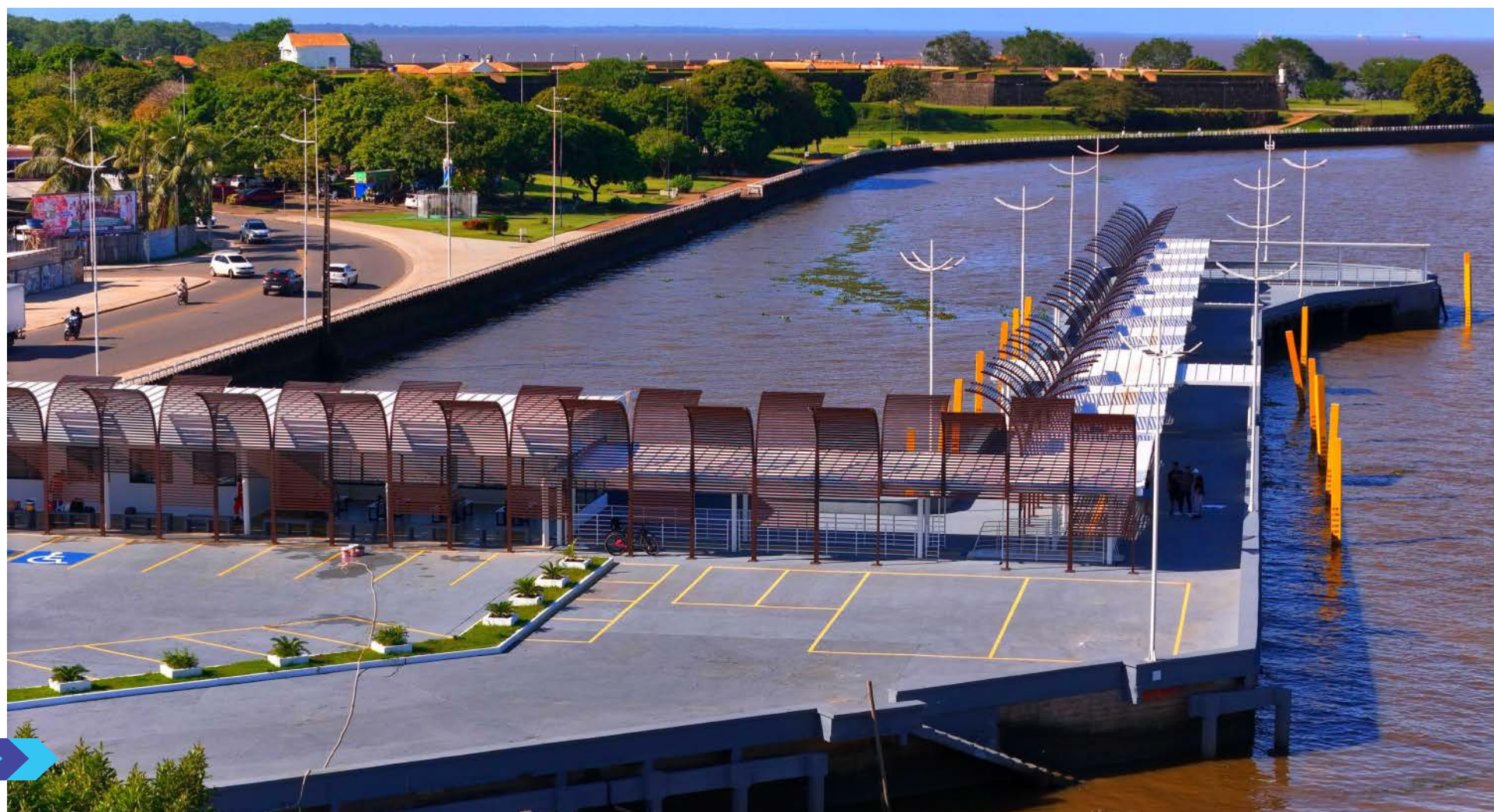
41. Integração regional e nacional:

41.1. Planejar a integração da infraestrutura multimodal do Amapá com estados vizinhos, promovendo o desenvolvimento regional e a coesão territorial.

41.2. Trabalhar para integrar a infraestrutura multimodal do Amapá à rede nacional de transporte, facilitando o acesso a mercados internos e externos.

42. Desenvolvimento da infraestrutura logística do estado:

42.1. Criar centros logísticos regionais para armazenar, distribuir e consolidar cargas, reduzindo os custos de transporte e melhorando a eficiência da cadeia logística.



42.2. Atrair empresas de logística para o estado, oferecendo incentivos fiscais e locacionais, e facilitando o acesso à infraestrutura e aos serviços públicos.

42.3. Integrar as ações de desenvolvimento da infraestrutura logística do Amapá com a Política Nacional de Logística, buscando sinergias e otimizando os recursos disponíveis.

42.4. Participar ativamente dos fóruns e debates nacionais sobre logística, para defender os interesses do estado e contribuir para a formulação de políticas públicas.

42.5. Incentivar a formação de mão de obra local para o setor de logística, por meio de parcerias com escolas técnicas e universidades.

42.6. Estabelecer parcerias público-privadas (PPPs) para financiar e executar projetos de infraestrutura logística, como a construção de rodovias, portos e ferrovias.

43. Inclusão digital e expansão da infraestrutura de telecomunicações do Amapá:

43.1. Expandir a Infraestrutura de Banda Larga:

- Investir na implantação de redes de fibra ótica, especialmente em áreas urbanas e regiões com maior concentração populacional, para garantir alta velocidade e qualidade de conexão;
- Implementar projetos de inclusão digital, levando internet banda larga para as áreas rurais e comunidades isoladas do Amapá, por meio de tecnologias como fibra ótica, satélite e rádio;
- Promover a concorrência no mercado de telecomunicações, incentivando a entrada de novos provedores e a oferta de planos mais acessíveis à população, incluso para empresas;

- Instalar pontos de acesso público à internet em locais estratégicos, como escolas, bibliotecas, postos de saúde e praças, para facilitar o acesso da população aos serviços online.

43.2. Melhorar a Cobertura de Telefonia Móvel:

- Expandir a rede de antenas de telefonia móvel, especialmente em áreas rurais e comunidades isoladas, para garantir a cobertura de sinal em todo o estado;
- Incentivar o compartilhamento de infraestrutura entre as operadoras de telefonia móvel, para reduzir os custos de implantação e ampliar a cobertura de forma mais rápida e eficiente;
- Agilizar o processo de licenciamento para a instalação de antenas, reduzindo a burocracia e facilitando a expansão da rede.

43.3. Fomentar a inclusão digital e a capacitação:

- Oferecer cursos e treinamentos gratuitos para a população, especialmente para grupos vulneráveis, como idosos, pessoas com deficiência e comunidades tradicionais, para que possam utilizar a internet e os serviços digitais de forma segura e eficiente.
- Promover o uso de tecnologias digitais na educação, equipando escolas com computadores, tablets e acesso à internet, e capacitando professores para o uso dessas ferramentas.

44. Transição energética e eficiência energética:

44.1. Diversificar a matriz energética no estado:

- Incentivar o investindo em fontes de energia limpa e renovável, como solar, eólica e biomassa, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e as emissões de gases de efeito estufa;

- Incentivar a instalação de usinas solares, eólicas e hidrelétricas de pequeno porte, com foco na geração de energia limpa e acessível para as comunidades locais;

- Oferecer incentivos fiscais para a produção e o consumo de energia limpa, estimulando o desenvolvimento do setor e a transição energética;

- Simplificar os procedimentos de licenciamento;

- Desenvolver projetos de geração distribuída;

- Criar um fundo estadual para financiar projetos de energia renovável.

44.2. Fomentar a eficiência energética:

- Implementar programas de eficiência energética em prédios públicos, empresas e residências, reduzindo o consumo de energia e as emissões de gases de efeito estufa;
- Promover o financiamento de projetos de eficiência energética.
- Incentivar a substituição de equipamentos ineficientes;
- Realizar campanhas de conscientização sobre o uso racional da energia.

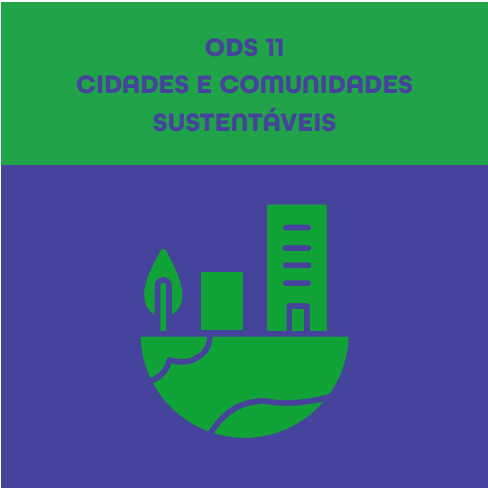
44.3. Promover a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de energias renováveis e eficiência energética, buscando soluções inovadoras e adaptadas à realidade do Amapá.

44.4. Assegurar energia sustentável e autônoma para comunidades indígenas e tradicionais do estado.

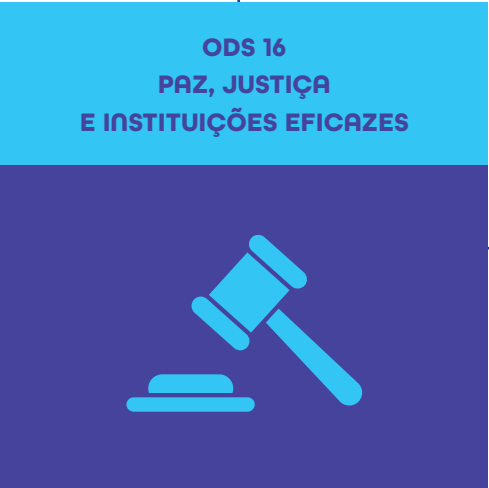
LINHA ESTRATÉGICA VII.
GOVERNANÇA E
PARTICIPAÇÃO SOCIAL

MACRO-OBJETIVO 7

Elevar a capacidade de governo das instituições públicas do Amapá com foco em resultados, promovendo a transparência e a eficiência administrativa; fomentando a colaboração e a sinergia de esforços com o setor privado e as organizações sociais, visando soluções conjuntas para os desafios do estado; e empoderando a sociedade civil para uma participação ativa e informada na tomada de decisões e no desenvolvimento sustentável do Amapá.



Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso a justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.



Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

METAS

Indicador	Objetivo-Meta
1. Desempenho do Amapá nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Aumentar o desempenho do Amapá em todos os ODS, com prioridade na elevação dos índices dos ODS 4 e 5 e melhorar significativamente os ODS 1, 3, 6, 10, 11 e 16
2. Nota ODS e posição do Amapá no Ranking ODS das UF	Aumentar a nota ODS do Amapá e melhorar sua posição no ranking para estar entre os primeiros estados
3. Nota ESG e posição do Amapá no Ranking ESG das UF	Elevar a sustentabilidade, social e de governança no Amapá, melhorando significativamente sua classificação no ranking ESG nacional
4. Classificação ODS dos municípios do estado do Amapá no Brasil	Melhorar a classificação dos municípios do Amapá no ranking nacional dos ODS para que todos estejam entre os melhores municípios do Brasil
5. Índice de desenvolvimento sustentável dos municípios do Amapá (IDSC-BR)	Elevar o Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios do Amapá (IDSC-BR), promovendo um crescimento equilibrado e inclusivo
6. Porcentagem de metas alcançadas no Plano Estratégico Amapá 2043	Atingir o 100% das metas estabelecidas no Plano Estratégico Amapá até 2043, por meio de ajustes estratégicos conforme necessário, e alocação eficiente de recursos, garantindo que os objetivos do plano sejam concretizados e contribuam para o desenvolvimento sustentável do estado
7. Participação da Receita Tributária na Receita Primária Total (nível de esforço fiscal do estado para financiar suas despesas)	Elevar a participação da receita tributária na receita primária total, por meio da melhoria na eficiência da arrecadação, ampliação da base tributária e combate à sonegação, assegurando maior autonomia financeira do estado e capacidade para financiar suas despesas correntes e investimentos
8. Percentual da dívida consolidada sobre a receita corrente líquida ajustada	Diminuir o percentual da dívida consolidada sobre a receita corrente líquida ajustada, assegurando a sustentabilidade fiscal do estado
9. Percentual da dívida consolidada líquida sobre a receita líquida ajustada	Melhorar a saúde fiscal do estado, reduzindo a proporção da dívida consolidada líquida em relação à receita líquida ajustada
10. Índice de Transparência e Governança Pública dos Governos Estaduais	Aumentar a nota do Índice de Transparência e Governança Pública e melhorar a posição do estado para estar entre os primeiros, alcançando o nível "Bom" ou "Ótimo"
11. Clima organizacional nos órgãos do Governo do Estado	Elevar a satisfação geral do clima organizacional, promovendo um ambiente de trabalho saudável, colaborativo e motivador nos servidores do governo do estado
12. Número (ou %) de terras sem título de propriedade	Reduzir o percentual de terras sem título de propriedade, garantindo segurança jurídica e promovendo o desenvolvimento sustentável das propriedades

ESTRATÉGIAS

45. Modernização e adequação institucional do Governo do Estado:

45.1. Revisar e adequar a direcionalidade estratégica do Governo do Estado, visão e missão, de acordo com os desafios definidos no Plano Estratégico Amapá 2043.

45.2. Revisar e modernizar as estruturas organizativas dos órgãos do Governo do Estado.

45.3. Desenhar e implantar uma política de gestão de pessoas que permita o fortalecimento e valorização do quadro funcional.

45.4. Revisar, modernizar e adequar organizativamente os sistemas de gestão administrativa e financeira do Governo do Estado.

45.5. Modernizar os sistemas fiscal e tributário do estado.

45.6. Desenhar e implantar um modelo de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo do Estado.

46. Desenho e implantação de um sistema de planejamento e monitoramento estratégico da gestão institucional:

46.1. Desenvolver e implementar um programa de capacitação voltado para dirigentes e servidores, focado em métodos modernos de planejamento e monitoramento estratégico da gestão pública, bem como em gestão de projetos e processos organizacionais.

46.2. Desenvolver e implementar uma plataforma tecnológica de monitoramento e avaliação periódica do progresso do Plano Estratégico Amapá 2043, garantindo a transparência, a precisão dos dados e a tomada de decisões informadas para o desenvolvimento sustentável do estado.

46.3. Instituir a Sala de Situações como sistema de acompanhamento e avaliação da gestão estratégica de governo.

46.4. Formular, implementar, monitorar e avaliar os planos setoriais de cada órgão do Governo do Estado, garantindo seu alinhamento estratégico com as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico Amapá 2043.

46.5. Instituir e implementar o Observatório de Políticas Públicas do estado, com o objetivo de aprimorar a transparência, eficiência e efetividade das ações governamentais, além de fortalecer o acesso à informação e promover a participação cidadã na formulação e acompanhamento dessas ações.

47. Fortalecimento da gestão fundiária e territorial do Amapá:

47.1 Fortalecer a capacidade de gestão institucional do estado do Amapá em executar sua política fundiária e de gestão do espaço territorial, promovendo a regularização fundiária, a discriminação de terras públicas e devolutas, a arrecadação eficiente e o ordenamento territorial sustentável:

- Reforçar a estrutura do Instituto de Terras do Amapá (Amapá Terras), com a ampliação do quadro de pessoal (técnicos, especialistas em geoprocessamento, advogados e outros profissionais necessários) e melhoria dos processos de trabalho do órgão, visando à otimização da gestão fundiária e territorial;
- Oferecer cursos, treinamentos e oficinas para os servidores do Amapá Terras e de outros órgãos envolvidos na gestão fundiária e territorial, em temas como legislação, geoprocessamento, Cadastro Ambiental Rural (CAR), geotecnologias, regularização fundiária, ordenamento territorial e mediação de conflitos;

- Investir em softwares e equipamentos de geoprocessamento, drones, GPS e outras tecnologias para aprimorar o mapeamento, o monitoramento e a análise do território, agilizando os processos e garantindo a segurança jurídica das informações;

- Integrar os sistemas de informação do Amapá Terras com os de outros órgãos, como o Incra, o Ibama e a Secretaria de Meio Ambiente, para facilitar o acesso e o compartilhamento de dados.

47.2. Aprimorar as ações de regularização fundiária:

- Realizar estudos e levantamentos para identificar e delimitar as terras públicas e devolutas do Estado, utilizando tecnologias de georreferenciamento e sensoriamento remoto;

- Implementar programas de regularização fundiária em áreas de ocupação tradicional, assentamentos rurais e áreas urbanas informais, garantindo o direito à terra e à moradia digna e o acesso a serviços públicos para a população;

- Implementar um programa de regularização fundiária para conceder títulos de propriedade aos ocupantes de terras públicas e devolutas que atenderem aos requisitos legais, priorizando as comunidades tradicionais e os pequenos produtores rurais e garantindo a segurança jurídica e o acesso ao crédito rural;

- Criar mecanismos de mediação e resolução de conflitos fundiários, buscando soluções pacíficas e justas para as partes envolvidas;

- Implantar núcleos de regularização fundiária em diferentes regiões do estado, para facilitar

o acesso da população aos serviços e informações sobre o tema;

- Revisar e simplificar os procedimentos de regularização fundiária, com foco na redução da burocracia e na agilidade do processo.

47.3. Melhorar o sistema de arrecadação e gestão de tributos:

- Aprimorar a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR) utilizando ferramentas de geoprocessamento para identificar áreas rurais e calcular o valor do imposto, além de implementar um sistema eficiente de cobrança do ITR, com fiscalização rigorosa e mecanismos de controle para prevenir a sonegação e a inadimplência;
- Realizar a atualização cadastral dos imóveis rurais do estado, com informações precisas sobre a situação jurídica, o uso do solo e o valor venal das terras;
- Estabelecer critérios claros e transparentes para a destinação de terras públicas, priorizando projetos de desenvolvimento sustentável, reforma agrária e regularização fundiária.

47.4. Fortalecer a gestão do ordenamento territorial com foco na sustentabilidade:

- Elaborar e implementar planos de ordenamento territorial no estado que defina as diretrizes para o uso e ocupação do território, considerando as vocações econômicas, as características ambientais e as necessidades sociais de cada região;
- Consolidar, regulamentar e atualizar a lei de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Amapá, incorporando as informações mais recentes sobre as áreas com maior potencial para diferentes atividades econômicas e as áreas de proteção ambiental;

- Utilizar tecnologias de sensoriamento remoto e geoprocessamento para monitorar o uso e a ocupação do solo, identificar áreas de desmatamento e outras irregularidades.

48. Fortalecimento dos mecanismos de colaboração e sinergia entre os setores:

48.1. Incentivar à formação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para a realização de obras e projetos de infraestrutura, com foco em setores estratégicos como saúde, educação, saneamento básico e energia, visando aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços.

48.2. Promover as parcerias com Organizações Sociais (OSs) para a execução de programas sociais, culturais e ambientais, aproveitando a expertise e a capilaridade dessas entidades para ampliar o alcance das políticas públicas do Governo do Estado.

48.3 Incentivar a realização de treinamentos e capacitações aos servidores públicos sobre a estruturação e gestão de PPPs e concessões.

49. Empoderamento da sociedade civil:

49.1. Fortalecer os mecanismos de participação popular na definição das prioridades de investimento do orçamento público do governo, por meio de assembleias, consultas públicas e plataformas digitais, para garantir que os recursos sejam aplicados de acordo com as demandas da população.

49.2. Promover o fortalecimento dos conselhos municipais e estaduais, com a participação de representantes da sociedade civil, para garantir a representatividade e o controle social na formulação e implementação das políticas públicas.

49.3. Promover programas de educação para a cidadania, com foco em direitos humanos, participação política, desenvolvimento sustentável e

cultura de paz, para formar cidadãos conscientes e engajados na construção de um Amapá melhor.

50. Transparência e Integridade na gestão pública:

50.1. Implementar soluções de Governo Digital para transformar o Estado em uma administração moderna e eficiente, que utilize as tecnologias da informação e comunicação para simplificar e agilizar o acesso aos serviços públicos, aumentar a transparência e a participação cidadã, e melhorar a gestão pública.

50.2. Fortalecer e implementar o Programa de Integridade do Governo.



CABINES AUTORIDADES

RESUMO EXECUTIVO



6

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO



AMAPÁ O FUTURO É AQUI

PLANO DE APOIO À
SOCIOBIOECONOMIA
DO
AMAPÁ

PEAS

olo à
pá / PEAS

Para a construção do Plano Estratégico, foram integradas duas metodologias complementares, visando um planejamento abrangente e eficaz para o Amapá:

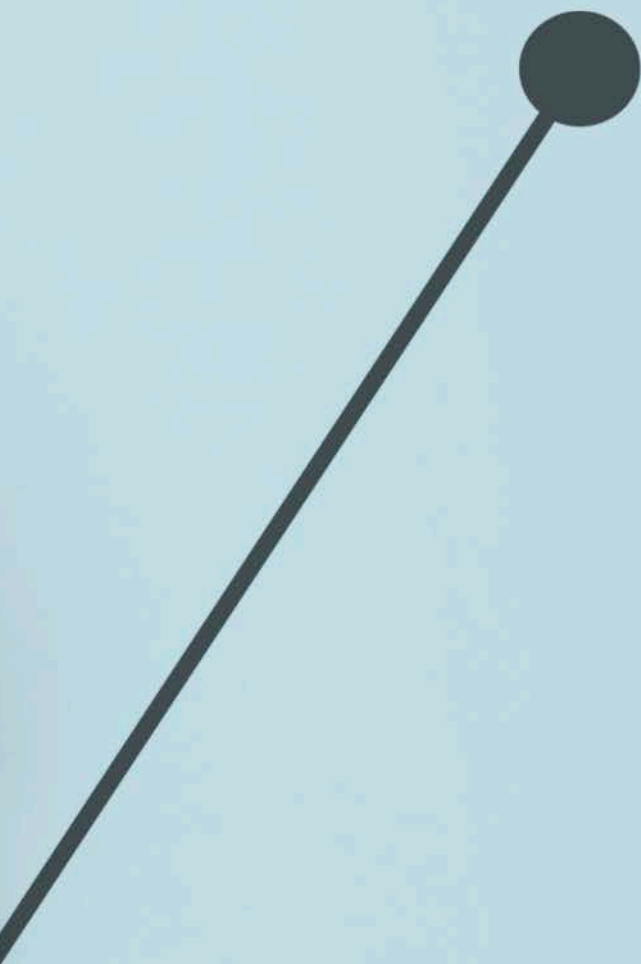
1. Planejamento Prospectivo Público (PPP):

Desenvolvido pelos professores e consultores Gloria Patrícia R. Gálvis e Luis Carlos Burbano (Ramírez & Burbano, 2014), o PPP proporcionou uma análise aprofundada da situação atual do estado, identificando as forças motrizes e tendências que moldam seu futuro. A construção de cenários de longo prazo permitiu explorar diferentes possibilidades de desenvolvimento do estado. Além disso, a elaboração do diagnóstico estratégico permitiu identificar os desafios enfrentados pelo estado, fornecendo uma base sólida para a definição de estratégias e ações de médio e longo prazo.

2. Planejamento Estratégico Situacional (PES): A metodologia de Carlos Matus, o PES, trouxe uma perspectiva dinâmica e adaptativa ao processo

de planejamento. Foram analisados os principais problemas do estado sob a perspectiva situacional de um ator social, identificando suas causas e elaborando as linhas estratégicas, objetivos e indicadores para monitorar o progresso. O PES guiou na formulação de ações concretas, além de estabelecer uma estratégia robusta de monitoramento e avaliação para garantir a efetividade do Plano.

A combinação dessas metodologias proporcionou uma visão holística e multidimensional do Amapá, permitindo a construção de um Plano Estratégico sólido, abrangente e capaz de responder aos desafios e oportunidades do presente e do futuro, impulsionando o desenvolvimento sustentável do estado em curto, médio e longo prazo



7

INDICADORES OPERACIONAIS



O processo de Monitoramento e Avaliação do Plano Estratégico Amapá 2043 (PEA 2043) envolve revisões periódicas da execução e avaliações detalhadas para subsidiar a tomada de decisões estratégicas, promovendo a adaptabilidade e o aprimoramento contínuo do Plano, visando assegurar o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população amapaense.

A Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN) é responsável por este monitoramento e produzirá um relatório anual para divulgar o progresso do Plano até 2043, além de emitir recomendações para sua atualização. Este relatório incluirá um levantamento de informações e uma análise comparativa entre o desempenho real e as metas estabelecidas, permitindo avaliar o impacto das Estratégias no desenvolvimento sustentável do estado.

A metodologia de avaliação do PEA 2043 será caracterizada por sua natureza inclusiva e participativa. Para tanto, será essencial ouvir e considerar as opiniões e sugestões de atores chave dos setores público e privado. Para isso, a SEPLAN implementará uma metodologia que engaja esses atores por meio de reuniões, oficinas locais e regionais, entrevistas, pesquisas e grupos focais, garantindo que as vozes relevantes sejam incorporadas no processo de revisão e atualização do plano.

Esse compromisso com um monitoramento e avaliação contínuos e inclusivos assegura que o PEA 2043 permaneça alinhado com as necessidades emergentes e com as prioridades de desenvolvimento do estado, mantendo uma coordenação efetiva com os diversos órgãos governamentais envolvidos.



8

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

LINHA ESTRATÉGICA I.

INCLUSÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA

Estratégia 1	Fortalecimento dos programas de transferência de renda e de segurança alimentar e nutricional, focando prioritariamente na população em situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social
Indicador 1.1	Cobertura dos Programas de Transferência de Renda
Indicador 1.2	Cobertura de Programas de Segurança Alimentar e Nutricional
Indicador 1.3	Investimento em programas de combate à pobreza e insegurança alimentar e nutricional
Estratégia 2	Reestruturação e Fortalecimento da Assistência Social no Amapá
Indicador 2.1	Cobertura dos Serviços de Assistência Social
Indicador 2.2	Qualidade dos Serviços de Assistência Social
Indicador 2.3	Investimento em Infraestrutura da Assistência Social
Estratégia 3	Promoção da autonomia, da igualdade de gênero e do enfrentamento à violência contra a mulher
Indicador 3.1	Número de mulheres atendidas por serviços de proteção e apoio
Indicador 3.2	Índice de participação das mulheres em programas de geração de renda
Indicador 3.3	Campanhas de conscientização realizadas sobre igualdade de gênero e violência contra a mulher
Indicador 3.4	Percentual de mulheres que relatam satisfação com serviços de apoio e proteção
Estratégia 4	Fortalecimento da capacidade do Estado do Amapá em promover, proteger e garantir os direitos humanos e a cidadania da população amapaense
Indicador 4.1	Programas e políticas de direitos humanos implementados
Indicador 4.2	Percentual de casos de violação de direitos humanos investigados e resolvidos
Indicador 4.3	Ações de conscientização pública sobre direitos humanos realizadas

Estratégia 5	Promoção do desenvolvimento integral da juventude amapaense
Indicador 5.1	Espaços de aprendizagem inovadores criados
Indicador 5.2	Taxa de participação dos jovens em programas de educação e qualificação profissional
Indicador 5.3	Jovens beneficiados por programas de incentivo ao primeiro emprego e empreendedorismo
Indicador 5.4	Vagas de emprego e estágio para jovens criadas pelo setor privado
Indicador 5.5	Percentual de jovens com acesso a serviços de saúde
Indicador 5.6	Espaços de convivência e participação juvenil
Indicador 5.7	Participação dos jovens em atividades culturais e esportivas
Estratégia 6	Desenvolvimento integral da criança e do adolescente amapaense
Indicador 6.1	Taxa de Notificação de Violência Contra Crianças e Adolescentes
Indicador 6.2	Percentual de crianças e adolescentes em acolhimento familiar
Indicador 6.3	Taxa de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência
Indicador 6.4	Índice de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei
Indicador 6.5	Taxa de Escolarização de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas
Estratégia 7	Promoção do acesso à moradia digna e adequada para a população, especialmente para as famílias de baixa renda
Indicador 7.1	Moradias populares entregues
Indicador 7.2	Famílias com acesso ao crédito habitacional
Indicador 7.3	Famílias atendidas por assistência técnica
Indicador 7.4	Percentual de projetos habitacionais integrados a políticas sociais
Indicador 7.5	Valor total de crédito habitacional concedido
Indicador 7.6	Investimento total em habitação

LINHA ESTRATÉGICA II.
SAÚDE E BEM-ESTAR

Estratégia 8	Ampliação da cobertura e melhoria da qualidade do sistema de saúde pública do Amapá
Indicador 8.1	Cobertura de Atenção Primária à Saúde
Indicador 8.2	Taxa de cobertura da Atenção Especializada
Indicador 8.3	Unidades de saúde construídas, reformadas ou ampliadas
Indicador 8.4	Taxa de cobertura vacinal
Indicador 8.5	Tempo médio de espera para consultas especializadas e cirurgias
Indicador 8.6	Profissionais de saúde contratados e capacitados
Indicador 8.7	Cobertura de serviços de saúde bucal
Indicador 8.8	Ações de promoção da saúde e prevenção de doenças realizadas
Estratégia 9	Promoção do esporte e lazer no estado do Amapá
Indicador 9.1	Eventos esportivos promovidos ou apoiados
Indicador 9.2	Equipamentos públicos de esporte e lazer construídos, reformados ou ampliados
Indicador 9.3	Participação da população em atividades esportivas e de lazer
Indicador 9.4	Atletas beneficiados por programas de apoio e incentivo
Indicador 9.5	Acesso da população a programas de lazer comunitário
Indicador 9.6	Investimento público em esporte e lazer
Indicador 9.7	Iniciativas de inclusão social realizadas por meio do esporte
Indicador 4.3	Ações de conscientização pública sobre direitos humanos realizadas

LINHA ESTRATÉGICA III.
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

Estratégia 10	Ampliação da cobertura e acesso, e melhoria da qualidade da educação
Indicador 10.1	Escolas construídas, reformadas ou ampliadas
Indicador 10.2	Taxa de retorno de alunos evadidos
Indicador 10.3	Escolas com programas de ensino de línguas estrangeiras
Indicador 10.4	Escolas estaduais que implementam projetos de promoção à saúde física e mental
Indicador 10.5	Cobertura do transporte escolar
Indicador 10.6	Percentual de professores participando de programas de formação continuada
Indicador 10.7	Nível de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
Indicador 10.8	Clima organizacional dos profissionais da educação
Indicador 10.9	Nível de integração de tecnologias digitais no ensino-aprendizagem
Indicador 10.10	Cobertura de acesso à internet e equipamentos tecnológicos nas escolas
Estratégia 11	Fortalecimento da educação superior, pesquisa científica, tecnológica e inovação, com foco no aproveitamento das potencialidades da sociobioeconomia e na inserção do estado na economia 4.0
Indicador 11.1	Programas de graduação e pós-graduação focados em socio bioeconomia e economia 4.0
Indicador 11.2	Projetos de pesquisa e inovação financiados
Indicador 11.3	Volume de financiamento para projetos de pesquisa e inovação
Indicador 11.4	Investimento em infraestrutura de ensino e pesquisa
Indicador 11.5	Parcerias de cooperação nacional e internacional estabelecidas
Indicador 11.6	Startups e empresas de base tecnológica incubadas e aceleradas
Indicador 11.7	Eventos de inovação e empreendedorismo realizados
Indicador 11.8	Investimento em P&D de novas tecnologias e produtos com base na biodiversidade do Amapá
Indicador 11.9	Projetos de cidades inteligentes implementados

LINHA ESTRATÉGICA IV.
SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADÃ

Estratégia 12	Fortalecimento do sistema de segurança pública e cidadã do Amapá, garantindo a justiça, a paz cidadã, o controle territorial e ambiental, e o enfrentamento eficaz das ameaças das organizações criminosas
Indicador 12.1	Nível de coordenação entre as forças de segurança estaduais
Indicador 12.2	Operações conjuntas realizadas com órgãos federais e internacionais
Indicador 12.3	Investimento em modernização de frota e equipamentos
Indicador 12.4	Cobertura do sistema inteligente de videomonitoramento
Indicador 12.5	Condições das instalações das forças de segurança
Indicador 12.6	Desempenho do sistema estadual de informações de segurança pública
Indicador 12.7	Índice de satisfação dos profissionais de segurança pública
Indicador 12.8	Programas de prevenção à violência e criminalidade implementados

LINHA ESTRATÉGICA V.
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
COM SUSTENTABILIDADE

Estratégia 13	Fortalecimento da agricultura familiar, da produção agropecuária e do agronegócio
Indicador 13.1	Famílias atendidas por programas de ATER
Indicador 13.2	Volume de crédito disponibilizado para a agricultura familiar
Indicador 13.3	Mercados e feiras que comercializam produtos agroecológicos
Indicador 13.4	Quantidade de alimentos adquiridos através dos programas de compra institucional
Indicador 13.5	Campanhas educativas realizadas
Indicador 13.6	Canais de comunicação criados ou aprimorados
Indicador 13.7	Novos regulamentos ou procedimentos implementados
Indicador 13.8	Programas de incentivo ao agronegócio implementados
Indicador 13.9	Índice de Desempenho da Cadeia de Abastecimento Alimentar do Estado
Estratégia 14	Desenvolvimento de sistemas de informações econômicas do estado
Indicador 14.1	Cobertura de dados econômicos
Indicador 14.2	Acessibilidade dos dados
Indicador 14.3	Utilização dos Sistemas de Informação
Estratégia 15	Fomento à economia verde e bioeconomia
Indicador 15.1	Investimento em P&D em Bioeconomia
Indicador 15.2	Startups e empresas de Bioeconomia formalizadas
Indicador 15.3	Área de Florestas Certificadas
Indicador 15.4	Cadeias produtivas da bioeconomia mapeadas e fortalecidas
Indicador 15.5	Valor total de crédito concedido para empreendimentos da economia verde
Indicador 15.6	Valor total de incentivos fiscais concedidos para empresas com práticas sustentáveis

LINHA ESTRATÉGICA V.
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
COM SUSTENTABILIDADE

Estratégia 16	Qualificação Profissional e Empreendedorismo
Indicador 16.1	Cursos e treinamentos para oferecidos empreendedores
Indicador 16.2	Empreendedores participantes em cursos de qualificação
Indicador 16.3	Cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) oferecidos
Indicador 16.4	Matrículas em cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
Indicador 16.5	Novas empresas abertas por empreendedores que participaram de programas de capacitação
Estratégia 17	Atração de investimentos e promoção da competitividade
Indicador 17.1	Reconhecimento da marca do Amapá em pesquisas de mercado e opinião
Indicador 17.2	Alcance das campanhas de marketing digital
Indicador 17.3	Eventos de networking realizados
Indicador 17.4	Participantes nos eventos de networking
Indicador 17.5	Missões empresariais realizadas
Indicador 17.6	Valor de investimentos prospectados em missões empresariais
Indicador 17.7	Feiras e eventos internacionais com participação do Amapá
Indicador 17.8	Tempo médio para abertura de empresas
Indicador 17.9	Valor total de incentivos fiscais e tributários concedidos
Indicador 17.10	Existência e operação do Centro de Convenções do Amapá

Estratégia 18	Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura
Indicador 18.1	Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura elaborado e em implementação
Indicador 18.2	Sistema de monitoramento e controle da pesca implementado
Indicador 18.3	Combate à Pesca Ilegal
Indicador 18.4	Aumento da certificação de pesca responsável
Indicador 18.5	Terminais pesqueiros, entrepostos de beneficiamento e unidades de apoio à aquicultura construídos
Indicador 18.6	Desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca e aquicultura
Estratégia 19	Desenvolvimento Sustentável do Potencial Energético da Margem Equatorial do Amapá e offshore
Indicador 19.1	Investimento em P&D na Margem Equatorial
Indicador 19.2	Taxa de crescimento econômico na Margem Equatorial
Indicador 19.3	Quantidade de empregos diretos e indiretos gerados na Margem Equatorial
Indicador 19.4	Desenvolvimento de infraestrutura sustentável
Indicador 19.5	Nível de participação de empresas locais na cadeia produtiva do petróleo e gás
Indicador 19.6	Turismo sustentável gerado na Margem Equatorial
Indicador 19.7	Inclusão social e participação comunitária realizada
Indicador 19.8	Índice de Qualidade Ambiental da Margem Equatorial
Estratégia 20	Desenvolvimento do Turismo Sustentável
Indicador 20.1	Plano Estadual de Desenvolvimento do Turismo elaborado e em implementação
Indicador 20.2	Empreendimentos turísticos certificados em sustentabilidade
Indicador 20.3	Turismo sustentável e ecoturismo desenvolvido
Indicador 20.4	Percentual de áreas naturais protegidas com atividades de ecoturismo
Indicador 20.5	Investimento em infraestrutura turística
Indicador 20.6	Índice de satisfação dos turistas com a infraestrutura
Indicador 20.7	Campanhas de Promoção e Marketing
Indicador 20.8	Alcance das campanhas de marketing turístico

LINHA ESTRATÉGICA V.
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
COM SUSTENTABILIDADE

Estratégia 21	Fortalecimento do Setor Mineral
Indicador 21.1	Plano Estadual de Plano Estadual de Mineração Sustentável elaborado e em implementação
Indicador 21.2	Crescimento da produção mineral
Indicador 21.3	Investimento em projetos de mineração sustentável
Indicador 21.4	Fiscalizações e inspeções realizadas em atividades de mineração
Indicador 21.5	Autos de infração lavrados em atividades de mineração
Indicador 21.6	Pequenos mineradores formalizados
Indicador 21.7	Áreas de mineração regularizadas ambientalmente
Indicador 21.8	Quantidade de pequenos mineradores participantes de programas de assistência técnica e capacitação
Estratégia 22	Valorização da Cultura e do Patrimônio Histórico
Indicador 22.1	Plano Estadual de Cultura elaborado e em implementação
Indicador 22.2	Editais de fomento à cultura lançados e projetos apoiados
Indicador 22.3	Festivais e eventos culturais realizados com apoio do governo do estado
Indicador 22.4	Projetos de produção e difusão de conteúdo cultural digital apoiados
Indicador 22.5	Fluxo de turistas em atrativos culturais
Indicador 22.6	Bens culturais restaurados e conservados
Indicador 22.7	Novos museus e centros culturais estabelecidos e em funcionamento

Estratégia 23	Promoção e fortalecimento da Zona Franca Verde de Macapá e Santana (ZFVMS)
Indicador 23.1	Lei nº 11.898/2009 revisada
Indicador 23.2	Empresas instaladas nos segmentos estratégicos da ZFVMS
Indicador 23.3	Tempo médio para abertura de empresas na ZFVMS
Indicador 23.4	Valor total de incentivos fiscais e aduaneiros concedidos às empresas na ZFVMS
Indicador 23.5	Índice de reconhecimento da marca ZFVMS
Indicador 23.6	Materiais promocionais produzidos e divulgados sobre a ZFVMS
Indicador 23.7	Eventos e missões empresariais realizados para promover a ZFVMS
Indicador 23.8	Feiras e eventos nacionais e internacionais com participação da ZFVMS
Indicador 23.9	Investimento em infraestrutura logística na ZFVMS
Indicador 23.10	Infraestrutura logística da Zona Franca melhorada
Indicador 23.11	Programas de capacitação profissional implementados na ZFVMS
Indicador 23.12	Bolsas de estudo e estágios oferecidos em empresas da ZFVMS
Estratégia 24	Fortalecimento da gestão ambiental
Indicador 24.1	Índice de efetividade da gestão de UCs
Indicador 24.2	Tempo médio de licenciamento ambiental
Indicador 24.3	Projetos de pesquisa em Biodiversidade aprovados e em andamento
Indicador 24.4	Número de Visitantes em UCs
Estratégia 25	Valorização dos ativos ambientais
Indicador 25.1	Sistema Estadual de Registro de Compensações de Emissões de Gases de Efeito Estufa desenhado e implantado
Indicador 25.2	Projetos de crédito de carbono desenvolvidos
Indicador 25.3	Volume de créditos de carbono comercializados
Indicador 25.4	Participação em mercados de carbono
Indicador 25.5	Receita gerada por serviços ambientais

LINHA ESTRATÉGICA V.
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
COM SUSTENTABILIDADE

Estratégia 21	Fortalecimento do Setor Mineral
Indicador 21.1	Plano Estadual de Plano Estadual de Mineração Sustentável elaborado e em implementação
Indicador 21.2	Crescimento da produção mineral
Indicador 21.3	Investimento em projetos de mineração sustentável
Indicador 21.4	Fiscalizações e inspeções realizadas em atividades de mineração
Indicador 21.5	Autos de infração lavrados em atividades de mineração
Indicador 21.6	Pequenos mineradores formalizados
Indicador 21.7	Áreas de mineração regularizadas ambientalmente
Indicador 21.8	Quantidade de pequenos mineradores participantes de programas de assistência técnica e capacitação
Estratégia 22	Valorização da Cultura e do Patrimônio Histórico
Indicador 22.1	Plano Estadual de Cultura elaborado e em implementação
Indicador 22.2	Editais de fomento à cultura lançados e projetos apoiados
Indicador 22.3	Festivais e eventos culturais realizados com apoio do governo do estado
Indicador 22.4	Projetos de produção e difusão de conteúdo cultural digital apoiados
Indicador 22.5	Fluxo de turistas em atrativos culturais
Indicador 22.6	Bens culturais restaurados e conservados
Indicador 22.7	Novos museus e centros culturais estabelecidos e em funcionamento

Estratégia 29	Fortalecimento da inserção internacional do Amapá nas discussões sobre a Amazônia e questões ambientais, promovendo o desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida da população e a valorização da cultura local
Indicador 29.1	Projetos apresentados na COP30
Indicador 29.2	Fundos captados para financiamento das ações de preparação e participação na COP30
Indicador 29.3	Parcerias estabelecidas com organizações internacionais
Indicador 29.4	Acordos de Cooperação com as Guiana
Indicador 29.5	Eventos internacionais de meio ambiente com participação do Amapá
Indicador 29.6	Valor de financiamento internacional captado
Estratégia 30	Estabelecimento de um sistema estadual de gestão integral para a prevenção, mitigação e enfrentamento dos riscos associados às mudanças climáticas no Amapá
Indicador 30.1	Grau de Implementação da PECISA
Indicador 30.2	Técnicos e gestores capacitados em gestão de riscos climáticos
Indicador 30.3	Sistema de Monitoramento Climático implantado e operando com eficácia
Indicador 30.4	Projetos de adaptação climática implementados
Estratégia 31	Promoção do bem-estar animal, garantindo o respeito aos direitos dos animais, prevenindo e combatendo maus-tratos
Indicador 31.1	Ações educativas realizadas
Indicador 31.2	Incidência de casos de maus-tratos animais
Indicador 31.3	Programas saúde e segurança animal implementados
Indicador 31.4	Leis e regulamentos de proteção animal aprovados

LINHA ESTRATÉGICA VI.

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Estratégia 32	Ampliação e melhoria do saneamento básico no Amapá
Indicador 32.1	Investimento em Saneamento Básico
Indicador 32.2	Índice de tratamento de esgoto
Indicador 32.3	Percentual de resíduos sólidos coletados seletivamente
Indicador 32.4	Aterros sanitários adequados
Indicador 32.5	Toneladas de resíduos sólidos destinados à reciclagem
Estratégia 33	Formular e implementar o Plano Estadual de Logística e Transportes
Indicador 33.1	Grau de implementação do Plano Estadual de Logística e Transportes
Indicador 33.2	Grau de participação da sociedade civil no planejamento de transportes
Estratégia 34	Melhoria da infraestrutura rodoviária do Amapá
Indicador 34.1	Extensão da malha rodoviária pavimentada no estado
Indicador 34.2	Percentual da malha rodoviária pavimentada
Indicador 34.3	Trechos rodoviários recuperados
Indicador 34.4	pontes e viadutos construídos/recuperados
Indicador 34.5	Investimento em infraestrutura rodoviária
Indicador 34.6	Tempo médio de viagem
Indicador 34.7	Satisfação dos usuários com a qualidade das rodovias
Estratégia 35	Manutenção periódica e conservação das rodovias existentes, garantindo a segurança, a fluidez do tráfego e a durabilidade das estruturas
Indicador 35.1	Cobertura do programa de manutenção rodoviária
Indicador 35.2	Tempo médio para realização de manutenção corretiva
Indicador 35.3	Número de Inspeções realizadas
Indicador 35.4	Taxa de infração por excesso de peso em veículos pesados
Indicador 35.5	Custo da manutenção rodoviária

Estratégia 36	Construção e manutenção de pontes e viadutos, para superar obstáculos naturais e melhorar a fluidez do tráfego
Indicador 36.1	Pontes e viadutos construídos ou reformados
Indicador 36.2	Custo de construção e manutenção
Indicador 36.3	Redução do tempo de viagem em rotas afetadas
Estratégia 37	Implantação de Sinalização e Segurança
Indicador 37.1	Cobertura da sinalização rodoviária
Indicador 37.2	Percentual de redução de acidentes
Indicador 37.3	Alcance das campanhas de educação para o trânsito
Indicador 37.4	Infrações de trânsito registradas
Estratégia 38	Fortalecimento da infraestrutura portuária
Indicador 38.1	Capacidade de movimentação de cargas no Porto de Santana
Indicador 38.2	Modernização das instalações portuárias
Indicador 38.3	Grau de implementação do transporte multimodal no Porto Santana
Indicador 38.4	Estudos de viabilidade realizados sobre novos portos
Estratégia 39	Fortalecimento da infraestrutura hidroviária
Indicador 39.1	Orçamento alocado para dragagem e sinalização
Indicador 39.2	Quilômetros de canais navegáveis com projetos de dragagem e sinalização em andamento
Indicador 39.3	Equipamentos de dragagem e sinalização em operação
Indicador 39.4	Orçamento alocado para construção de terminais
Indicador 39.5	Terminais hidroviários com obras em andamento
Indicador 39.6	Percentual de conclusão das obras dos terminais hidroviários
Indicador 39.7	Montante de recursos financeiros disponibilizados para linhas de crédito para modernização da frota
Indicador 39.8	Projetos de integração intermodal em andamento
Indicador 39.9	Orçamento alocado para projetos de integração intermodal

LINHA ESTRATÉGICA VI.

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Estratégia 40	Otimização da infraestrutura aeroportuária
Indicador 40.1	Orçamento alocado para ampliação e modernização de aeroportos
Indicador 40.2	Projetos de ampliação e modernização de aeroportos em andamento
Indicador 40.3	Percentual de conclusão das obras de ampliação e modernização dos aeroportos
Indicador 40.4	Novas companhias aéreas operando no estado
Indicador 40.5	Número de novos voos e destinos oferecidos
Indicador 40.6	Variação percentual nas alíquotas de ICMS e nas taxas aeroportuárias
Estratégia 41	Integração regional e nacional
Indicador 41.1	Planos de integração interestadual em elaboração ou implementação
Indicador 41.2	Acordos de cooperação interestadual firmados
Indicador 41.3	Projetos de integração com a rede nacional de transporte em andamento
Indicador 41.4	Orçamento alocado para projetos de integração regional e nacional
Indicador 41.5	Índice de acessibilidade aos mercados
Estratégia 42	Desenvolvimento da infraestrutura logística do estado
Indicador 42.1	Centros logísticos regionais em construção ou operação
Indicador 42.2	Investimento público e privado em centros logísticos
Indicador 42.3	Empresas de logística atraídas para o estado
Indicador 42.4	Valor dos incentivos fiscais e locacionais concedidos a empresas de logística
Indicador 42.5	Participações em fóruns e debates nacionais sobre logística
Indicador 42.6	Profissionais formados em cursos de logística
Indicador 42.7	Parcerias Público-Privadas (PPPs) em infraestrutura logística
Indicador 42.8	Valor dos investimentos em infraestrutura logística por meio de PPPs

Estratégia 43	Inclusão digital e expansão da infraestrutura de telecomunicações do Amapá
Indicador 43.1	Projetos de inclusão digital em áreas rurais e comunidades isoladas em andamento ou concluídos
Indicador 43.2	Pontos de acesso público à internet instalados
Indicador 43.3	Antenas de telefonia móvel instaladas
Indicador 43.4	Pessoas capacitadas em cursos de inclusão digital
Estratégia 44	Transição energética e eficiência energética
Indicador 44.1	Investimento em fontes de energia limpa e renovável
Indicador 44.2	Usinas de pequeno porte instaladas
Indicador 44.3	Valor dos incentivos fiscais concedidos para energia limpa
Indicador 44.4	Tempo médio para licenciamento de projetos de energia renovável
Indicador 44.5	Prédios públicos, empresas e residências com programas de eficiência energética
Indicador 44.6	Projetos de pesquisa e desenvolvimento em energias renováveis e eficiência energética
Indicador 44.7	Comunidades indígenas e tradicionais com acesso à energia sustentável e autônoma

LINHA ESTRATÉGICA VII.

GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Estratégia 45	Modernização e adequação institucional do Governo do Estado
Indicador 45.1	Percentual de órgãos com estruturas organizativas revisadas e modernizadas
Indicador 45.2	Existência de política de gestão de pessoas implementada
Indicador 45.3	Percentual de sistemas de gestão administrativa e financeira modernizados
Indicador 45.4	Tempo médio para processamento de pagamentos e recebimentos
Indicador 45.5	Índice de conformidade fiscal e tributária
Indicador 45.6	Processos de modernização do sistema fiscal e tributário em andamento
Indicador 45.7	Existência de modelo de governança de TIC implementado
Estratégia 46	Desenho e implantação de um sistema de planejamento e monitoramento estratégico da gestão institucional
Indicador 46.1	Dirigentes e servidores capacitados em planejamento e monitoramento estratégico
Indicador 46.2	Existência da Sala de Situações em funcionamento
Indicador 46.3	Percentual de programas e projetos estratégicos com monitoramento e acompanhamento periódicos
Indicador 46.4	Percentual de órgãos com planos setoriais formulados, implementados e monitorados
Indicador 46.5	Existência do Observatório de Políticas Públicas em funcionamento
Estratégia 47	Fortalecimento da gestão fundiária e territorial do Amapá
Indicador 47.1	Índice de capacitação institucional
Indicador 47.2	Área de terras públicas devolutas identificadas e delimitadas
Indicador 47.3	Valor total arrecadado com o ITR no estado
Indicador 47.4	Eficácia da arrecadação de tributos territoriais rurais
Indicador 47.5	Implementação de Planos de Ordenamento Territorial
Indicador 47.6	Conflitos fundiários resolvidos por mediação
Indicador 47.7	Tempo médio para regularização fundiária
Indicador 47.8	Processos de regularização fundiária pendentes

Estratégia 48	Fortalecimento dos mecanismos de colaboração e sinergia entre os setores
Indicador 48.1	Parcerias Público Privadas (PPPs) em fase de estruturação, licitação ou em execução
Indicador 48.2	Valor total de investimentos em PPPs
Indicador 48.3	Organizações Sociais (OSs) contratadas para execução de programas sociais, culturais e ambientais
Indicador 48.4	Servidores públicos capacitados em estruturação e gestão de PPPs e concessões
Estratégia 49	Empoderamento da sociedade civil
Indicador 49.1	Assembleias, consultas públicas e plataformas digitais para participação popular no orçamento
Indicador 49.2	Número de pessoas participando anualmente na definição do orçamento público do estado
Indicador 49.3	Número de conselhos municipais e estaduais com participação da sociedade civil
Indicador 49.4	Percentual de conselhos com participação efetiva da sociedade civil
Indicador 49.5	Número de pessoas capacitadas em programas de educação para a cidadania
Estratégia 50	Transparência e Integridade na gestão pública
Indicador 50.1	Serviços públicos disponíveis online
Indicador 50.2	Tempo médio de resposta às solicitações de serviços online
Indicador 50.3	Percentual de denúncias de corrupção recebidas e investigadas
Indicador 50.4	Existência de Programa de Integridade implementado
Indicador 50.5	Número de servidores públicos capacitados em ética e integridade



REFERÊNCIAS

A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: inovação, desafios e oportunidades. Cadernos Adenauer nº 1. Ano XXI. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2020.

AGÊNCIA BRASIL. Países em desenvolvimento querem remuneração por serviços ambientais. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-08/paises-em-desenvolvimento-querem-remuneracao-por-servicos-ambientais>>.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO (2009). The State of Food and Agriculture 2009: Livestock in the Balance. Rome. <http://www.fao.org/docrep/012/i0680e/i0680e.pdf>.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO (2017a). The Future of Food and Agriculture: Trends and Challenges. Rome. <http://www.fao.org/3/a-i6583e.pdf>.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO (2017b). Food and agriculture data. <http://www.fao.org/faostat/en/#home>.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. The 12 jobs most at risk of being replaced by robots. 2015. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2015/11/the-12-jobs-most-at-risk-of-being-replaced-by-robots/>

FRANÇA, E. B. et al. Principais causas da mortalidade na infância no Brasil, em 1990 e 2015: estimativas do estudo de Carga Global de Doença. Revista brasileira de epidemiologia, v. 20, p. 46-60, 2017.

GASQUE, K. C. G. D. (2016). Internet, mídias sociais e as unidades de informação: Foco no ensino-aprendizagem. Brazilian Journal of Information Science, 10(2), 14-20.

GOLDANI, M. Z. et al. O impacto da transição demográfico-epidemiológica na saúde da criança e do adolescente do Brasil. Clinical and Biomedical Research, v. 32, n. 1, 2012.

INSTITUTE FOR HEALTH METRICS AND EVALUATION ((IHME). Global Burden of disease. University of Washington, 2024. Disponível em: <https://vizhub.healthdata.org/gbd-compare/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos Demográficos. Rio de Janeiro.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA (2015). World Energy Outlook 2015. Paris. <https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/WEO2015.pdf>.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA (2016). CO2 Emissions from Fuel Combustion 2016. Paris. https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/co2_fuel-2016-en.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA (2017). CO2 Emissions from Fuel Combustion: 2017 Overview. Paris: International Energy Agency. <http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/CO2EmissionsFromFuelCombustion2017Overview.pdf>.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA (2018). Statistics. <https://www.iea.org/statistics/?country=WORLD&year=2016&category=Key%20indicators&indicator=TPESbySource&mode=chart&categoryBrowse=false&dataTable=BALANCES&showDataTable=false>

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2023

KOK, M., ALKEMADE, R., BAKKENES, M., BOELEE, E., CHRISTENSEN, V., VAN EERDT, M. et al. (2014). How sectors can contribute to sustainable use and conservation of biodiversity. CBD Technical Series No 79PBL Netherlands Environmental Assessment Agency. <https://www.cbd.int/doc/publications/cbdts-79-en.pdf>.

LIPINSKI, B., HANSON, C., LOMAX, J., KITINOJA, L., WAITE, R. and SEARCHINGER, T. (2013). Reducing Food Loss and Waste. Washington, DC: World Resources Institute. http://wriorg.s3.amazonaws.com/s3fspublic/reducing_food_loss_and_waste.pdf.

MACDONALD, G.K., BRAUMAN, K.A., SUN, S., CARLSON, K.M., CASSIDY, E.S., GERBER, J.S. et al. (2015). Rethinking agricultural trade relationships in an era of globalization. BioScience 65(3), 275-289. <https://doi.org/10.1093/biosci/biu225>.

MACHOVINA, B.K., FEELEY, J. and RIPPLE, W.J. (2015). Biodiversity conservation: The key is reducing meat consumption. Science of the Total Environment 536, 419-431. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2015.07.022>.

MCKINSEY DIGITAL. Technology Trends Outlook 2023. 2023

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Painel de Monitoramento: Atualização de Casos de Arboviroses, 2023 e 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-aegypti/monitoramento-das-arboviroses>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: Estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica do estado nutricional e consumo alimentar nas capitais dos 26 estados brasileiros e no distrito federal entre 2006 e 2021. Brasília, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2006-2021-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao-sociodemografica-do-estado-nutricional-e-consumo-alimentar-nas-capitais-dos-26-estados-brasileiros-e-no-distrito-federal/view>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: Estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de prática de atividade física nas capitais dos 26 estados brasileiros e no distrito federal entre 2006 e 2021. Brasília, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2006-2020-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao-sociodemografica-de-pratica-de-atividade-fisica-nas-capitais-dos-26-estados-brasileiros-e-no-distrito-federal-entre-2006-e-20.pdf/view>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: Estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de tabagismo e consumo abusivo de álcool nas capitais dos 26 estados brasileiros e no distrito federal entre 2006 e 2021. Brasília, 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2006-2021>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Áreas prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade. 2ª Atualização. Série Biodiversidade 56. República Federativa do Brasil, 2023.

Ministério do Meio Ambiente. REDD+. Serviços Ambientais. Brasil, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/redd#:~:text=REDD%2B%20>

%C3%A9%20um%20instrumento%20desenvolvido,e%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20de%20suas%20florestas.>.

POPP, J., PETÖ, K. and NAGY, J. (2013). Pesticide productivity and food security: A review. *Agronomy for Sustainable Development* 33(1), 243-255. <https://doi.org/10.1007/s13593-012-0105-x>.

POZO, J. I. (2007). A Sociedade da Aprendizagem e o Desafio de Converter Informação em Conhecimento. UDEMO, Projeto Pedagógico, 2007. Disponível em: <https://www.udemo.org.br/A%20sociedade.Pdf>

PRATA, P. R. A Transição Epidemiológica no Brasil. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 8 (2): 168-175, abr/jun, 1992.

PUBLIC FINANCIAL MANAGEMENT. Using Public Policy to Scale Up Private Investment in Carbon Markets. 2023. Disponível: <<https://blog-pfm.imf.org/en/pfmblog/2023/08/using-public-policy-to-scale-up-private-investment-in-carbon-markets#:~:text=Depending%20on%20different%20price%20scenarios,around%20%24250%20billion%20by%202050%20.>>>.

RAMÍREZ, G. Gloria P.; BURBANO, Luis C. La Planeación Estratégica Pública: Una herramienta de gobierno en el diseño y gestión de políticas públicas, Bogotá, Colombia, agosto de 2014.

SALDIVA, P., BRAGA, A.; AMADOR P., L.A.; BÖHM, G.M. Poluição atmosférica e saúde humana. *Revista USP*, N° 51. Universidade de São Paulo, 2001.

SILVA, A., & TRIPODI, Z. F. (2021). Organizações sociais e educação: perfis e tendências em marcos legais nordestinos. *Educação & Sociedade*, 42, e241677.

SILVA, T. M. (2022). As competências da BNCC e as tendências pedagógicas no processo de ensino/aprendizagem. *Pedagogia em Ação*, 18(1), 187-198.

SUTTON, M.A., BLEEKER, A., HOWARD, C.M., BEKUNDA, M., GRIZZETII, B., DE VRIES, W. et al. (2013). Our Nutrient World: The Challenge to Produce More Food and Energy with Less Pollution. Edinburgh: Centre for Ecology and Hydrology. <http://nora.nerc.ac.uk/id/eprint/500700/1/N500700BK.pdf>.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (2015). Global Waste Management Outlook. Nairobi. http://apps.unep.org/publications/index.php?option=com_pub&task=download&file=011782_en.

VERMEULEN, S.J., CAMPBELL, B.M. and INGRAM, J.S.I. (2012). Climate change and food systems. *Annual Review of Environment and Resources* 37, 195-222. <https://doi.org/10.1146/annurevenviron->.

WHO. EPI-WIN Webinar: Managing Dengue: a rapidly expanding epidemic. 2 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/events/detail/2023/08/02/default-calendar/epi-win-webinar-managing-dengue-a-rapidly-expanding-epidemic>

ZHANG, M., ZEISS, M.R. and GENG, S. (2015). Agricultural pesticide use and food safety: California's model. *Journal of Integrative Agriculture* 14(11), 2340-2357. <https://doi.org/10.1016/S2095-pdf?expires=1541330155&id=id&accname=ocid195767&checksum=B4C10B7629C3B96202B183CE7A93E533>.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA (2016). World Energy Outlook 2016. Paris. <https://webstore.iea.org/world-energy-outlook-2016>.

[pdf?expires=1541330155&id=id&accname=ocid195767&checksum=B4C10B7629C3B96202B183CE7A93E533](https://webstore.iea.org/world-energy-outlook-2016).

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA (2016). World Energy Outlook 2016. Paris. <https://webstore.iea.org/world-energy-outlook-2016>.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA (2017). CO2 Emissions from Fuel Combustion: 2017 Overview. Paris: International Energy Agency. <http://www.iea.org/publications/free-publications/publication/CO2EmissionsFromFuelCombustion2017Overview.pdf>.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA (2018). Statistics. <https://www.iea.org/statistics/?country=WORLD&year=2016&category=Key%20indicators&indicator=TPESbySource&mode=chart&categoryBrowse=false&dataTable=BALANCES&showDataTable=falsepdf?expires=1541330155&id=id&accname=ocid195767&checksum=B4C10B7629C3B96202B183CE7A93E533>.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA (2016). World Energy Outlook 2016. Paris. <https://webstore.iea.org/world-energy-outlook-2016>.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA (2017). CO2 Emissions from Fuel Combustion: 2017 Overview. Paris: International Energy Agency. <http://www.iea.org/publications/free-publications/publication/CO2EmissionsFromFuelCombustion2017Overview.pdf>.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA (2018). Statistics. <https://www.iea.org/statistics/?country=WORLD&year=2016&category=Key%20indicators&indicator=TPESbySource&mode=chart&categoryBrowse=false&dataTable=BALANCES&showDataTable=false>

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2023

KOK, M., ALKEMADE, R., BAKKENES, M., BOELEEE, E., CHRISTENSEN, V., VAN EERDT, M. et al. (2014). How sectors can contribute to sustainable use and conservation of biodiversity. CBD Technical Series No 79PBL Netherlands Environmental Assessment Agency. <https://www.cbd.int/doc/publications/cbdts-79-en.pdf>.

LIPINSKI, B., HANSON, C., LOMAX, J., KITINOJA, L., WAITE, R. and SEARCHINGER, T. (2013). Reducing Food Loss and Waste. Washington, DC: World Resources Institute. http://wriorg.s3.amazonaws.com/s3fspublic/reducing_food_loss_and_waste.pdf.

MACDONALD, G.K., BRAUMAN, K.A., SUN, S., CARLSON, K.M., CASSIDY, E.S., GERBER, J.S. et al. (2015). Rethinking agricultural trade relationships in an era of globalization. *BioScience* 65(3), 275-289. <https://doi.org/10.1093/biosci/biu225>.

MACHOVINA, B.K., FEELEY, J. and RIPPLE, W.J. (2015). Biodiversity conservation: The key is reducing meat consumption. *Science of the Total Environment* 536, 419-431. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2015.07.022>.

MCKINSEY DIGITAL. Technology Trends Outlook 2023. 2023

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Painel de Monitoramento: Atualização de Casos de Arboviroses, 2023 e 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-aegypti/monitoramento-das-arboviroses>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: Estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica do estado nutricional e consumo alimentar nas capitais dos 26 estados brasileiros e no distrito federal entre 2006 e 2021. Brasília, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2006-2021-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao-sociodemografica-do-estado-nutricional-e-consumo-alimentar-nas-capitais-dos-26-estados-brasileiros-e-no-distrito-federal/view>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: Estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de prática de atividade física nas capitais dos 26 estados brasileiros e no distrito federal entre 2006 e 2021. Brasília, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2006-2020-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao-sociodemografica-de-pratica-de-atividade-fisica-nas-capitais-dos-26-estados-brasileiros-e-no-distrito-federal-entre-2006-e-20.pdf/view>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: Estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de tabagismo e consumo abusivo de álcool nas capitais dos 26 estados brasileiros e no distrito federal entre 2006 e 2021. Brasília, 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2006-2021>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Áreas prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade. 2ª Atualização. Série Biodiversidade 56. República Federativa do Brasil, 2023.

Ministério do Meio Ambiente. REDD+. Serviços Ambientais. Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/redd#:~:text=REDD%2B%20%C3%A9%20um%20instrumento%20desenvolvido,e%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20de%20suas%20florestas.>>.

POPP, J., PETÖ, K. and NAGY, J. (2013). Pesticide productivity and food security: A review. *Agronomy for Sustainable Development* 33(1), 243-255. <https://doi.org/10.1007/s13593-012-0105-x>.

POZO, J. I. (2007). A Sociedade da Aprendizagem e o Desafio de Converter Informação em Conhecimento. UDEMO, Projeto Pedagógico, 2007. Disponível em: <https://www.udemo.org.br/A%20sociedade.Pdf>

PRATA, P. R. A Transição Epidemiológica no Brasil. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 8 (2): 168-175, abr/jun, 1992.

PUBLIC FINANCIAL MANAGEMENT. Using Public Policy to Scale Up Private Investment in Carbon Markets. 2023. Disponível: <https://blog-pfm.imf.org/en/pfmblog/2023/08/using-public-policy-to-scale-up-private-investment-in-carbon-markets#:~:text=Depen->

[ding%20on%20different%20price%20scenarios,around%20%24250%20billion%20by%202050%20.>](https://blog-pfm.imf.org/en/pfmblog/2023/08/using-public-policy-to-scale-up-private-investment-in-carbon-markets#:~:text=Depen-).

RAMÍREZ, G. Gloria P.; BURBANO, Luis C. La Planeación Estratégica Pública: Una herramienta de gobierno en el diseño y gestión de políticas públicas, Bogotá, Colombia, agosto de 2014.

SALDIVA, P., BRAGA, A.; AMADOR P., L.A.; BÖHM, G.M. Poluição atmosférica e saúde humana. *Revista USP*, N° 51. Universidade de São Paulo, 2001.

SILVA, A., & TRIPODI, Z. F. (2021). Organizações sociais e educação: perfis e tendências em marcos legais nordestinos. *Educação & Sociedade*, 42, e241677.

SILVA, T. M. (2022). As competências da BNCC e as tendências pedagógicas no processo de ensino/aprendizagem. *Pedagogia em Ação*, 18(1), 187-198.

SUTTON, M.A., BLEEKER, A., HOWARD, C.M., BEKUNDA, M., GRIZZETII, B., DE VRIES, W. et al. (2013). Our Nutrient World: The Challenge to Produce More Food and Energy with Less Pollution. Edinburgh: Centre for Ecology and Hydrology. <http://nora.nerc.ac.uk/id/eprint/500700/1/N500700BK.pdf>.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (2015). Global Waste Management Outlook. Nairobi. http://apps.unep.org/publications/index.php?option=com_pub&task=download&file=011782_en.

VERMEULEN, S.J., CAMPBELL, B.M. and INGRAM, J.S.I. (2012). Climate change and food systems. *Annual Review of Environment and Resources* 37, 195-222. <https://doi.org/10.1146/annurevenviron->.

WHO. EPI-WIN Webinar: Managing Dengue: a rapidly expanding epidemic. 2 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/events/detail/2023/08/02/default-calendar/epi-win-webinar-managing-dengue-a-rapidly-expanding-epidemic>

ZHANG, M., ZEISS, M.R. and GENG, S. (2015). Agricultural pesticide use and food safety: California's model. *Journal of Integrative Agriculture* 14(11), 2340-2357. <https://doi.org/10.1016/S2095->

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

Amapá. Governador (2023- : Clécio Luís Vilhena Vieira).

Amapá, a fronteira do futuro : Plano Estratégico Amapá 2043 : resumo executivo / Governo do Estado do Amapá ; Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. – São Paulo : Editora Sociologia e Política : Governo do Estado do Amapá, 2024.

160 p. : il. ; 31x31 cm.

ISBN 978-65-86612-16-5

1. Plano Estratégico. 2. Amapá. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Sustentabilidade. 5. Inclusão social. 6. Inovação.
I. FESPSP.

CDD 23: Desenvolvimento econômico - Amapá 338.98116

Bibliotecário Ederson Ferreira Crispim CRB-8/9724



AMAPÁ
GOVERNO DO ESTADO